Armas, Defesa Pessoal e a Bíblia



Filipe Luiz C. Machado

Armas, Defesa Pessoal e a Bíblia

Armas, Defesa Pessoal e a Bíblia

Você está autorizado e incentivado a distribuir este material, bastando citar a fonte e o autor.

Autor da obra: *Filipe Luiz C. Machado*

Arte: *Jackson Lafitti Buzzi*

Foto da capa: *Pilgrims Going to Church (1867), por George Henry Boughton (1833-1905)*

Revisão: *Ioneide Rozana de Souza da Silva*

Versículos: *Almeida Corrigida Fiel* (salvo indicação)

Blumenau, Santa Catarina, Brasil.
2013

À minha excelentíssima esposa,
Angela Ester Paganelli Machado.

A todos que colaboraram.

Sumário

Introdução
1. Qual o propósito deste livro?
2. A soberania de Deus e a responsabilidade do homem
3. A importância e a validade do Antigo Testamento
4. A queda do homem e suas consequências
5. A autotutela e a Lei no Antigo Testamento
6. O Período intertestamentário, a Palestina, e Jesus
7. A autotutela, a Lei no Novo Testamento, e Roma
8. O que são armas e o que Jesus disse sobre elas?
9. A autotutela e a justiça pública
10. O desarmamento é bíblico?
11. Entrevistas
Conclusão

Introdução

“O que a Bíblia fala sobre armas e defesa pessoal?” Esta pergunta tem instigado todo tipo de resposta possível. Muitas delas têm sido sinceras e buscam pautar-se pela sobriedade e realidade fática; outras, no entanto, têm sido recheadas de todo tipo de – literalmente – preconceitos sem qualquer fundamento moral, social, jurídico e bíblico.

Perguntas como, “a Bíblia me autoriza a ter uma arma?”, “o que faço caso alguém tente me assaltar?”, “posso ferir e afugentar o ladrão ou devo somente chamar a polícia?”, são frequentes em nossas igrejas e precisam ser respondidas, pois "Aquele que diz que está nele, também deve andar como ele andou" (1Jo 2.6). Assim sendo, a importância do presente tema é de extrema relevância para toda a sociedade e a todos que desejam viver de acordo com as Escrituras.

Todavia, embora seja assunto de grande expoência, é negligenciado por muitos e esquecido por outra parcela considerável, infelizmente. Talvez, muitos não queiram tocar neste "vespeiro" teológico ou julguem não ser da mais alta necessidade o tratar desta questão. A verdade, contudo, é que uma vez que o cristão deve fazer todas as coisas para a glória de Deus (1Co 10.31), ele precisa entender o que a Bíblia fala sobre isto.

Precisamos, então, lançar algumas bases, a fim de o leitor não entender erroneamente o propósito deste livro e não o encarar de maneira diversa ao que o autor intentou, bem como não fugir dos princípios bíblicos.

O cristão não deve ser alguém vingativo

Enquanto estiver lendo as páginas deste livro, tenha em mente que o cristão não deve procurar vingar-se de seus inimigos, porque assim lemos claramente: "Não vos vingueis a vós mesmos, amados, mas dai lugar à ira [de Deus], porque está escrito: Minha é a vingança; eu recompensarei, diz o Senhor. Portanto, se o teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer; se tiver sede, dá-lhe de beber; porque, fazendo isto, amontoarás brasas de fogo sobre a sua cabeça. Não te deixes vencer do mal, mas vence o mal com o bem" (Rm 12.19-21).

Paulo é preciso em suas palavras e ensina todos os cristãos a não serem "justiceiros particulares", de modo a não violarem a ordem do Senhor ao Estado (falaremos sobre isso no decorrer do livro). O apóstolo coloca um

ponto sumário para nosso entendimento; isto é, o motivo pelo qual o cristão não deve ser vingativo é porque "Minha é a vingança; eu recompensarei, diz o Senhor". Desta forma, o cristão não precisa desesperar-se ao ver a impunidade crescente em nossos dias – embora tenha de lutar contra ela, afinal, é o Todo Poderoso quem está no controle de Sua criação e Ele a julgará com justiça no dia estabelecido: "Minha é a vingança e a recompensa, ao tempo que resvalar o seu pé; porque o dia da sua ruína está próximo, e as coisas que lhes hão de suceder, se apressam a chegar" (Dt 32.35).

O cristão não deve ter ódio em relação às pessoas

Devido ao grande número de atrocidades que têm sido cometidos em nosso país, bem como em todo o mundo, temos visto muitos cristãos criarem um ódio por todos aqueles que desobedecem as leis (de trânsito, comerciais, penais...) e passarem a criar uma repulsa a toda e qualquer criatura que não ande no caminho proposto. É certo que não devemos ser coniventes com a maldade e o pecado (Lv 5.1), mas é necessário ter prudência e compreender as palavras de Cristo: "Portanto, se o teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer; se tiver sede, dá-lhe de beber" (Rm 12.20).

Notemos que Paulo não está falando de algo simplório, e sim de uma das mais terríveis e dificultosas coisas que o ser humano tem de fazer: amar aqueles que lhe fazem mal. "Por que", pode alguém indagar, "devemos amar os que são nossos inimigos"? A resposta é que precisamos entender qual é nossa situação diante do Senhor: "E vos vivificou, estando vós mortos em ofensas e pecados, Em que noutro tempo andastes segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe das potestades do ar, do espírito que agora opera nos filhos da desobediência. Entre os quais todos nós também antes andávamos nos desejos da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos por natureza filhos da ira, como os outros também" (Ef 2.1-3).

Paulo foi específico em sua afirmação, a saber, que "éramos por natureza filhos da ira"! Isto deve, portanto, nos levar à compreensão de que, ainda que muitos nos tenham injuriado e nos feito toda espécie de males, nada é comparável ao terrível pecado cometido contra o Santo Senhor. Tal é a maldade do homem natural que o Eterno teve por bem extirpar muitas gerações de sob a terra, pois "viu o SENHOR que a maldade do homem se multiplicara sobre a terra e que toda a imaginação dos pensamentos de seu coração era só má continuamente" (Gn 6.5). Ademais, posteriormente,

asseverou aos israelitas: "De que me serve a mim a multidão de vossos sacrifícios, diz o SENHOR? Já estou farto dos holocaustos de carneiros, e da gordura de animais cevados; nem me agrado de sangue de bezerros, nem de cordeiros, nem de bodes" (Is 1.11).

Assim sendo, devemos nos colocar diante do Senhor com grande humildade e jamais, seja por qualquer pretexto, nos orgulhar de alguma benfeitoria própria.

Não devemos esperar o sucesso total em nossas ações

Ao tratar de um assunto tão precioso, fixemos nossas mentes sobre a realidade e juntos confessemos: não é possível estabelecer um mundo de completa paz e onde o mal não reine. Por maiores e melhores que sejam as intenções, governos e leis, nunca, neste mundo, voltaremos à perfeição do Éden e estaremos em absoluta paz social. Este ponto precisa estar corretamente gravado nos corações, pois não são poucas às vezes em que ouviremos pessoas nos dizendo que "armas e defesa pessoal" não trarão a harmonia verdadeira – e precisamos alertá-las de que sabemos disso e que jamais foi este nosso propósito.

A própria Escritura revela centenas de relatos onde mesmo o Senhor falando através de Seus arautos e escrevendo Sua Lei em tábuas de pedra, o povo se rebelava: "Assim diz o SENHOR: Ponde-vos nos caminhos, e vede, e perguntai pelas veredas antigas, qual é o bom caminho, e andai por ele; e achareis descanso para as vossas almas; mas eles dizem: Não andaremos nele" (Jr 6.16). Nem mesmo Salomão, o mui poderoso e sábio rei (2Cr 9.22), esteve livre do pecado: "porquanto desviara o seu coração do SENHOR Deus de Israel, o qual duas vezes lhe aparecera" (1Rs 11.9).

Deixemos evidente também o fato de não termos uma visão pessimista do futuro, e sim otimista – mas realista quanto ao presente. Não estamos negando as muitas promessas em Deus abençoar Seu povo, mas enfatizamos o profundo ensino bíblico de que há um só lugar onde eternamente não se ouvirá choro nem ranger de dentes: "E eu, João, vi a santa cidade, a nova Jerusalém, que de Deus descia do céu, adereçada como uma esposa ataviada para o seu marido. E ouvi uma grande voz do céu, que dizia: Eis aqui o tabernáculo de Deus com os homens, pois com eles habitará, e eles serão o seu povo, e o mesmo Deus estará com eles, e será o seu Deus. E Deus limpará de seus olhos toda a lágrima; e não haverá mais morte, nem pranto,

nem clamor, nem dor; porque já as primeiras coisas são passadas" (Ap 21.2-4; Is 25.8).

A Bíblia não pode possuir contradições

Escrevendo para o amado Timóteo, o apóstolo diz: "Toda a Escritura é divinamente inspirada, e proveitosa para ensinar, para redargüir, para corrigir, para instruir em justiça; Para que o homem de Deus seja perfeito, e perfeitamente instruído para toda a boa obra" (2Tm 3.16-17). O que Paulo está dizendo é que tanto o Antigo Testamento (pois ele já era completo em seus dias) como o Novo (que estava sendo escrito), é a única fonte "divinamente inspirada". Por ser vinda do próprio Soberano, é mister a compreensão acerca das verdades bíblicas, mesmo que aparentemente elas possam ser opostas.

Um exemplo disto é a comparação entre os versículos: "Ao que te ferir numa face, oferece-lhe também a outra; e ao que te houver tirado a capa, nem a túnica recuses" (Lc 6.29); "Disse-lhes pois: Mas agora, aquele que tiver bolsa, tome-a, como também o alforje; e, o que não tem espada, venda a sua capa e compre-a" (Lc 22.36). O que Jesus quis ensinar com Suas palavras? Poderia haver contradição em Sua majestade?

Precisamos, então, recobrar a memória dos ditos de Tiago: "Toda a boa dádiva e todo o dom perfeito vem do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não há mudança nem sombra de variação" (Tg 1.17). Também em Tito: "Em esperança da vida eterna, a qual Deus, que não pode mentir, prometeu antes dos tempos dos séculos" (Tt 1.2). O salmista, igualmente, se pronuncia: "Deus é juiz justo" (Sl 7.11).

Desta maneira, o cristão não deve crer que existam "respostas para todos os gostos" ou que haja contradições na Escritura de Deus. Como bons estudiosos da Palavra, precisamos buscar, sob o auxílio e iluminação do Espírito Santo, entender que os supostos problemas, não são oriundos da Bíblia, e sim de nossos corações e pensamentos, pois com o pecado original, tudo em nós foi desfigurado, de modo que devemos ter a humilde atitude de dizer, como John Newton (1725 - 1807): "Irei atribuir todas as aparentes incoerências da Bíblia à minha própria ignorância."[1]

Confiemos, portanto, na promessa: "E, se algum de vós tem falta de sabedoria, peça-a a Deus, que a todos dá liberalmente, e o não lança em rosto, e ser-lhe-á dada" (Tg 1.5).

Devemos ser como os cristãos de Beréia

Após terem chegado à cidade de Tessalônica (At 17.1), Paulo e Silas entraram em uma sinagoga judaica, conforme nos é relatado: "E passando por Anfípolis e Apolônia, chegaram a Tessalônica, onde havia uma sinagoga de judeus. E Paulo, como tinha por costume, foi ter com eles; e por três sábados disputou com eles sobre as Escrituras, Expondo e demonstrando que convinha que o Cristo padecesse e ressuscitasse dentre os mortos. E este Jesus, que vos anuncio, dizia ele, é o Cristo" (At 17.1-3). Tal foi a bênção do Senhor, que muitos foram agraciados com o evangelho pregado - "E alguns deles creram, e ajuntaram-se com Paulo e Silas; e também uma grande multidão de gregos religiosos, e não poucas mulheres principais" (At 17.4).

Somos informados, porém, que houve grande alvoroço entre os judeus (At 17.8), de modo que estes buscaram prender Paulo e Silas. Movidos de grande ímpeto e suposto zelo pela Lei de Deus, os judeus os levaram até os magistrados; estes tendo ouvido os depoentes, por fim os soltaram.

Paulo e Silas, tendo enfrentado toda essa situação, saíram de Tessalônica, foram para Beréia e fizeram o mesmo realizado anteriormente - "E logo os irmãos enviaram de noite Paulo e Silas a Beréia; e eles, chegando lá, foram à sinagoga dos judeus" (At 17.10). Aqui, entretanto, a reação foi mui diversa: "Ora, estes foram mais nobres do que os que estavam em Tessalônica, porque de bom grado receberam a palavra, examinando cada dia nas Escrituras se estas coisas eram assim" (At 17.11).

É preciso que roguemos ao Senhor para que nos encha desta motivação bíblica e sublime dos crentes de Beréia. Também assim lemos em Eclesiastes, quando diz: "conferindo uma coisa com a outra para achar a razão delas" (Ec 7.27). Por mais que ouçamos muitas opiniões diversas sobre o tema proposto por este livro, é sem qualquer sombra de dúvidas a necessidade imperiosa do cristão buscar conformar-se com a Bíblia e examinar a "cada dia nas Escrituras se estas coisas [são] assim".

1. Qual o propósito deste livro?

Certa vez o autor deste livro estava evangelizando uma senhora e falava sobre a importância do arrependimento e do crer no Evangelho. Aproveitando o momento, entregou-lhe também um jornal cristão[2]. A senhora, então, após quase 10 minutos de conversa, perguntou: "Mas qual seu propósito com isso? O que você espera vindo falar comigo?"

Da mesma forma, é necessário explicar qual nosso desejo com este livro, de modo que não hajam disfunções quanto ao pretendido e o alcançado. Comecemos pelas negativas.

Não é apologia à morte

Se há um propósito que nunca perpassou a mente do escritor deste livro, é esta: que o leitor, depois de concretizado seu entendimento inicial por meio deste ensino, seja alguém que proclame ser lícito o tirar a vida de outrem por qualquer motivo. Rogamos ao Senhor para que ninguém tome esta atitude e peque ao desvirtuar o ensino bíblico – "Ai dos que ao mal chamam bem, e ao bem mal; que fazem das trevas luz, e da luz trevas; e fazem do amargo doce, e do doce amargo!" (Is 5.20).

Ainda que tenhamos procurado expor o quê a Bíblia revela, bem como tenhamos feito apontamentos de nosso sistema jurídico brasileiro, é razão que se impõe o registrar que a situação não é simplória e o fato de tirar a vida de outrem, com ou sem motivo justificado – ou mesmo um simples ferimento –, sempre implicará em algum trabalho judicial como provas, testemunhas, inquéritos, perícia... .

Não se deve, portanto, crer que tirar a vida signifique tranquilidade social, pois somente quem já passou por algum tipo de processo e se deparou com nosso atual sistema jurídico e penal, sabe das mazelas que dele fluem, bem como de uma inconstante insegurança quanto ao resultado.

Além do mais, tirar a vida do delinquente não é sinônimo de cessar com a maldade do mundo ou de que nossas famílias estarão perpetuamente seguras. Ceifar a vida alheia também, como registramos, é o "último dos últimos" recursos, quando nada mais cabe e vidas estão em jogo. Sempre que pudermos, nosso dever é tão somente de afugentar.

Não é uma apologia às armas

Igualmente, não intentamos que o leitor finalize sua leitura e de imediato procure uma loja de "armas e munições" para se informar sobre quais são os primeiros passos para se adquirir uma arma de fogo ou um clube de "caça e tiro" para aprender a atirar – ainda que isto não seja pecaminoso. Armas podem ser perigosas se não forem tratadas com o devido cuidado e responsabilidade. Assim como para se obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) é necessário curso e treinamento, é evidente que para as armas (de fogo, no mínimo) o mesmo seja requerido.

Enfatizamos que ao citarmos que o desarmamento é algo antibíblico, não estamos defendendo que se façam "feiras livres" ao céu aberto e por lá se vendam toda espécie de armas. Somos absolutamente de acordo com a necessidade de regularização. A luta, então, é com respeito à redução da burocratização e impedimento imposto por nosso governo, de modo que o cidadão possa estar apto a defender-se, pois assim como a ele não é vedada a prática de cursos e treinamentos de defesa pessoal, não há razões bíblicas e sociais para também se proibir as armas – mais especificamente, agora, nos referimos às de fogo.

Não é para criar contendas

Também não desejamos que o leitor se utilize deste livro para criar intrigas e semear a discórdia entre aqueles que ainda não alcançaram tal compreensão. Todo escritor sente-se profundamente frustrado quando sua obra atinge finalidade diversa da proposta – sem contar a tragédia com relação à doutrina bíblica erroneamente entendida e aplicada.

Aqueles que já tiveram a oportunidade de levantar este tema em conversas com amigos, familiares ou até mesmo com desconhecidos, sabem, de maneira ímpar, quão variadas são as opiniões e muitas vezes os ânimos ficam a ponto de se exaltarem, pois o assunto é delicado e requer reflexão excepcional, bem como o buscar da solução. Esta última, portanto, vem somente da Escritura e por isso este livro é publicado.

Mas, se por um lado, o intento é o de não criar contendas, por outro é dever necessário do cristão o saber dar razão daquilo em que crê – "Antes, santificai ao Senhor Deus em vossos corações; e estai sempre preparados para responder com mansidão e temor a qualquer que vos pedir a razão da esperança que há em vós" (1Pe 3.15; Cl 4.6). O apóstolo é firme em dizer que se deve estar preparado para responder aos que pedirem a razão da esperança que há em nós; porém, afirma que esta explicação deve ser feita "com

mansidão e temor".

Igualmente, Pedro, diz que devemos, "fazendo bem, tapeis a boca à ignorância dos homens insensatos" (1Pe 2.15). Este tapar não implica em impor regras ou vociferar contra todos os discordantes. Cada cristão precisa admoestar com paciência e tudo fazer com base no amor (1Co 13.1), bem como para a glória de Deus (1Co 10.31).

Lemos também sobre a importância de não sermos pedra de tropeço na vida dos irmãos mais fracos: "Assim que não nos julguemos mais uns aos outros; antes seja o vosso propósito não pôr tropeço ou escândalo ao irmão. Eu sei, e estou certo no Senhor Jesus, que nenhuma coisa é de si mesma imunda, a não ser para aquele que a tem por imunda; para esse é imunda. Mas, se por causa da comida se contrista teu irmão, já não andas conforme o amor. Não destruas por causa da tua comida aquele por quem Cristo morreu" (Rm 14.13-15).

Explicar a licitude das armas aos cristãos

Na astronomia se diz que existem "buracos negros" em nossas galáxias. Fazemos a analogia e dizemos, assim, que na igreja, também. Infelizmente pouquíssimo se tem falado sobre este tema e, não infrequentemente, quando abordado, é feito de maneira desconforme com a Escritura.

Muitos têm discorrido sobre o tema de modo leviano e outros têm sugerido que o verdadeiro cristão é aquele que não pega em armas – até mesmo, muitas vezes, dizem eles, sequer se deve defender a família; o importante, segundo pensam, é sempre se render. Mas isso não pode sequer chegar perto da realidade bíblica, pois como intentamos demonstrar, muitos foram os personagens bíblicos – tanto do Antigo como do Novo – que se utilizaram de armas. Ademais, o próprio Cristo andou com seus discípulos que possuíam armas – estas, como buscamos expor, ordenadas por Ele mesmo.

Pontuamos, ainda, que embora não seja muito comum termos grupos cristãos que pratiquem, em nosso país, o tiro esportivo ou a caça legalizada, isto não é padrão para se rechaçar as armas. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, é mais do comum os irmãos piedosos em Cristo se reunirem para caçar e trocarem informações sobre armas, munições, facas e toda sorte de elementos desta natureza. Tais coisas são tão corriqueiras àqueles irmãos que as redes sociais estão cheias de fotos e encontros deste tipo.

Em verdade, nem mesmo precisamos ir até a América do Norte, bastando que verifiquemos algumas entidades brasileiras de cristãos armados, donde destacamos, em especial, o "Militar Cristão"[3]. Há ainda outras organizações paraeclesiásticas que lutam por maior liberdade de defesa de seus cidadãos, como a "Campanha do Armamento"[4] e o "Movimento Viva Brasil"[5].

Como Paulo deixou evidente no capítulo 14 de Romanos, "Bem-aventurado aquele que não se condena a si mesmo naquilo que aprova" (Rm 14.22) – desde que contenha lastro bíblico.

Estimular homens e mulheres bíblicos

O homem cristão não deve ser rude, hostil ou briguento (Pv 22.24; Tt 1.7), e sim "de gentil aspecto" (1Sm 17.42). Davi, como um tipo de Cristo, reunia duas características essenciais de homem: "Eis que tenho visto a um filho de Jessé, o belemita, que sabe tocar *e é valente e vigoroso, e homem de guerra, e prudente em palavras, e de gentil presença*; o SENHOR é com ele" (1Sm 16.18 – grifo do autor).

Notadamente Davi sabia expressar valentia, vigor e era homem de guerra, mas, igualmente, procedia prudentemente com suas palavras e seu modo de agir era gentil. A razão? "o SENHOR é com ele". Na condição de homens, assim também precisamos agir, pois temos vividos tempos onde os masculinos já não se parecem com tais e a sociedade carece de verdadeiros varões varonis e capazes.

Igualmente, desejamos que todas as mulheres entendam que ser uma virtuosa, à luz de Provérbios 31, não significa completa ingenuidade, fraqueza ou debilidade. Assim lemos sobre uma das características da mulher do Senhor: "Cinge os seus lombos de força, e fortalece os seus braços" (Pv 31.17). Ela é alguém de grande vigor e por isso deve, dentro das circunstâncias possíveis, buscar obter segurança para si e para os seus filhos – caso Deus assim tenha concedido.

Todavia, caso o leitor seja do sexo masculino, permita-me trazer algumas palavras de exortação e conselho.

Como homens, tanto pelo direito divino (a Bíblia), como pelo direito natural (atos comuns a todas as pessoas), somos obrigados – sim, obrigados – a defender nossas esposas, mães, filhos e todos que estão ao nosso alcance. É

fato que Isaque brincava com Rebeca (Gn 26.8), mas ele pecou gravemente ao mentir a Abimileque, deixando-a suscetível a outros homens (Gn 6.7, 9). Desta forma, não podemos nos omitir quanto ao dever de protegermos nossos queridos e estimados.

O homem de Deus, com relação à esposa (mas que se estende aos demais, embora seja mais exclusiva com respeito a ela), deve:

1. Estar disposto a dar sua vida por ela: "Vós, maridos, amai vossas mulheres, como também Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela" (Ef. 5.25).

2. Zelar por ela, assim como cuida de si mesmo: "Assim devem os maridos amar as suas próprias mulheres, como a seus próprios corpos. Quem ama a sua mulher, ama-se a si mesmo" (Ef 5.28).

3. Não buscar mais seus próprios interesses, pois vive para ela: "Porque nunca ninguém odiou a sua própria carne; antes a alimenta e sustenta, como também o Senhor à igreja" (Ef 5.29).

4. Não se afastar dela, exceto por necessidade: "Porque somos membros do seu corpo, da sua carne, e dos seus ossos" (Ef 5.30).

O marido cristão precisa ser alguém versado em atividades essenciais ao ser humano criado por Deus. Em outro lugar, o apóstolo Pedro nos afirma que a mulher é o "vaso mais fraco" (1Pe 3.7), não no sentido de que não é útil ou que seja necessitada de tudo, mas, sim, ensinando que ela precisa aprender algumas coisas com o homem e esse deve estar pronto para a ensinar e, o mais importante, a defender.

Paulo também escreveu ao amado Timóteo: "Mas, se alguém não tem cuidado dos seus, e principalmente dos da sua família, negou a fé, e é pior do que o infiel" (1Tm 5.8). De suma importância é a palavra que Paulo usou para "cuidado", pois no grego é "προνοέω" (Pronoeo) e significa, "antecipar, prever, pensar de antemão, prover para alguém, cuidar de uma coisa"[6]. O apóstolo não está falando de prover somente no âmbito espiritual, mas em todos os sentidos, pois anteriormente afirmou: "Mas, se alguma viúva tiver filhos, ou netos, aprendam primeiro a exercer piedade para com a sua própria família, e a recompensar seus pais; porque isto é bom e agradável diante de Deus" (1Tm 5.4). Certamente que todo o cuidado para com os seus implica, dentro do que for tangível, em valer-se de segurança física, pois assim como é lícito buscar morar em áreas seguras e murar nossas casas e condomínios (às vezes até com vigilantes armados), buscando nos assegurar contra as intempéries da vida, igualmente é proveitoso e necessário defender a família.

Assim como Cristo enviou o Seu consolador (o Espírito Santo) para estar com a Igreja e não a deixá-la só, também o marido cristão precisa, no limite do razoável, ensinar sua esposa em certos aspectos práticos da vida, pois haja vista que nenhum de nós é eterno, o marido não deve deixar de passar todo conhecimento que possui à sua amada (o contrário é igualmente procedente).

Tornando o ensino em prática, é útil e honrável que o marido ensine sua mulher a defender-se fisicamente; que a ensine como "conseguir dinheiro" (caso não trabalhe fora); quando algo estraga dentro de casa, chamá-la e ensiná-la docilmente a como realizar aquele conserto - não porque ele não mais fará, mas sim porque devido ao seu amor por ela, deseja também que ela aprenda esses dotes que naturalmente não possui (e vice-versa).

Promover maior amor e glória a Deus

Disse Jesus: "E a vida eterna é esta: que te conheçam, a ti só, por único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste" (Jo 17.3). Este conhecimento não é acadêmico, mas sim espiritual – "Ora, o homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parecem loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente" (1Co 2.14). Isto não significa que devemos desprezar o conhecimento e estudo: "Bem-aventurado o homem que não anda segundo o conselho dos ímpios, nem se detém no caminho dos pecadores, nem se assenta na roda dos escarnecedores. Antes tem o seu prazer na lei do SENHOR, e na sua lei medita de dia e de noite" (Sl 1.1-2).

Porém, acima de tudo, deve visar o amor a Deus, pois mesmo possuindo muitas coisas, se este faltar, "seria como o metal que soa ou como o sino que tine" (1Co 13.1). Pouco antes, o apóstolo deixou evidente: "Portanto, quer comais quer bebais, ou façais outra qualquer coisa, fazei tudo para glória de Deus" (1Co 10.31).

Para que não sejamos presunçosos, crendo que, por tomarmos certas atitudes, nenhum mal físico jamais nos atingirá, lembremos das sábias palavras: "Vós, os que temeis ao SENHOR, confiai no SENHOR; ele é o seu auxílio e o seu escudo" (Sl 115.11).

Possa o Eterno ser misericordioso com todos os Seus, de modo a confiarmos em Sua Escritura que diz: "Não temas o pavor repentino, nem a investida dos perversos quando vier. Porque o SENHOR será a tua esperança; guardará os teus pés de serem capturados" (Pv 3.25-26). Louvado seja o

Senhor, por ser o único e perfeito auxílio, "nosso refúgio e fortaleza, socorro bem presente na angústia. Portanto não temeremos, ainda que a terra se mude, e ainda que os montes se transportem para o meio dos mares. Ainda que as águas rujam e se perturbem, ainda que os montes se abalem pela sua braveza" (Sl 46.1-3).

Desta forma, que este livro possa instruir muitos na correta compreensão do tema proposto, levando-os a considerar a questão e tomar atitudes positivas quanto a ela, lembrando sempre, porém, que "Se o SENHOR não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam; se o SENHOR não guardar a cidade, em vão vigia a sentinela" (Sl 127.1).

2. A soberania de Deus e a responsabilidade do homem

Uma vez lançados estes pressupostos, se faz necessário entendermos a ímpar e salutar doutrina que diz respeito à soberania de Deus, bem como o que tange à responsabilidade do homem

A soberania de Deus

Por soberania de Deus, estamos nos referindo não a algum conceito vago, metafísico ou que seja fruto da necessidade humana em preencher lacunas duvidosas com conceitos enigmáticos. A soberania de Deus existe e jamais, sob qualquer hipótese, deve ser posta por terra, pois veemente as Escrituras a asseveram; não uma nem duas vezes, mas centenas delas. Esta soberania não é limitada, não depende do homem e igualmente não possui limites – caso contrário, deixaria de ser soberania.

Muitas vezes as pessoas, quando indagadas acerca do quão soberano é Deus, afirmam ser Ele detentor de algo como 99,9% do poder, sendo o restante atribuído ao arbítrio do ser humano. Esta visão, apesar de ser comum – objetiva ou subjetivamente – em muitos campos evangélicos, está destituída de prova e amparo bíblico, pois a palavra do Senhor prescreve de maneira solar, Sua excelsa e infindável magnitude. O primeiro versículo de nossas Bíblias já explicita este veredicto: "No princípio criou Deus os céus e a terra" (Gn 1.1). Os teólogos chamam este acontecimento de *creatio ex nihilo*, isto é, "criado a partir do nada". Todavia, reconhecemos, segundo nossa lógica humana que, ninguém consegue "criar" algo sem ter qualquer coisa para começar. É deste raciocínio, portanto, que se inicia a doutrina da soberania de Deus.

O apóstolo João nos revela este caráter transcendente de Deus: "No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez. Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens. E a luz resplandece nas trevas, e as trevas não a compreenderam" (Jo 1.1-5). Davi assim expressou sua notável admiração por Deus: "Muitas são, SENHOR meu Deus, as maravilhas que tens operado para conosco, e os teus pensamentos não se podem contar diante de ti; se eu os quisera anunciar, e deles falar, são mais do que se podem contar" (Sl 40.5). O profeta Isaías também asseverou sobre o grande poder de Deus: "Eis que as nações são

consideradas por ele como a gota de um balde, e como o pó miúdo das balanças; eis que ele levanta as ilhas como a uma coisa pequeníssima" (Is 40.15). Não diverso foi o dito do Senhor, registrado no livro de Jó: "Quem é este que escurece o conselho com palavras sem conhecimento? Agora cinge os teus lombos, como homem; e perguntar-te-ei, e tu me ensinarás. Onde estavas tu, quando eu fundava a terra? Faze-mo saber, se tens inteligência. Quem lhe pôs as medidas, se é que o sabes? Ou quem estendeu sobre ela o cordel? Sobre que estão fundadas as suas bases, ou quem assentou a sua pedra de esquina, Quando as estrelas da alva juntas alegremente cantavam, e todos os filhos de Deus jubilavam? Ou quem encerrou o mar com portas, quando este rompeu e saiu da madre; Quando eu pus as nuvens por sua vestidura, e a escuridão por faixa? Quando eu lhe tracei limites, e lhe pus portas e ferrolhos, E disse: Até aqui virás, e não mais adiante, e aqui se parará o orgulho das tuas ondas?" (Jó 38.2-11).

Todavia, as Escrituras não falam de Deus controlando somente a natureza, e sim toda Sua criação – desde a menor bactéria até o mais alto homem, passando pelos rios e chegando aos tanques de guerra.

Registra assim o apóstolo: "Porque, não tendo eles ainda nascido, nem tendo feito bem ou mal (para que o propósito de Deus, segundo a eleição, ficasse firme, não por causa das obras, mas por aquele que chama), Foi-lhe dito a ela: O maior servirá o menor. Como está escrito: Amei a Jacó, e odiei a Esaú" (Rm 9.11-13). Sabendo da resistência desta doutrina ao homem natural, Paulo se antecipa e diz: "Que diremos pois? que há injustiça da parte de Deus? De maneira nenhuma. Pois diz a Moisés: Compadecer-me-ei de quem me compadecer, e terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia. Assim, pois, isto não depende do que quer, nem do que corre, mas de Deus, que se compadece. Porque diz a Escritura a Faraó: Para isto mesmo te levantei; para em ti mostrar o meu poder, e para que o meu nome seja anunciado em toda a terra. Logo, pois, compadece-se de quem quer, e endurece a quem quer" (Rm 9.14-18). Expõe, em seguida, a possível pergunta/exclamação por parte do homem: "Dir-me-ás então: Por que se queixa ele ainda? Porquanto, quem tem resistido à sua vontade?" (Rm 9.19). Finaliza, explicando que ao homem não cabe reclamar, mas tão somente obedecer: "Mas, ó homem, quem és tu, que a Deus replicas? Porventura a coisa formada dirá ao que a formou: Por que me fizeste assim? Ou não tem o oleiro poder sobre o barro, para da mesma massa fazer um vaso para honra e outro para desonra? E que direis se Deus, querendo mostrar a sua ira, e dar a

conhecer o seu poder, suportou com muita paciência os vasos da ira, preparados para a perdição; Para que também desse a conhecer as riquezas da sua glória nos vasos de misericórdia, que para glória já dantes preparou, Os quais somos nós, a quem também chamou, não só dentre os judeus, mas também dentre os gentios?" (Rm 9.20-24).

Não menos incisivo foi o profeta Jeremias, quando se deparou com a incredulidade: "Quem é aquele que diz, e assim acontece, quando o Senhor o não mande? Porventura da boca do Altíssimo não sai tanto o mal como o bem? De que se queixa, pois, o homem vivente? Queixe-se cada um dos seus pecados" (Lm 3.37-39). Percebemos, assim, que ao homem não cabe retrucar à soberania de Deus e não há espaço para indagar os porquês de Deus fazer o faz ou não fazer o que não deseja fazer – tão somente: "Queixe-se cada um dos seus pecados".

Nesta altura, alguém poderia objetar que este ensinamento não é compatível com o Senhor, pois afirmaria que somos livres e ninguém há para nos controlar. Replicamos esta afirmação, com duas perguntas: e como Deus poderia ser soberano faltando-lhe parte do domínio sobre tudo que criou? Por que, então, o chamamos de Deus, se não possui o poder, como afirma ser?

O teólogo Benjamim B. Warfield (1851-1921), assim elucidou: "Um Deus que pudesse fazer ou fizesse uma criatura a quem ele não conseguisse controlar, não seria Deus... Ele teria cessado de ser um ser moral. É ato imoral fazer uma coisa que, nós não podemos controlar ou não controlaremos. Se, um ser humano fabricasse uma quantidade de material incerto, altamente explosivo, nos corredores de um orfanato e, quando, a coisa explodisse, tentasse desculpar-se com o argumento de que, foi incapaz de manter o controle, ninguém aceitaria como válida sua desculpa. Que direito tinha ele de fabricá-lo, perguntaríamos, a menos que fosse capaz de controlá-lo? Ele não se isenta de nenhuma responsabilidade pelo dano provado com o argumento de ter sido incapaz de controlar sua invenção. Supor que, Deus fez um universo – ou mesmo, um simples ser – a cujo controle ele renuncia, significa acusá-lo de imoralidade semelhante."[7]

A responsabilidade humana

Tendo anotado alguns pontos acerca da notável e absolutamente necessária visão sobre a soberania de Deus, precisamos não equilibrar a balança, pois nada há que se iguale ao Senhor, mas, sim, pontuar o que a

Bíblia fala a respeito da responsabilidade do homem.

Moisés assim registra: "E o SENHOR disse a Caim: Por que te iraste? E por que descaiu o teu semblante? Se bem fizeres, não é certo que serás aceito? E se não fizeres bem, o pecado jaz à porta, e sobre ti será o seu desejo, mas sobre ele deves dominar" (Gn 4.6-7). O salmista escreveu: "Voltem-se para mim os que te temem, e aqueles que têm conhecido os teus testemunhos" (Sl 119.79). Em Jeremias: "E buscar-me-eis, e me achareis, quando me buscardes com todo o vosso coração" (Jr 29.13). Ezequiel também disse: "Porque não tenho prazer na morte do que morre, diz o Senhor DEUS; convertei-vos, pois, e vivei" (Ez 18.32). O próprio Senhor testificou: "Arrependei-vos, porque é chegado o reino dos céus" (Mt 3.2).

Vemos por estes e outras centenas de versículos que poderíamos citar, que de fato o homem é responsável diante de Deus. Embora a criatura não deva contender com Seu senhor, ela precisa trilhar a estrada da obediência, do negar a si mesmo e tomar a cruz (Mt 16.24; Mc 8.34; Lc 9.23).

Não obstante, surge deveras vezes uma dúvida mortal em muitos corações: afinal, como conciliar, por exemplo, o dizer do Senhor a Caim e o registrado, "Porque Deus é o que opera em vós tanto o querer como o efetuar, segundo a sua boa vontade" (Fp 2.13); novamente, Jeremias: "Converte-me, e converter-me-ei, porque tu és o SENHOR meu Deus" (Jr 31.18); ademais: "O SENHOR fez todas as coisas para atender aos seus próprios desígnios, até o ímpio para o dia do mal" (Pv 16.4); ainda: "Homens israelitas, escutai estas palavras: A Jesus Nazareno, homem aprovado por Deus entre vós com maravilhas, prodígios e sinais, que Deus por ele fez no meio de vós, como vós mesmos bem sabeis; A este que vos foi entregue pelo determinado conselho e presciência de Deus, prendestes, crucificastes e matastes pelas mãos de injustos" (At 2.22-23)? Temos de nos amparar na soberania de Deus ou viver como se tudo dependesse de nós mesmos?

Para entender estas duas verdades e que muitas vezes nos parecem opostas, o Senhor proveu um bendito Salmo, de onde retiramos a santa e graciosa explicação: "Bendito seja o SENHOR, minha rocha, que ensina as minhas mãos para a peleja e os meus dedos para a guerra; Benignidade minha e fortaleza minha; alto retiro meu e meu libertador és tu; escudo meu, em quem eu confio, e que me sujeita o meu povo" (Sl 144.1-2).

Davi, como um tipo de Cristo que haveria de vir, nos ensina três coisas:

1. A importância de louvar ao Senhor: "Bendito seja o SENHOR,

minha rocha";

2. **A importância de ser ensinado pelo Senhor**: "que ensina as minhas mãos para a peleja e os meus dedos para a guerra";

3. A importância de ter o Senhor como único refúgio: "Benignidade minha e fortaleza minha; alto retiro meu e meu libertador és tu; escudo meu, em quem eu confio, e que me sujeita o meu povo".

Mas Davi não profere ensinamentos genéricos, e sim é infalivelmente direto, colocando de um lado sua confiança total no Senhor; do outro, agradecendo a Ele por ter-lhe feito as mãos e os dedos aptos para a guerra. Louva ao eterno por Seu bem querer em abençoar pobres criaturas, mas não se exime do dever da batalha; engrandece o Altíssimo por ser rocha e escudo, mas não se esconde ou foge da labuta.

Assim é que nós também precisamos viver: sabendo que todas as coisas acontecem "segundo o beneplácito de sua vontade" (Ef 1.5), mas orando segundo lemos: "O teu Deus ordenou a tua força; fortalece, ó Deus, o que já fizeste para nós" (Sl 68.28).

Há ainda outra narrativa bíblica que exemplifica majestosamente esta conciliação:

"Disseram, porém, os nossos inimigos: Nada saberão disto, nem verão, até que entremos no meio deles, e os matemos; assim faremos cessar a obra. E sucedeu que, vindo os judeus que habitavam entre eles, dez vezes nos disseram: De todos os lugares, tornarão contra nós. Então pus guardas nos lugares baixos por detrás do muro e nos altos; e pus ao povo pelas suas famílias com as suas espadas, com as suas lanças, e com os seus arcos. E olhei, e levantei-me, e disse aos nobres, aos magistrados, e ao restante do povo: Não os temais; lembrai-vos do grande e terrível Senhor, e pelejai pelos vossos irmãos, vossos filhos, vossas mulheres e vossas casas. E sucedeu que, ouvindo os nossos inimigos que já o sabíamos, e que Deus tinha dissipado o conselho deles, todos voltamos ao muro, cada um à sua obra. E sucedeu que, desde aquele dia, metade dos meus servos trabalhava na obra, e metade deles tinha as lanças, os escudos, os arcos e as couraças; e os líderes estavam por detrás de toda a casa de Judá. Os que edificavam o muro, os que traziam as cargas e os que carregavam, cada um com uma das mãos fazia a obra e na outra tinha as armas. E os edificadores cada um trazia a sua espada cingida aos lombos, e edificavam; e o que tocava a trombeta estava junto comigo. E disse eu aos nobres, aos magistrados e ao restante do povo: Grande e extensa é a obra, e nós estamos apartados do muro, longe uns dos outros. No lugar

onde ouvirdes o som da buzina, ali vos ajuntareis conosco; o nosso Deus pelejará por nós. Assim trabalhávamos na obra; e metade deles tinha as lanças desde a subida da alva até ao sair das estrelas. Também naquele tempo disse ao povo: Cada um com o seu servo fique em Jerusalém, para que à noite nos sirvam de guarda, e de dia na obra. E nem eu, nem meus irmãos, nem meus servos, nem os homens da guarda que me seguiam largávamos as nossas vestes; cada um tinha suas armas e água" (Ne 4.11-23).

O povo do Senhor, em meio a ameaças, não se rendeu e não curvou a fronte – mas, sim, resistiu. Entretanto, não o fez com força própria, e sim dizendo: "Não os temais; lembrai-vos do grande e terrível Senhor, e pelejai pelos vossos irmãos, vossos filhos, vossas mulheres e vossas casas". Para resistirem e estarem firmes à iminente batalha, "com uma das mãos fazia a obra e na outra tinha as armas", lembrando sempre de não temerem, pois o "grande e terrível Senhor" era com eles.

Certamente que isso não nos ensina que devemos fazer justiça pelas próprias mãos, conforme veremos no decorrer deste livro; todavia, somos ensinados a juntamente com a confiança no Senhor, compreender nossas responsabilidades como criaturas. O Senhor chama todos os seus filhos para ter "armas e água", isto é, trabalho e sustento – ambos vindos de Suas mãos.

Desta forma, compreendamos que ao falarmos de armas e defesa pessoal, não estamos a desconsiderar a soberania de Deus e também não negligenciamos a responsabilidade humana. Precisamos viver como se o êxito dependesse de nós, nos esforçando para tomar as melhores atitudes, sabendo, porém, que tudo depende exclusivamente de Deus, "Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém" (Rm 11.36).

3. A importância e a validade do Antigo Testamento

Fazemos esta pequena explanação sobre a validade do Antigo Testamento, tendo em vista os erros, falta de informação e, muitas vezes, um "púlpito fraco", onde alguns cristãos acabam tendo dificuldade para entender que o Antigo Testamento não é um conjunto de livros "históricos", e sim a palavra do Deus vivo. É necessário que o cristão entenda que citar Paulo ou Davi, Pedro ou Moisés, João ou Abraão, implica no mesmo brasão divino, isto é, todos eles figuram como seres humanos bíblicos e magnificamente usados pelo Senhor durante o período em que a Bíblia foi escrita.

Apesar de esta ressalva às vezes soar "desnecessária", o que se tem visto na prática são cristãos que ao chegarem ao plano de leitura anual em, por exemplo, Levítico e Números, se tivessem a opção de pular estes livros, assim fariam, pois os rotulam de "difíceis de entender" e, o mais comum, "fazem parte da lei; hoje estamos na graça".

Sobre este ponto (lei e graça), de modo algum podemos afirmar que hoje vigora a graça por meio da fé e no Antigo Testamento vigorou apenas a Lei. O profeta Habacuque nos deixa clarividente: "mas o justo pela sua fé viverá" (Hc 2.4).

Nada há qualquer subsídio no Antigo Testamento que nos dê qualquer indício de que os homens foram salvos por meio da Lei – pois seria, então, a salvação, não pela graça (Ef 2.8-9), mas pelas obras. No livro de Hebreus, em seu capítulo 11, lemos sobre a famosa "galeria da fé", onde reiteradas vezes somos informados de que os santos do AT viveram somente pela fé – buscavam cumprir a Lei (como os cristãos no Novo Testamento – vide Rm 7.7), mas sabiam que o fim, isto é, para onde apontava, era Cristo. Somente n'Ele os cristãos estão seguros.

Quando lemos "o fim da Lei é Cristo" (Rm 10.4), significa que a finalidade da Lei é apontar para Cristo, e não que a Lei acabou em Cristo, conforme Ele mesmo afirmou: "E disse-lhes: São estas as palavras que vos disse estando ainda convosco: Que convinha que se cumprisse tudo o que de mim estava escrito na lei de Moisés, e nos profetas e nos Salmos" (Lc 24.44). Se Cristo tivesse abolido a Lei, então em vez de lermos, "Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas: não vim ab-rogar, mas cumprir" (Mt 5.17), teríamos o Senhor Jesus afirmando que "não vim cumprir, mas ab-rogar". Ademais, se Cristo tivesse abolido a Lei, Ele estaria negando a si próprio,

porque estaria afirmando que Sua sombra no AT não era mais válida – destruindo, assim, a própria unidade das Escrituras. Esse princípio é clarividente em 2Tm 3.16-17: "Toda a Escritura é divinamente inspirada, e proveitosa para ensinar, para redargüir, para corrigir, para instruir em justiça; Para que o homem de Deus seja perfeito, e perfeitamente instruído para toda a boa obra."

Qual era a Escritura de que Paulo estava falando? Certamente que era do Antigo Testamento (e também de algumas cartas já correntes do Novo), pois o próprio Timóteo havia sido instruído por sua avó e mãe, "Trazendo à memória a fé não fingida que em ti há, a qual habitou primeiro em tua avó Lóide, e em tua mãe Eunice, e estou certo de que também habita em ti" (2Tm 1.5). Algum escrito instruiu a Timóteo e temos sólidas razões para crer, portanto, que foi o Antigo Testamento.

Assim, não há que se falar em antinomismo (contra a Lei) ou neonomismo (nova Lei), mas sim em teonomismo (Lei de Deus), pois uma vez que a Bíblia é a Palavra do Eterno e Deus é soberano, então a Bíblia é soberana; sendo Deus onipotente e sem sombra de variação (Tg 1.17), então a Bíblia também não pode conter variação.

Nem mesmo a lei cerimonial foi abolida

Não negligenciamos, entretanto, as diferenças que existem entre os tipos físicos do Antigo Testamento e os espirituais do Novo; a saber, que no Antigo Testamento se evidenciava Cristo e Seu reino por meios palpáveis, perceptíveis pelos sentidos – sombras do que haveria de vir. No Novo Testamento, contudo, estas expressões físicas tiveram seu cumprimento naquilo para o qual apontavam: o reino espiritual. Porém, como se verá, cumprir é diverso de abolir.

Tomemos nota das seguintes colocações:

"A forma mosaica de observação dos tipos redentivos[8] na Lei de Deus, não são mais observadas pelos cristãos do Novo Testamento como eram pelos judeus na economia do Antigo Testamento, porque Deus se revelou completamente em Cristo. Contudo, embora a lei cerimonial do Antigo Testamento não tenha sido abolida, a forma de observá-la foi mudada. Por exemplo:

- Um *novo* sacerdócio foi estabelecido e que não é dependente da linhagem dos filhos de Arão e não depende de seres humanos pecadores que

precisem ter os pecados expurgados conforme os filhos de Arão (Hb 7.11-28). Essa *mudança* no sacerdócio foi antecipada no tempo do Antigo Testamento (Sl 110.1, 4; Is 66.21).

- O sistema sacrificial de sangue (e.g., Hb 7.11-12, 27; 9.9-10, 12; 10.4, 10) foi *substituído* pelos sacrifícios espirituais (Hb 13.15).

- Os rituais de cerimônia (e.g.; Cl 2.16-17; Hb 9.1-4) foram *substituídos* por formas espirituais...

- Os sinais do pacto foram *mudados* (e.g., Gl 5.1-2, 11; Mt 28.19; At 2.38-39; Cl 2.11-12).

- As vestes dos sacerdotes apontavam para a justiça de Cristo; no Novo Testamento as vestes foram *mudadas* para a imputação da justiça aplicada em seu povo (Is 61.10; Ap 7.13-14).

- As leis específicas sobre santidade e separação, isto é, leis alimentares, sobre roupas, mistura de sementes e animais, casamento com etnias não judaicas, o casamento levirato[9], cidades refúgio, etc (e.g., At 10.9-16; 11.7-9), eram símbolos físicos dos princípios que seriam manifestos na vida espiritual dos crentes (e.g., Mt 5.8; Mt 16.11-12; At 10.28; 2Co 6.14-18; Tt 1.14-15).

Note que os exemplos acima onde se diz *substituído*, *novo*, *mudado*, tem grande diferença de significado com relação a 'abolido'. O cumprimento da Lei por Jesus (Mt 5.17) não aboliu toda lei de Deus (princípios), mas os mudou, particularmente no caso dos rituais associados ao sistema sacrificial e o caminho ou maneira como aplicamos esses princípios. Após Jesus ter declarado que a Lei não foi abolida, em seu ensino no Sermão do Monte (Mt 5-7) ele continua a apresentar a correta interpretação e aplicação da Lei."[10]

Outras colocações também são importantes:

"- Não há sacerdócio separado. **Todos os crentes** são membros da nova classe de sacerdotes (Êx 19.6; Hb 10.11-22 [especialmente v.14]; 1Pe 2.9; Ap 1.6; 5.10; 20.6) em que Cristo é um único *sumo* sacerdote.

- **Todos os crentes** têm acesso direto a Deus e não somente uma ordem sacerdotal exclusiva (Hb 10.19-25 [especialmente v.22]).

- **Todos os crentes** (não somente homens circuncidados e a Páscoa) são **participantes das cerimônias não sangrentas e das ofertas**: batismo, ceia do Senhor, dízimos e ofertas de renda e em espécie [**nota do autor**: dar sobre e conforme aquilo que ganha] e jejum.

- Jesus é a figura que representa o tabernáculo e o templo (Mt 12.6; Jo

1.14; 2.19-22) e nele **todos os crentes** são parte do **templo santo**/cidade santa de Deus (Hb 12.22, 23; 1Pe 2.5). Quando os crentes se reúnem para adorar em comunidade (isto é, o culto público), eles se reúnem em e como templo de Deus.

- **Todos os crentes** são chamados a viver suas vidas com um **espírito de santa separação**. As leis mosaicas de separação foram descontinuadas (At 10.9-16; 11.7-9) e substituídas por equivalentes espirituais que elas tipificavam [**nota do autor**: eram sombras do que haveria de vir e por isso se tornaram o que haveriam de ser] (Mt 5.8; Mt 16.11-12; At 10.28; 2Co 6.14-18; Tt 1.14-15).

- **Todos os crentes oferecem sacrifícios** (**espirituais**) a Deus sem a mediação de um sacerdócio humano. Esses sacrifícios espirituais consistem em:

- Incenso (A.T.) = Oração (N. T.) (Sl 141.2; Lc 1.9-11; Ap 5.8; 8.3, 4).

- Sacrifício de animais (A.T.) = Salmos de louvor (N. T.) (Sl 27.6; 69.30-31; 107.22; Hb 13.15-16; Ef 5.18-19; Cl 3.15-17; 1Pe 2.5).

- Vestes santas (A.T.) = Vida dedicada (N. T.) (Rm 12.1; 15.16-17; Fp 2.17; 2Tm 4.6; Ap 7.9, 13-14)."[11]

Novamente Hebreus nos é útil: "Jesus Cristo é o mesmo, ontem, e hoje, e eternamente" (Hb 13.8). O próprio Cristo testifica: "Passará o céu e a terra, mas as minhas palavras não hão de passar" (Lc 21.33). É de extrema importância o não somente reconhecer destas palavras, mas o aplicar ao entendimento e à prática. Não se pode admitir que tenhamos cristãos em nossas igrejas, cujas bíblias em suas mãos não possuem grande apreço em seus corações. Esta falta de credibilidade – que é um grande pecado – se dá por noções erradas e ensino distorcido das Escrituras.

Um exemplo: A pena de morte pelo adultério

Citamos o exemplo do adultério e sua respectiva pena com a morte, pois frequentemente há uma noção errada de sua não validade no Novo Testamento.

"Também o homem que adulterar com a mulher de outro, havendo adulterado com a mulher do seu próximo, certamente morrerá o adúltero e a adúltera" (Lv 20.10). Não somente o adultério era condenado à pena capital, mas também o assassinato (Êx 21.12), sequestro (Êx 21.16), ter relação

sexual com animais (Êx 22.19), homossexualismo (Lv 20.13), ser um falso profeta (Dt 13.5), prostituição e estupro (Dt 22.26). Aqui, já de imediato, pontuamos sobre a importância de se reconhecer que a pena de morte na Bíblia nunca visou incitar o ódio e "alegria" por ver a morte alheia, mas sim a preservação da vida. Ao se punir o malfeitor da sociedade, algo fica clarividente aos demais: não se deve cometer aquele mesmo ato, caso contrário poder-se-á também ser punido. A pena capital, portanto, tem duplo sentido: punir o ofensor e alertar os demais para que não procedam de tal modo.

Paulo, em Romanos 13.1-8 (veremos mais minuciosamente, adiante), afirma que de fato as autoridades civis podem e devem executar tais pessoas – não pelo desejo de sangue, mas de justiça e autorização divina para tal. O apóstolo também deixou este ponto claro ao declarar que ele mesmo estava disposto a sofrer tal sanção penal, caso fosse verdadeiramente culpado: "*Se fiz algum agravo, ou cometi alguma coisa digna de morte, não recuso morrer*; mas, se nada há das coisas de que estes me acusam, ninguém me pode entregar a eles; apelo para César" (At 25.11 - grifo do autor).

Muitos estranham o fato de se punir um adúltero com a morte, mas poucas pessoas sabem que até o ano de 2005, nosso ordenamento jurídico contemplava o adultério como crime. Isto mesmo, cometer adultério era crime e resultava em possível detenção (ainda que ínfima) de 15 dias até 6 meses. Todavia, este artigo foi revogado pela Lei nº 11.106, de 2005 – fazendo com que tal prática entrasse na "adequação social", isto é, deixou de ser crime por passar a ser considerado, "normal".

Ainda há aqueles que desconhecem que nosso Código Penal Militar (apenas para exemplificar como ainda estes desvios morais são punidos), no seu artigo 235, prevê a sanção de detenção de 6 meses a 1 ano por quem pratique pederastia[12]: "Pederastia ou outro ato de libidinagem - Praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar".

Precisamos informar que nosso país também adota a pena de morte, ainda que não seja muito divulgada e em apenas caso de guerra (traição, espionagem, roubo...).

Lê-se, assim, na Constituição Federal:

"Art. 5º (...)

- XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84,

XIX (...)"

Nosso Código Penal Militar complementa:

"Art. 55. As penas principais são:

a) morte (...)

Art. 56. A pena de morte é executada por fuzilamento."

Deste modo, se depreende que a pena de morte pelo adultério, bem como demais situações acima descritas, não é de toda alienígena, afinal, em nosso próprio país ainda temos certas sanções por fatos desta natureza.

Por prezarmos pelo princípio da unidade das Escrituras, não podemos colocar a palavra do Senhor contra Ele mesmo, ou seja, se no Antigo Testamento havia a penalidade e o pagamento respectivo com a própria vida (o que não excluía a salvação; lembremos do ladrão da cruz que, apesar de morto, foi salvo – Lc 23.39-43) e o próprio apóstolo concordou com tal lei aplicada pelos romanos, então, antes de recusarmos a Lei de Deus, devemos – no mínimo – procurar algum ensinamento bíblico que nos diga o contrário.

Muitos procuram driblar o ensino do Antigo Testamento contra a pena de morte e frequentemente citam o caso da mulher adúltera trazida até Jesus, buscando solucionar o problema e afirmar que, sob a égide de Cristo, não há mais morte: "E os escribas e fariseus trouxeram-lhe uma mulher apanhada em adultério; E, pondo-a no meio, disseram-lhe: Mestre, esta mulher foi apanhada, no próprio ato, adulterando. E na lei nos mandou Moisés que as tais sejam apedrejadas. Tu, pois, que dizes? Isto diziam eles, tentando-o, para que tivessem de que o acusar. Mas Jesus, inclinando-se, escrevia com o dedo na terra. E, como insistissem, perguntando-lhe, endireitou-se, e disse-lhes: Aquele que de entre vós está sem pecado seja o primeiro que atire pedra contra ela. E, tornando a inclinar-se, escrevia na terra. Quando ouviram isto, redargüidos da consciência, saíram um a um, a começar pelos mais velhos até aos últimos; ficou só Jesus e a mulher que estava no meio. E, endireitando-se Jesus, e não vendo ninguém mais do que a mulher, disse-lhe: Mulher, onde estão aqueles teus acusadores? Ninguém te condenou? E ela disse: Ninguém, Senhor. E disse-lhe Jesus: Nem eu também te condeno; vai-te, e não peques mais. Falou-lhes, pois, Jesus outra vez, dizendo: Eu sou a luz do mundo; quem me segue não andará em trevas, mas terá a luz da vida" (Jo 8.3-12).

Embora o presente relato possa nos ensinar muitas coisas, uma certamente não nos ensina: a abolição da pena de morte.

Notemos como o ocorrido difere do mandamento específico de Deus

do Antigo Testamento, pois onde estava o homem pego juntamente com a mulher? Levítico 20.10 prescrevia que "morrerá o adúltero e a adúltera". Os escribas agiram de modo parcialmente correto, pois a adúltera havia sido pega - "esta mulher foi apanhada, no próprio ato, adulterando", disseram eles. Porém, em um julgamento parcial e de acordo com seus próprios interesses, os escribas e fariseus (recorde quantas vezes o Senhor os censurou durante Seu ministério) tentaram persuadir a Jesus e colocá-lO em uma situação aparentemente sem saída, pois Lhe trouxeram somente a mulher; ao passo que Cristo agiu de acordo com a reta justiça e não violou de modo algum a Lei, pois seria uma desobediência à Lei o condenar a mulher e não assim o fazer com o homem – pois Ele não poderia tropeçar em qualquer ponto da mesma, "Porque qualquer que guardar toda a lei, e tropeçar em um só ponto, tornou-se culpado de todos" (Tg 2.10). Ademais, como se verá nos próximos capítulos, Cristo não era um magistrado da época e, portanto, não era investido de poder para decretar a morte de outrem.

Ditas e explanadas estas coisas, iniciemos nossa caminhada.

4. A queda do homem e suas consequências

Sabemos que o pecado de Adão e Eva foi avassalador para toda a humanidade e até hoje sofremos o preço daquela maligna desobediência.

Os cristãos são cônscios de que suas vidas possuem inúmeras e infindáveis imperfeições, de modo que somente em Cristo podem se refugiar e encontrar seguro descanso – "Deus é o nosso refúgio e fortaleza, socorro bem presente na angústia" (Sl 46.1). Acontece que, muitas vezes, nos foge à lembrança o fato do pecado ter inaugurado um mundo de tristezas, lamentações, ira e extrema crueldade. Esquecemo-nos deste ensinamento quando não buscamos pensar sobre o quê a Bíblia fala ao homem após o pecado: "Porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher, e comeste da árvore de que te ordenei, dizendo: Não comerás dela, maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida. Espinhos, e cardos também, te produzirá; e comerás a erva do campo. No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra; porque dela foste tomado; porquanto és pó e em pó te tornarás" (Gn 3.17-19).

O destaque a ser feito no versículo é: “Espinhos, e cardos também, te produzirá”. Qual o motivo do Senhor ter determinado que coisas desta natureza surgissem junto ao solo? Foi para decretar a punição do homem no seu dever de lavrar e cuidar da terra (Gn 2.15). Enquanto antes da queda, a terra produziria sempre boas e perfeitas safras, não havendo qualquer necessidade de se arrancar os espinhos e qualquer outra planta que sufocasse (lembremos da parábola do semeador, nos evangelhos), depois do pecado a terra passou a produzir todo tipo de dificuldade para ser lavrada e cuidada pelo homem.

Isto nos ensina que a terra não mais seria propícia como fora anteriormente no jardim do Éden – Adão já não usufruiria de um belo e lindo jardim, mas, sim, de um mundo onde o pecado abundaria. O belo e formoso lugar com suas preciosas frutas, pastos vistosos aos animais e rios que fluíam toda a beleza da criação, deu lugar ao horror e à dificuldade. Da submissão graciosa e bondosa, a esposa agora teria de passar por grandes dores de parto e, mesmo sem desejar, fazer a vontade do marido (Gn 3.16); do glorioso domínio sobre tudo, o homem passou a ser escravo da terra e ter de retirar dela, com muito esforço e tristeza, o sustento para sua casa (Gn 3.17-19).

As dificuldades da vida

Foi nesta grande e lamuriosa terra que Adão e Eva haveriam de criar seus filhos, instituir regras e lutar diariamente com todas as vicissitudes da vida sob a influência e maldição do pecado. A santa e pura harmonia havia se desfeito e estava inaugurado o tempo de dores, tristeza e amarguras profundas – não obstante, haveriam de ser consolados com a promessa do Salvador: "E porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua semente e a sua semente; esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar" (Gn 3.15; veja Rm 15.8). Apesar de todas as intempéries que sobreviriam ao casal e seus descendentes, a promessa do Cristo que viria ("a tua semente") foi dada por consolo.

Tendo nascido Caim e Abel, logo o primeiro tornou a tirar a vida do segundo, demonstrando aos nossos primeiros pais quão danosos haviam sido as consequências da desobediência ao Senhor. Notemos a malignidade do pecado, a ponto de fazer com que a bela e preciosa família, outrora ordenada por Deus ("Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra" – Gn 1.28), agora fosse destroçada e desunida pelo mundo.

Com relação aos animais, a Bíblia não nos relata quando eles começaram o que hoje conhecemos por "cadeia alimentar", mas temos registrado quem foi o primeiro a matar: "E fez o SENHOR Deus a Adão e à sua mulher túnicas de peles, e os vestiu" (Gn 3.21). Existem boas e fundadas razões para crermos que de fato o Senhor tirou a vida de um animal para servir de pele ao casal, porque, ainda que o Ele detenha todo o poder de fazer surgir qualquer coisa a partir de Sua própria vontade (Gn 1.1), naquele momento instituiu o sacrifício de animais, de modo que até mesmo antes da Lei de Moisés ser outorgada pelo Senhor, Abraão ofereceu um animal em sacrifício (Gn 22.13), pois certamente conhecera a história de Adão e Eva, bem como a ordem do Criador.

A Bíblia também nos revela diversos relatos onde homens lutaram contra homens e igualmente se viram em situações perigosas em meio aos animais. Muitos foram os homens de guerra do Antigo Testamento, todos padecendo da dificuldade e dos tristes desdobramentos do pecado original.

Por isso, não devemos olhar, por exemplo, para a história de Sansão, onde com uma só queixada de jumento tirou a vida terrena de mil homens (Jz 15.15) e imaginar que tal feito realizou-se com grande facilidade, quase como se o imaginássemos numa simples tarefa do dia a dia. Não! Não podemos

agir assim! Precisamos lembrar de que, mesmo sendo homem valente do Senhor (Hb 11.32), certamente lhe foi grande pesar e com mui dificuldade conseguiu derrotar tal enormidade de inimigos – não sozinho, mas o Senhor com ele!

Não devemos esperar uma vida sem dores

Como crentes e fieis em Cristo Jesus que desejamos ser, há o dever de constantemente labutarmos em meio a este mundo perverso e tenebroso. Certamente que com isso não estamos desprezando as maravilhas da criação e as incontáveis bênçãos do Senhor que recebemos durante toda vida (Sl 40.5). Mas é de suma importância o reconhecer que assim como a criação geme aguardando a redenção (Rm 8.22), também os filhos de Deus anseiam a vinda de Seu Filho, porque este mundo, nas palavras do apóstolo, "está no maligno" (1Jo 5.19).

O significado de o mundo estar morto no maligno implica que teremos dificuldades em todas as áreas de nossa vida – começando pelo lavrar da terra, o criar dos filhos, os inúmeros e insolucionáveis acordos internacionais, até mesmo à necessidade da descoberta para a cura de tantas doenças. Nada escapou do efeito devastador do pecado e, portanto, enquanto permanecermos nesta terra, não devemos nutrir a falsa expectativa de que seremos livres de toda vileza e que poderemos alcançar "o céu na terra". Conflitos sempre existiram, bem como a falta de alimentos (Êx 16.3; Dt 32.24; 2Rs 25.3...) – uns tendo em abundância e outros nada possuindo.

Este é o mundo em que vivemos, um lugar de dores, impiedade crescente e cuja salvação está somente em Cristo.

Todavia, precisamos nos esforçar

Profeticamente Isaías asseverou acerca de Cristo: "Era desprezado, e o mais rejeitado entre os homens, homem de dores, e experimentado nos trabalhos" (Is 53.3). Se o próprio Filho de Deus foi homem de dores, por que deveríamos esperar algo diverso? "Se a mim me perseguiram, também vos perseguirão a vós" (Jo 15.20). Também Paulo exortou, dizendo: "Todos os que piamente querem viver em Cristo Jesus padecerão perseguições" (2Tm 3.12).

Dissemos anteriormente que somente nos céus junto ao Senhor e com a plena união com Cristo restaurada é que gozaremos completa bonança de nossas tarefas e o findar das mazelas terrenas. Grifemos, porém, a

necessidade de incutir em nossos corações a preciosa pérola escriturística: "Esforça-te, pois, e esforcemo-nos pelo nosso povo, e pelas cidades de nosso Deus; e faça o SENHOR o que bem parecer aos seus olhos" (2Sm 10.12). Este deve ser nosso papel enquanto cristãos peregrinos por esta terra (Hb 13.13-14). Precisamos, apesar das dificuldades, empreender grande esforço "pelo nosso povo, e pelas cidades de nosso Deus".

Como cristãos que professamos ser, devemos estar aos pés de Cristo como Maria e suplicar-Lhe misericórdia (Lc 10.42), e igualmente como Davi, sabendo escolher corretamente as pedras (1Sm 17.40); na figura de Gideão, aprendemos a resignar-nos de toda força no exército humano e a confiar no Senhor, pois apesar de escolher apenas trezentos homens, com estes levou Seu povo à vitória (Jz 7).

Um Deus de guerra

Antes de o pecado ter vindo ao mundo, somos informados: "viu Deus que era bom" (Gn 1.10, 12, 18, 21, 25). Não havia qualquer fato que trouxesse desconforto ao homem; nem mesmo o sol o molestava de dia ou a lua de noite (vide as palavras de benesses para com o Senhor em Sl 121.6); os rios não possuíam superlotações de peixes que os tirava a vida por falta de oxigênio; não havia animais venenosos a temer; tampouco as árvores tombavam em direção da morada de Adão e Eva. Não somente estas coisas naturais, mas também: "E ouviram a voz do SENHOR Deus, que passeava no jardim pela viração do dia" (Gn 3.8).

O Senhor andava pelo jardim e tinha grande e deleitosa comunhão com Suas criaturas. Não havia morte naquele precioso lugar e temos firme convicção de que ela, a morte, é fruto do pecado: "Porque o salário do pecado é a morte" (Rm 6.23).

Naquele precioso tempo as plantas não murchavam e os animais não padeciam necessidades, pois tal qual na cidade celestial onde Cristo será a perfeita luz (Ap 22.5), também no Éden, certamente a presença de Deus refulgia por sobre as águas e fortalecia toda a divina criação. Mas, houve o pecado e a morte entrou no mundo - "da árvore do conhecimento do bem e do mal, dela não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás" (Gn 2.17).

Somente a partir da queda do homem, então, lemos o Sapientíssimo Deus sendo chamado de “O Senhor dos Exércitos” (2Sm 5.10; 1Rs 18.15; 1Cr 11.9; Is 10.23; Os 12.5; Am 3.13; Sf 2.9; Ag 1.5; Rm 9.29...). Registrou

Moisés: "O SENHOR é homem de guerra" (Êx 15.3). Davi expressou esta esfera militar do Eterno ao bradar diante dos filisteus e do gigante Golias: "porque do SENHOR é a guerra, e ele vos entregará na nossa mão" (1Sm 17.47). Novamente, Davi expôs de maneira clara o caráter irado e valeu-se de armas para exemplificar a santa justiça: "Deus é juiz justo, um Deus que se ira todos os dias. Se o homem não se converter, Deus afiará a sua espada; já tem armado o seu arco, e está aparelhado. E já para ele preparou armas mortais; e porá em ação as suas setas inflamadas contra os perseguidores" (Sl 7.11-13).

Muitas dezenas de guerras se sucederam em virtude do pecado: das Águas de Merom (Js 11); na vitória sobre Sísera (Jz 4 e 5); guerra aos hagarenos, como a Jetur, e a Nafis e a Nodabe (1Cr 5.19); guerra entre Roboão e Jeroboão (1Rs 14.30); guerra entre Asa e Bassa (1Rs 15.16); guerra do rei da Síria contra Israel (2Rs 6.8); guerra entre a casa de Saul e a casa de Davi (2Sm 3.6); a guerra dos quatro reis contra cinco (Gn 14); guerra de Sambalate, Tobias, os árabes, os amonitas e os asdoditas contra Jerusalém (Nm 4.7-8); guerra do rei do sul contra o rei do norte (Dn 11.11); guerra contra Jerusalém no Novo Testamento (Mt 24.6)...

Todas estas batalhas e ainda muitas, nos explicitam que vivemos em um mundo de conflitos e desavenças. Não devemos adotar a ingenuidade e pensar que somente a educação irá aliviar tais guerras, pois muitos foram os homens "bem educados" e que intentaram grandes e terríveis conflitos.

É mister também compreendermos claramente que nosso Senhor não é um Deus contrário à guerras. Sim, por mais que este fato possa nos espantar, a Bíblia deixa clarividente este prisma guerreiro de Deus. Precisamos, contudo, entender sobre qual tipo de guerra se está a falar.

Ao asseverarmos que nosso Deus possui uma guerra, não estamos advogando um princípio de matança ou de intolerância para com qualquer falha, pois quem seria achado com lábios puros e limpo de coração? "Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus" (Rm 3.23). Porém, por outro lado, é erro grosseiro o achar que Deus não requer de Seus Filhos o cuidado de Sua criação.

Observamos com nitidez as palavras dirigidas ao primeiro homem vivente: "E tomou o SENHOR Deus o homem, e o pôs no jardim do Éden para o lavrar e o guardar" (Gn 2.15). A palavra em nosso vernáculo traduzida por "guardar", no hebraico original é "שמר" (Shamar) e significa "manter, guardar, observar, dar atenção, proteger, ter cuidado".[13] Tal significado da

palavra é mui salutar para nossa compreensão, porque é a mesma usada logo após a expulsão do Éden: "E havendo lançado fora o homem, pôs querubins ao oriente do jardim do Éden, e uma espada inflamada que andava ao redor, para *guardar* o caminho da árvore da vida" (Gn 3.24 – grifo do autor). Também vemos esta palavra e o dever que ela carrega, sendo usada como desculpa pelo ímpio Caim: "E disse o SENHOR a Caim: Onde está Abel, teu irmão? E ele disse: Não sei; sou eu *guardador* do meu irmão?" (Gn 4.9 – grifo do autor).[14] Não somos informados sobre quais eram, literalmente, as obrigações de Adão e Eva no precioso jardim, porém as Escrituras revelam que eles deveriam "guardar" e zelar por aquele precioso paraíso.

Na teologia, chama-se o tempo antes da queda de "pacto de obras", pois havia sido dada uma ordem aos primeiros pais, uma bênção caso obedecessem e uma maldição caso violassem o mandamento de não comerem da árvore do conhecimento do bem e do mal (Gn 1.27). Os desdobramentos deste pacto eram inúmeros para Adão e Eva. Porém, houve o pecado e foi instaurado o que chamamos de "pacto da graça". Enquanto no primeiro pacto, Adão e Eva tinham condições de obedecer ao Senhor[15] e viver para sempre, no segundo pacto (quando Deus sacrificou o cordeiro e vestiu-os de sua pele, prefigurando o sangue de Cristo que estaria cobrindo todos os Seus filhos) não há qualquer possibilidade do homem obedecer ao Senhor, "Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus" (Rm 3.23).

Desta feita, tendo sido expulsos do jardim, lemos: "O SENHOR Deus, pois, o lançou fora do jardim do Éden, para lavrar a terra de que fora tomado" (Gn 3.23). Notemos que o "guardar" foi retirado, quando comparado à vez anterior aonde vinha acompanhado do "lavrar" (Gn 2.15). Qual o significado disto? Teria o Senhor revogado a ordem para o homem zelar e cuidar da terra?

Examinemos estes e outros pontos no capítulo seguinte.

5. A autotutela e a Lei no Antigo Testamento

Devemos, de imediato, remover toda grossa e empoeirada sujeira posta sobre este instituto, a fim de lançarmos maior luz ao que desejamos tratar.

Autotutela significa o "agir por si mesmo", uma decisão unilateral (partindo de apenas uma das partes), remonta aos tempos antigos e acha grande guarida por toda a Bíblia (ora mais, ora menos presente). Por remeter aos tempos passados, contudo, não significa que seja antiquado ou ultrapassado – somente é antigo, assim como dar à luz aos filhos é algo primitivo, mas plenamente atual e normal. A autotutela, durante muitos períodos, sempre foi o meio pelo qual os homens resolveram os problemas entre si e isso sem a necessidade de muita intervenção estatal – ao contrário do que ocorre atualmente.

Falar em autotutela significa apontar dois fatos importantes: em **primeiro lugar**, devemos assimilar a ideia de que sempre houve e haverá a necessidade dos homens disputarem entre si – isto é inerente ao homem pecador e tal gravidade somente será removida na Jerusalém celestial (Hb 12.22). O ser humano naturalmente destituído da glória de Deus (Rm 3.23) é capaz – e realmente leva a cabo – de brigar e intentar resolver seus problemas por conta própria, não importando a opinião alheia e muito menos o que Deus requer do homem. Para validar este ensino, basta recordarmos de Caim e Abel: "E falou Caim com o seu irmão Abel; e sucedeu que, estando eles no campo, se levantou Caim contra o seu irmão Abel, e o matou" (Gn 4.8). Nesta narrativa bíblica, temos um claro exemplo da autotutela (o resolver dos próprios problemas) no âmbito do que hoje conhecemos por Direito Penal. Não menosprezando todas as demais nuances que esta narrativa envolve, temos o claro sobrepujar de Caim sobre Abel por meio da força física e/ou com algum ato sorrateiro. Em **segundo lugar**, lembremos da impossibilidade do governo se fazer presente em todas as ocasiões possíveis. Nem mesmo no Estado[16] teocrático de Israel isso era possível, razão pela qual o Senhor prescrevera o "vingador de sangue" – posteriormente o veremos em maiores detalhes.

Por óbvio, no tempo deste instituto da autotutela, apesar de toda Lei de Deus, muitas injustiças eram cometidas e comumente prevalecia aquele que possuísse maior força e poder de mando (exemplo de Caim e Abel,

Moisés ao matar o egípcio[17] [Êx 2.12], bem como de reis e todas as lutas corpóreas)[18]. De fato, muitíssimos eram, literalmente, escravizados, pois não possuíam poder físico ou qualquer outra persuasão social que comovesse as demais classes, para que lhes dessem liberdade. A própria Bíblia revela como no caso de determinada pessoa ter contraído dívida e não poder honrá-la, o credor teria o direito de tomar o devedor como seu serviçal, de modo que este trabalharia na propriedade daquele até ter haver sido satisfeita a dívida devida (Êx 22.2-3; Dt 21.10-11); porém, após seis anos trabalhados, o senhor deveria liberar o servo israelita e lhe fornecer mantimentos para que pudesse recomeçar sua vida econômica (Dt 15.12-15).

Mas, não obstante a visão clássica entre "opressor" e "oprimido", nem toda autotutela foi banida com o advento de um governo melhor estabelecido e o trocar da vida seminômade pela sedentária. Vejamos como se deu esta mudança.

Breve cronologia da autotutela no povo de Israel

Como vimos anteriormente, nos primórdios da civilização a autotutela era o único meio que regia as relações humanas[19]. Ainda que o Senhor já houvesse comunicado ordenanças ao primeiro casal, o mundo fora do Éden necessitava de demais leis e isto era necessário para que o homem não vivesse de acordo com suas próprias imaginações e vãos pensamentos (Mt 15.9; Mc 7.7). Com Caim e Abel temos o primeiro homicídio da história da humanidade e que inaugura, por assim dizer, o estopim do desejo de ter as pretensões satisfeitas (já iniciado com a queda) que perpetuaria os séculos dos séculos.

O erudito e conceituado historiador Roland de Vaux (1903-1971), em seu famoso livro, traça a seguinte linha com relação à autotutela do povo de Deus: "O vínculo de sangue, real ou suposto, cria uma solidariedade entre todos os membros da tribo. É um sentimento extremamente vivo, que persistiu por muito tempo depois da sedentarização. A honra e a desonra de cada membro repercute em todo o grupo. Uma maldição se estende a toda a linhagem e Deus castiga as faltas dos pais nos filhos até a quarta geração, Êx 20.5. Um chefe valoroso honra a toda uma família, enquanto que um grupo inteiro sofre as consequências do erro de seu dirigente, 2Sm 21.1.."[20]

Essa união, contudo, não se restringia meramente às emoções e

vínculos afetivos, e sim, ia além: "Essa solidariedade se expressa de modo particular no dever que se impõe ao grupo de proteger seus membros fracos e oprimidos. Essa é a obrigação por trás da instituição do *go'el*, que excede as condições do nomadismo... A obrigação mais grave do *go'el* israelita é a de assegurar a vingança de sangue, na qual se descobre uma lei do deserto: o *târ* dos árabes. O sangue de um parente deve ser vingado mediante a morte do que o derramou ou, na falta desse, com a morte de alguém de sua família; no interior do grupo não há lugar para vingança de sangue, mas para o castigo ou expulsão do culpado."[21]

Quem, contudo, era este *go'el?* "Os membros da família em sentido amplo devem uns aos outros ajuda e proteção... É a instituição do *go'el*, palavra procedente de uma raiz que significa 'resgatar, reivindicar', e, mais fundamentalmente, 'proteger'. O *go'el* é um redentor, um defensor, um protetor dos interesses do indivíduo e do grupo... Uma das obrigações mais graves do *go'el* era a vingança de sangue... O termo *go'el* passou à linguagem religiosa. Assim, Iahvé, vingador dos oprimidos e salvador de seu povo, é chamado *go'el* em Jó 19.25; Sl 19.15; 78.35; Jr 50.34, etc., e frequentemente na segunda parte de Isaías: 41.14; 43.14; 44.6, 24; 49.7; 59.20, etc."[22]

Ele acrescenta ainda, o valor do impacto e ensino desta prática requerida e autorizada por Deus: "Não se trata só de procurar uma compensação 'homem por homem, mulher por mulher', como dirá o Corão, mas é uma proteção: em uma sociedade não centralizada, a perspectiva da dívida de sangue que será preciso pagar é um freio que contém os indivíduos e o grupo."[23]

Muitos imaginam que esta ordem de Deus (vida por vida) foi válida somente durante a peregrinação pelo deserto e nos momentos em que os israelitas viveram algo semelhante ao nomadismo; todavia, mostra-se falacioso este entendimento. "O costume se manteve depois que os israelitas se tornaram sendentários. Assim, Joabe mata Abner, 2Sm 3.22-27, 30, para vingar a morte de seu irmão Asael, 2Sm 2.22-23. Contudo, a legislação procurou atenuar essa vingança mediante o exercício de uma justiça pública. A legislação acerca das cidades de refúgio, Nm 35.9-34; Dt 19.1-13, sanciona a vingança de sangue mas a controla exigindo de antemão um juízo sobre a culpabilidade do assassino e excluindo o caso de homicídio involuntário. Só que, contrariamente ao direito beduíno, a legislação israelita não aceita a compensação em dinheiro, invocando para isso um motivo religioso: o

sangue derramado profanou o país em que habita Iahvé e deve ser expiado pelo sangue do mesmo que o derramou, Nm 35.31-34."[24] Havia, portanto, dada à revelação progressiva de Deus, um constante ensinar da parte do Senhor aos israelitas.

Para que as cidades refúgio não tivessem papel diverso do intentado pelo Altíssimo, elas foram separadas para um propósito específico. "O costume antiquíssimo de vingança de sangue, executado pelo *go'el* nunca desapareceu, e foi reconhecido pela lei. Esta, entretanto, tentou limitar os abusos que podiam facilmente nascer do exercício de uma justiça particular. Conseguiu isso distinguindo o homicídio voluntário e o involuntário, e estabelecendo lugares de refúgio onde o homicida involuntário pudesse encontrar asilo. O princípio encontra-se no Código da Aliança: quem tenha cometido um crime sem premeditação poderá refugiar-se no altar que Deus indicar; mas o assassino será arrancado até mesmo do altar, para ser morto, Êx 21.13-14."[25]

"O asilo é concedido unicamente ao homicida involuntário. O assassino voluntário não deve ser recebido e deverá morrer nas mãos do vingador de sangue. A comunidade decidirá sobre a culpa, rechaçará o assassino e velará sobre o homicida involuntário, que não abandonará a cidade refúgio antes da morte do sumo sacerdote... São os Anciãos destas cidades que admitem o fugitivo, depois de realizarem uma verificação. Ele morará naquela cidade até que compareça em juízo ante a comunidade, até a morte do sumo sacerdote."[26] Existiam seis cidades refúgio, três na Transjordânia e três na Cisjordânia.

Naquele tempo, para evitar falsas testemunhas e juízos tendenciosos, comentando sobre o Direito e a Bíblia no livro de Deuteronômio, assinala o nobre ex-desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e ex-deputado federal, Regis Fernandes de Oliveira: "Reitera-se, também, a instituição de julgadores. 'Israel deverá colocar juízes e *oficiais administrativos* em todas as cidades recebidas do Senhor. Eles terão de administrar com justiça todas as partes do território' (16.18). Em seguida, dá *regras sobre o julgamento*, estabelecendo que: 'não torça a justiça. Não favoreça injustamente ao rico por ser rico, nem ao pobre por ser pobre' (16.19-20) e 'nunca aceite suborno' (16.19-20). Aqui, Deus repele com veemência, a *corrupção do magistrado*. Na sequência, descaracteriza a *testemunha única* como prova conclusiva. Diz a Bíblia que não se deve decretar a morte de uma pessoa 'com base no

depoimento de uma testemunha só; são necessárias ao menos duas ou três testemunhas' (17.6)."[27]

Paira no ar, entretanto, certa dúvida quanto ao fato de ter existido ou não um real Estado em Israel - daí de Vaux acrescentar: "Não se pode falar, pois, de *uma* concepção israelita de Estado. A confederação das doze tribos, a realeza de Saul, a de Davi e de Salomão, as dos reinos de Israel e de Judá, e a comunidade pós-exílica representam outros tantos regimes diferentes. Pode-se, sem dúvida, ir mais longe e dizer que nunca houve concepção israelita de Estado. Nem a confederação das tribos nem a comunidade do retorno constituíam Estados... [O] que é fundamental para o pensamento israelita, a saber, a teocracia: Israel é o povo de Iahvé e não há outro senhor além dele. Por isso Israel não deixa de ser, de um extremo ao outro de sua história, uma comunidade religiosa: era a religião que unia as tribos instaladas em Canaã, assim como reunirá os exilados regressos de (sic) Babilônia, e é ela que também mantém a coesão do povo durante a monarquia e apesar da divisão dos dois reinos... Em tal perspectiva o Estado, praticamente a monarquia, aparece como elemento acessório e, de fato, Israel prescindiu dele durante a maior parte de sua história."[28]

Toda esta autotutela, todavia, não significava completa liberdade para se retirar a vida de alguém "sem motivo" ou por qualquer razão torpe. Como visto nos comentários, esta foi uma das razões da transição da justiça particular para a pública.

Frisa-se ainda que a Lei de Deus vigorava tanto para o judeu como para o estrangeiro: "Uma mesma lei haja para o natural e para o estrangeiro que peregrinar entre vós" (Êx 12.49; Lv 24.22), pois o propósito da Lei é universal e todos estão a ela obrigados. Ademais, o Senhor havia instituído "cidades refúgio", lugares onde o homicida (por dolo ou culpa) poderia se abrigar enquanto aguardava o julgamento, e estas deveriam estar próximas, a fim de proporcionar um fácil acesso a elas (Nm 35.11).

Examinemos melhor a diferenciação entre o homicídio doloso e culposo.

Mortes por dolo ou culpa

Apesar de, para muitos, esta distinção ser frívola e exalar ares de burocracia jurídica, prova-se com grande clareza que o intuito é justamente oposto, mostrando-se patente a necessidade de diferenciar entre a intenção (dolo) e o agir com negligência, imprudência ou imperícia (culpa).

Assim como em nosso ordenamento jurídico há respaldo para esta diversidade (dentre outras), no sistema de Deus também tal proporção é contemplada, haja vista ser bastante diverso o crime cometido com "desejo" de ver a morte alheia e aquele onde não havia qualquer intenção (ao menos no que se pode aferir mediante o que hoje chamamos de "devido processo legal").

A palavra do Senhor preceitua quanto ao **dolo**: "Serão por refúgio estas seis cidades para os filhos de Israel, e para o estrangeiro, e para o que se hospedar no meio deles, *para que ali se acolha aquele que matar a alguém por engano*. Porém, se o ferir com instrumento de ferro e morrer, homicida é; certamente o homicida morrerá. Ou, se lhe ferir com uma pedrada, de que possa morrer, e morrer, homicida é; certamente o homicida morrerá. Ou, se o ferir com instrumento de pau que tiver na mão, de que possa morrer, e ele morrer, homicida é; certamente morrerá o homicida" (Nm 35.15-18 – grifo do autor). Vislumbra-se que a cidade refúgio servia para acolher aquele que tirou a vida de outrem "por engano" - jamais a Lei de Deus protegeu o delinquente mal intencionado e desejoso da morte alheia, porque isto é visto como uma rebeldia contra o próprio Senhor e os homens, ainda que tenham o pecado, são à imagem e semelhança de Deus (Gn 1.27). Seguindo, vemos que tal homicida não deveria usar "instrumento de ferro", "ferir com uma pedrada" ou "ferir com instrumento de pau que tiver na mão", pois estes seriam considerados como armas nas mãos do que retirou a vida, além de indicarem que o crime não havia sido "por engano", porque todos os materiais mencionados são de curto alcance, o que indicava a proximidade e descaracterizava o "engano", vez que se suponha o agressor estando nas proximidades da vítima. O agressor encontrado em falta para com estas condições, estaria desprotegido pela Lei de Deus: "O vingador do sangue matará o homicida; encontrando-o, matá-lo-á" (Nm 35.19).

Notemos, então, que a Lei inclui juntamente com o dolo, o instrumento usado com consciência da possibilidade letal do mesmo, "de que possa morrer"; desta feita, para ocorrer crime com dolo, se levava em conta dois fatores: o meio pelo qual ocorreu a morte e a intenção por detrás do meio. Diz também a Escritura: "Se também o empurrar com ódio, ou com mal intento lançar contra ele alguma coisa, e morrer; Ou por inimizade o ferir com a sua mão, e morrer, certamente morrerá aquele que o ferir; homicida é; o vingador do sangue, encontrando o homicida, o matará" (Nm 35.20-21). Neste diapasão, a Lei de Deus enfatiza novamente o dolo, afinal, "empurrar

com ódio, ou com mal intento lançar contra ele alguma coisa" e "por inimizade o ferir com a sua mão", são atitudes evidentemente movidas pela vontade – não por descuido e/ou "por engano".

Na doutrina penal de nosso país, podemos enquadrar este fato em *preterdolo* (dolo no antecedente e culpa no consequente - quis empurrar, mas não desejou a morte; quis ferir, mas não intentou matar) ou *dolo eventual* (o autor do crime não desejava a morte, mas pouco se importaria se ela viesse a ocorrer).

Com respeito à **culpa**, assiste a santa palavra de Deus: "Porém, se o empurrar subitamente, sem inimizade, ou contra ele lançar algum instrumento sem intenção; Ou, sobre ele deixar cair alguma pedra sem o ver, de que possa morrer, e ele morrer, sem que fosse seu inimigo nem procurasse o seu mal; Então a congregação julgará entre aquele que feriu e o vingador do sangue, segundo estas leis" (Nm 35.22-24). Notadamente há conduta oposta quanto ao dolo; enquanto o primeiro deveria ser com intenção de matar ou visualizando-se tal real possibilidade, na culpa o tratamento é outro: "se o empurrar subitamente, sem inimizade, ou contra ele lançar algum instrumento sem intenção" e "sobre ele deixar cair alguma pedra sem o ver". Naturalmente, portanto, o fato típico é diverso, a conduta é outra e o tratamento deve ser proporcional. No dolo o "vingador de sangue" poderia encontrar o homicida e em qualquer momento tirar-lhe a vida; na culpa, todavia, isto não poderia acontecer - "a congregação julgará entre aquele que feriu e o vingador do sangue, segundo estas leis". Não obstante o perdão possivelmente concedido pela congregação e anciãos, o homicida involuntário deveria permanecer na cidade refúgio e dela não deveria se retirar: "E a congregação livrará o homicida da mão do vingador do sangue, e a congregação o fará voltar à cidade do seu refúgio, onde se tinha acolhido; e ali ficará até à morte do sumo sacerdote, a quem ungiram com o santo óleo" (Nm 35.25). Caso o homicida (involuntário) descumprisse a Lei, a sanção recairia sobre ele e o "vingador de sangue" poderia intentar por seu parente morto, não importando onde o agressor fosse encontrado: "Porém, se de alguma maneira o homicida sair dos limites da cidade de refúgio, onde se tinha acolhido, E o vingador do sangue o achar fora dos limites da cidade de seu refúgio, e o matar, não será culpado do sangue. Pois o homicida deverá ficar na cidade do seu refúgio, até à morte do sumo sacerdote; mas, depois da morte do sumo sacerdote, o homicida voltará à terra da sua possessão" (Nm 35.26-28).

Outro versículo é igualmente clarividente quanto à culpa: "Como aquele que entrar com o seu próximo no bosque, para cortar lenha, e, pondo força na sua mão com o machado para cortar a árvore, o ferro saltar do cabo e ferir o seu próximo e este morrer, aquele se acolherá a uma destas cidades, e viverá; Para que o vingador do sangue não vá após o homicida, quando se enfurecer o seu coração, e o alcançar, por ser comprido o caminho, e lhe tire a vida; *porque não é culpado de morte, pois o não odiava antes*" (Dt 19.5-6 – grifo do autor). A Escritura é mais do que cristalina ao afirmar que a morte sem intenção e não movida por ódio, jamais é crime perante o Senhor, pois mesmo devido às infindáveis vicissitudes naturais – dentro da soberania e decreto de Deus – todos os nossos dias já estão contados, o que se traduz em dizer que nada acontece por "acidente", nem mesmo o soltar do ferro do machado. "Visto que os seus dias estão determinados, contigo está o número dos seus meses; e tu lhe puseste limites, e não passará além deles" (Jó 14.5); "Quem de vocês, por mais que se preocupe, pode acrescentar uma hora que seja à sua vida?" (Mt 6.27 - NVI).

A Bíblia fornece evidências suficientes para se compreender esta distinção entre **dolo** e **culpa,** cidades refúgio e o "vingador de sangue". Todo o sistema legislativo e judiciário de Deus em Israel, buscava coibir atos atentatórios contra a dignidade humana, mas igualmente não permitia que a impunidade criasse raízes em meio ao Seu povo.

A função dupla da Lei

Dissertando sobre as funções da Lei de Deus aos verdadeiramente convertidos, o reformador João Calvino (1509-1564) comentou sobre a função inibidora da Lei à restrição da prática do mal: "A segunda função da lei é que *aqueles* que *não* são tangidos por nenhuma preocupação do justo e do reto, a não ser que a *isso* sejam obrigados, tenham de ser contidos ao menos pelo temor dos castigos, enquanto ouvem as terríveis sanções nela *gravadas*. São, porém, contidos, não porque a disposição interior lhes seja acionada ou afetada, mas porque, como que interposto um freio, contêm as mãos de ação externa e coíbem internamente sua depravação, a qual, de outra sorte, teriam de derramar desabridamente... esta justiça, forçada e compulsória, é necessária à sociedade comum dos homens, a cuja tranquilidade este se vota, enquanto se vela para que todas as coisas não se

misturem em confusão, o que aconteceria, se a todos tudo se permitisse."[29]

É sabido, entretanto, que não somente aos regenerados (no Antigo Testamento, hebreus piedosos e transformados firmemente pelo Altíssimo, todos justificados pela fé, conforme lemos: "o justo pela sua fé viverá" - Hc 2.4; Rm 1.17; Gl 3.11; Hb 10.38; doravante em Hebreus 11) a Lei é útil, e sim também aos não regenerados: "Os outros têm necessidade de um freio com que sejam coibidos, para que não soltem a tal ponto as rédeas à concupiscência de sua carne, que se afastem inteiramente de todo o zelo de retidão. Pois, onde o Espírito de Deus ainda não impera, aí por vezes as paixões refervescem em tal medida que há perigo de que mergulhem no esquecimento e desprezo de Deus a alma a elas sujeita. E *isto* aconteceria se Deus não viesse a seu encontro com este remédio... Ora, todos quantos viveram por algum tempo na ignorância de Deus confessam haver-lhes isso acontecido, que fossem contidos em certo temor e deferência de Deus pelo freio da lei, até que, regenerados pelo Espírito, começassem a amá-lo de coração."[30]

Por estes fachos de luz, não se deve olvidar do caráter inibidor nem da função punitiva da Lei do Senhor[31]. De um lado buscando cercear a bestialidade selvagem inerente ao homem (em Caim e Abel as leis penais ainda não eram vigentes, daí o tratamento não ser semelhante; todavia, recaiu sobre Caim a maldição de Deus – Gn 4.11); do outro, punindo com vigor todo aquele que intenta contra as criaturas do Senhor e profana a terra com sangue inocente.

Como temos visto, o homicídio doloso é algo terrível e condenado pelas Escrituras. Tamanha é sua natureza perversa, que assim censurou Jesus àqueles que o escutavam e vangloriavam-se de si mesmos: "Vós tendes por pai ao diabo, e quereis satisfazer os desejos de vosso pai. Ele foi homicida desde o princípio, e não se firmou na verdade, porque não há verdade nele" (Jo 8.44). O apóstolo foi explícito: o homicídio é fruto do pecado e aquele que comete tal delito, é filho do diabo. Ora, por que tamanha ênfase? Porque a transgressão voluntária à Lei de Deus, em contraste com a fraqueza e intempéries da vida pecaminosa, surge da mente não regenerada e que ainda tem "por pai ao diabo, e quereis satisfazer os desejos de vosso pai". Duras palavras!

Mas é necessário calçarmos corretamente esta afirmação, sobretudo pelo perigo de negarmos a própria Lei. Balanceemos esta questão e

relembremo-nos de que o homicida involuntário ("por engano", sem intenção de matar) nunca foi considerado um transgressor da Lei e jamais foi comparado ao diabo, daí se patentear a liberdade posterior para este: "Pois o homicida deverá ficar na cidade do seu refúgio, até à morte do sumo sacerdote; mas, depois da morte do sumo sacerdote, o homicida voltará à terra da sua possessão" (Nm 35.28). O objetivo das cidades refúgios era duplo: promover um local seguro até o julgamento; e no caso de ser absolvido, zelar pela vida do homicida involuntário, de modo que o "vingador de sangue", mesmo desejando, não poderia tirar-lhe a vida.

Diz, entretanto, a palavra de Deus, que certamente o opressor deve ser punido, sendo grave pecado o ter balanças desonestas (Pv 11.1; Mq 6.11): "Mas ao ímpio diz Deus: Que fazes tu em recitar os meus estatutos, e em tomar a minha aliança na tua boca? Visto que odeias a correção, e lanças as minhas palavras para detrás de ti. *Quando vês o ladrão, consentes com ele*, e tens a tua parte com adúlteros" (Sl 50.16-18 – grifo do autor). Evidencia-se, sem mais delongas, o caráter necessário da punição e a gravidade do ser condescendente com a maldade em uma sociedade.

Certamente a Lei de Deus não exigia o se aproximar do delinquente em flagrante e o fazer do pedido para que tal cessasse com sua prática delituosa, isso porquê em última instância, o roubo e todo ultraje à paz social, por Deus não é considerado somente uma violação às leis terrenas, mas uma grave e perniciosa desobediência à Sua Palavra que ordena a todos os homens o obedecer dos magistrados (Rm 13) – daí, então, a punição ser devida.

A ocorrência de morte involuntária

Tendo visto os subsídios bíblicos com respeito ao que a Lei prescrevia sobre o dolo e culpa, bem como da não punibilidade ao que não desejou a morte, que se diria dos momentos em que a morte – vida por vida – poderia se tornar a única saída? Seria este um pecado punível pelo Senhor?

Na Lei dada pelo Senhor, lemos sobre qual era o tratamento ao cidadão que se deparasse com um delinquente: "Se o ladrão for achado roubando, e for ferido, e morrer, o que o feriu não será culpado do sangue. Se o sol houver saído sobre ele, o agressor será culpado do sangue; o ladrão fará restituição total; e se não tiver com que pagar, será vendido por seu furto. Se o furto for achado vivo na sua mão, seja boi, ou jumento, ou ovelha, pagará o dobro" (Êx 22.2-4).

O texto bíblico é claro em afirmar não ser crime o buscar expulsar o

delinquente do local: "e for ferido". Embora a Bíblia não autorize chacinas e mortes em massa, a espada da justiça de Deus não pune o agressor movida de justa causa, ainda que o ladrão venha a "morrer". É importante salientar este ponto, porque a própria Escritura fala em primeiro "ferir", no intento de afugentar o malfeitor, porém contempla, igualmente, a possibilidade de haver morte. Entretanto, o povo de Israel não deveria sair em extermínio a todo infrator, pois havia uma situação ímpar em que poderiam feri-lo: "Se o sol houver saído sobre ele, o agressor será culpado do sangue". O povo de Israel, em atribuição da legítima defesa permitida e autorizada por Deus (grafemos bem este ponto), somente poderia ferir o ladrão durante a noite, devido ao pressuposto de que neste período tudo se torna mais vulnerável, bem como não há tempo para se planejar o que fazer e muito menos ter completa ciência do que acontece – havendo um ladrão, um assalto, um problema de caráter emergencial, o povo de Deus poderia e, sendo possível, deveria tratá-lo ali mesmo. Porém, caso o ladrão se insurgisse durante o dia, o cidadão judeu não poderia matá-lo, tendo em vista as melhores condições para se planejar e visualizar o ocorrido.

Mas há também um precioso ponto a notar: embora ao israelita fosse proibido o matar do intruso durante o dia, poderia feri-lo e fazer com que dali se retirasse. Isto fica evidente na sentença que dispõe o versículo: "Se o sol houver saído sobre ele, *o agressor será culpado do sangue*". O tratamento aqui para "sangue" não é com relação aos cortes pelo corpo, mas à vida que foi tirada em momento inoportuno.

Ademais, importante é frisar que a morte é aventada como uma possível consequência do roubo, porém não poderia ser o remédio imediato, pois a penalidade para o roubo não era a morte, e sim a restituição: "o ladrão fará restituição total; e se não tiver com que pagar, será vendido por seu furto. Se o furto for achado vivo na sua mão, seja boi, ou jumento, ou ovelha, pagará o dobro".

François Turretini (1623-1687), grande comentarista, assim registrou: "Segundo, o homicídio defensivo não é proibido quando alguém, com o propósito de defender sua própria vida contra um agressor violento e injusto (mantendo-se nos limite da proteção lícita), mata o outro. Para que seja considerada uma proteção lícita, é necessário: (1) que o agressor nos assalte injustamente e caia sobre nós; (2) que o defensor esteja colocado além de toda culpa, enquanto todas as demais vias pelas quais pudesse escapar moralmente, falando, fugindo ou se entregando lhe estejam fechadas; (3) que

nada seja feito por ele sob o impulso da ira, ou com o sentimento e o desejo de se vingar, mas com a única intenção de se defender. A razão é clara. Embora não seja lícito revidar com a mesma moeda e se vingar, contudo repelir a força pela força e defender-se pertence ao direito natural e perpétuo (especialmente onde a agressão é simplesmente violenta e destituída de toda autoridade pública), incluindo até o assassinato do agressor (ainda que em si mesmo não tencionado, mas porque não podemos de outra forma defender nossas vidas e livrar-nos de sua injusta agressão)... o próprio Deus notifica isto claramente na lei, onde se apresenta um caso de defesa privada do qual se pode formular um juízo concernente à prática dessa lei: 'Se um ladrão for achado arrombando uma casa e, sendo ferido, morrer, quem o feriu não será culpado do sangue' (Êx 22.2). Se o sol nascer sobre ele, haverá sangue derramado por ele [será culpado do sangue], caso o matador puder descobrir com certeza que o ladrão veio só com o propósito de roubar, e não de matar."[32]

Conciliando a morte com o sexto mandamento

O sexto mandamento é: "Não matarás" (Êx 20.13). Como harmonizar, porém, este mandamento com versículos anteriores, bem como tantos outros que demonstram o Senhor ordenando que os próprios israelitas matassem e fizessem guerras? Destes últimos, temos alguns exemplos: "Quando alguém se virar para os adivinhadores e encantadores, para se prostituir com eles, eu porei a minha face contra ele, e o extirparei do meio do seu povo... Também o homem que adulterar com a mulher de outro, havendo adulterado com a mulher do seu próximo, certamente morrerá o adúltero e a adúltera" (Lv 20.6, 10); "E aquele profeta ou sonhador de sonhos morrerá, pois falou rebeldia contra o SENHOR vosso Deus... Quando te incitar teu irmão, filho da tua mãe, ou teu filho, ou tua filha, ou a mulher do teu seio, ou teu amigo, que te é como a tua alma, dizendo-te em segredo: Vamos, e sirvamos a outros deuses que não conheceste, nem tu nem teus pais... Não consentirás com ele, nem o ouvirás; nem o teu olho o poupará, nem terás piedade dele, nem o esconderás; Mas certamente o matarás; a tua mão será a primeira contra ele, para o matar; e depois a mão de todo o povo" (Dt 13.5-6, 8-9); "Assim diz o SENHOR dos Exércitos: Eu me recordei do que fez Amaleque a Israel; como se lhe opôs no caminho, quando subia do Egito. Vai, pois, agora e fere a Amaleque; e destrói totalmente a tudo o que tiver, e não lhe perdoes; porém matarás desde o homem até à mulher, desde os meninos até aos de peito, desde os bois até

às ovelhas, e desde os camelos até aos jumentos" (1Sm 15.2-3).

Como evidente, havia dentre outros casos, ordenanças vindas do Senhor para que tais pessoas e povos fossem aniquilados. Por outro lado, aparece-nos o seguinte versículo: "De palavras de falsidade te afastarás, *e não matarás o inocente e o justo*; porque não justificarei o ímpio" (Êx 23.7 – grifo do autor). Observamos como não há qualquer contradição ou conflito entre as leis de Deus, pois enquanto vimos nos versículos anteriores a justificação evidente para expulsar o opressor e, caso seja a única solução, a morte, neste ponto a palavra de Deus proíbe o aviltar do "inocente" e do "justo" – claramente evidenciando a diferença entre a honesta repulsa do malfeitor e o tirar a vida daquele que nada cometeu para isto receber.

A solução, então, para todo este prisma, é obtida com as seguintes conclusões:

1. Deus não possui prazer na morte do ímpio (Ez 18.32), mas precisa punir o pecado e o pecador (Sl 7.11-13);

2. Deus ordenava que os israelitas fizessem guerras e muitas vezes não deixassem vivas nem mesmo as crianças de colo (1Sm 15.3; 22.19);

3. Deus proibia o assassinato banal, aquele sem qualquer motivo ou não necessário (Êx 23.7);

4. O sexto mandamento não põe em contradição o restante da Escritura, pois ele é mais bem traduzido por "não assassinarás"[33].

Guardemos esta verdade: duas ordens diferentes não são necessariamente opostas. O Senhor ter ordenado a morte de muitos e ter proibido o assassinato, não é uma falha da Escritura ou erro de algum copista antigo, e sim duas afirmações fidedignas – cada qual com sua devida aplicação, a saber: o transgressor da Lei deve ser punido, mas somente com justo e apropriado motivo, sendo vedada toda vingança meramente pessoal e destituída de fundamento jurídico e proporção racional.

Frequentemente ocorrem duas verdades na Escritura. Temos o Senhor proibindo o fazer de imagens de qualquer uma das pessoas da trindade, bem como dos santos anjos (Êx 20.4-5), mas ordenou que na arca da aliança houvesse dois querubins (Êx 25.22); decreta que não se façam imagens de fundição (Êx 34.17), mas ordenou que se levantasse a serpente no deserto (Nm 21.9; Jo 3.14).

Desta forma, se percebe que a palavra de Deus se completa, pois tamanha é a soberania de Deus, que Ele pode e de fato dispõe de Suas ordenanças, "segundo o beneplácito de sua vontade" (Ef 1.5).

Cabe ao momento oportuno, trazer uma palavra de exortação, pois não basta crer-se que somente não matar é sinônimo de que estejamos praticando o bem e cumprindo o mandamento.

Preceitua assim, novamente, Turretini: "... não só é proibido o homicídio externo e tudo quanto lhe pertence, mas também (visto que a lei é espiritual) a ira, o ódio, o desejo de vingança, a inveja, a afronta e tudo o que se opõe ao amor sincero e verdadeiro para com nosso próximo ou sua defesa legítima. Tudo isso é condenado não só no Novo Testamento (Mt 5.21), como os socianos falsamente sustentam, mas foi também proibido e condenado no Antigo Testamento (Lv 19.17-18; Zc 8.16-17). Pois embora só o homicídio efetivo e externo fosse punido sumariamente pela lei forense (Lv 24.17), o homicídio pelos sentimentos e interior, aos olhos de Deus, encaixa sob o mesmo tópico. Não obstante, visto que sob os preceitos negativos estão contidos os afirmativos, somos obrigados por esta lei a defender, a ajudar, a amar, a tratar bem ao nosso próximo, e a desejar e promover a concórdia e a paz (Rm 12.18). Pois não é suficiente que não injuriemos a ninguém; antes, é preciso que demos a cada um o que lhe é devido. Não basta não matarmos a ninguém, mas devemos, em adição, tudo fazer para preservar a vida de nosso próximo de todas as formas lícitas que pudermos. E assim como a candeia é extinta de dupla maneira (ou soprando sua chama ou deixando de abastecê-la com óleo), assim a vida de nosso próximo é destruída, ou por extinção violenta, ou por uma subtração iníqua de donativos e assistência pelos quais ela poderia ser preservada."[34] João deixou claro, também: "Qualquer que odeia a seu irmão é homicida. E vós sabeis que nenhum homicida tem a vida eterna permanecendo nele" (1Jo 3.15). O mandamento não diz respeito somente à morte física, e sim a qualquer modo de negligência para com o próximo e consigo mesmo. Odiar o irmão, portanto, é ser um homicida.

Explanadas a autotutela e a Lei no Antigo Testamento, algum leitor sincero pode estar a se perguntar: "Mas Cristo não padeceu as misérias da Lei em favor de todos os Seus? Como pode ser que somos obrigados à sua observância? Acaso a Lei do Antigo Testamento ainda vigora em nossos dias?" De antemão já deixemos estabelecido que tais questionamentos serão dirimidos nos próximos capítulos. Por ora, no entanto, cessemos de abordar a Lei no Antigo Testamento e persigamos o alvo, averiguando o que se passou nos tempos antes e durante a estadia de Cristo na terra, para posteriormente nos desvencilharmos das dúvidas.

6. O Período intertestamentário, a Palestina, e Jesus

Pela graça de Deus, temos preciosos relatos sobre o que ocorreu entre os livros de Malaquias e Mateus. Embora a Escritura seja silente quanto a este período, não obstante, aprouve ao Eterno levantar homens que registrassem muitos fatos ocorridos neste ínterim, de modo que podemos obter várias informações a esse respeito.

"Nos tempos do Antigo Testamento, os reis Saul, Davi e Salomão reinaram sobre todas as doze tribos de Israel. Depois disso, a nação se dividiu em Reino do Norte, Israel, constituído de dez tribos, e Reino do Sul, Judá, com a tribo de Benjamim absorvida pela tribo de Judá. Os **assírios** conquistaram o Reino do Norte e levaram a maior parte de seus habitantes para a Assíria como exilados. Na sequência, os **babilônicos** tomaram o controle do Oriente Médio das mãos assírias, conquistaram o Reino do Sul, Judá, e levaram como exilados para a Babilônia a maioria de seus habitantes. Na sequência, os **persas** tomaram o controle das mãos dos babilônicos e permitiram que os povos exilados, dentre os quais os judeus, retornassem as suas terras de origem se assim o desejassem. Sob domínio persa, iniciou-se o **período intertestamentário**, às vezes denominado 'os quatrocentos anos de silêncio', em razão de um (sic) lacuna no registro bíblico (embora registros não-bíblicos tenham sido preservados). Durante este hiato é que Alexandre, o Grande saiu da Grécia-Macedônia e conquistou o Oriente Médio, impondo sucessivas derrotas aos persas nas batalhas de Granico (334 a.C), Isso (333 a.C) e Arbela (333 a.C)."[35]

"A cultura grega, denominada **helenismo**, havia tempos vinha se propagando mediante o comércio e a colonização dos gregos, mas as conquistas de Alexandre foram responsáveis por um impulso muito maior do que jamais houve... Com o falecimento de Alexandre em 323 a.C., quando contava 33 anos, seus principais generais (denominados *diádocos*, palavra de origem grega que significa 'sucessores') repartiram o império em quatro divisões. Duas dessas divisões são importantes para os antecedentes históricos do Novo Testamento, a dos ptolomeus e a dos selêucidas... Em geral, os judeus desfrutaram de boas condições durante esse período. De acordo com uma antiga tradição, foi sob Ptolomeu Filadelfo (285-246 a.C) que 72 estudiosos judeus começaram a traduzir o Antigo Testamento

hebraico para o grego, numa versão denominada *Septuaginta*."[36]

"Vez após vez fracassaram as tentativas dos selêucidas para conquista da Palestina, quer por invasão, quer por alianças matrimoniais. Mas o sucesso finalmente aconteceu com a derrota do Egito, infligida por Antíoco III (198 a.C). Entre os judeus surgiram duas facções, 'a casa de Onias' (pró-Egito) e 'a casa de Tobias' (pró-Síria). Antíoco IV, ou Epifânio (175-163 a.C), substituiu o sumo sacerdote judeu Onias III pelo irmão deste, Jasom, helenizante que planejava transformar Jerusalém em uma cidade grega. Foi erigido um ginásio com uma pista adjacente, para corridas. Ali rapazes judeus se exercitavam despidos, à moda grega, para ultraje dos judeus piedosos. As corridas eram inauguradas com invocações feitas às divindades pagãs. Até mesmo sacerdotes judeus chegaram a participar de tais acontecimentos. Esse processo de helenização incluía ainda frequência aos teatros gregos, adoção de roupas no estilo grego, cirurgia para remover as marcas da circuncisão e mudança de nomes hebreus por gregos. Os judeus que se opunham a essa paganização de sua cultura eram chamados *assideus* (*hasidim*), 'piedosos', o que *grosso modo* equivale a 'puritanos'." [37]

"Antes de desfechar a invasão do Egito, Antíoco Epifânio fez a substituição de Jasom, seu próprio escolhido para o sumo sacerdócio, por Menelau, outro judeu helenizante, o qual prometera recolher tributos mais elevados dos súditos de Antíoco na Palestina... Apesar de alguns êxitos iniciais, a tentativa de Antíoco de anexar o Egito acabou falhando. A ambiciosa Roma não desejava que sua principal fonte de cereais fosse dominada pelos selêucidas, nem que o Império Selêucida se fortalecesse. Fora de Alexandria, por conseguinte, um emissário do senado romano traçou um círculo no chão, ao redor de Antíoco, e exigiu que, antes de pisar fora do círculo, ele prometesse abandonar o Egito com suas tropas. Como aprendera a respeitar tempos atrás o poderio romano, quando fora refém por doze anos em Roma, Antíoco aquiesceu. Nesse ínterim, chegaram rumores aos ouvidos de Jasom, o sumo sacerdote deposto, de que Antíoco fora morto no Egito. Jasom assim retornou de imediato a Jerusalém, aonde chegou vindo de seu refúgio na Transjordânia, e, com seus correligionários, assumiu controle da cidade, tirando-a das mãos de Menelau."[38]

É medicinal a compreensão de que houve grandes trevas sociais e morais aos judeus sinceros. "O amargurado Antíoco, já atormentado pela derrota diplomática que sofrera em mãos romanas, interpretou a atitude de

Jasom como uma revolta e enviou seus soldados para punirem os rebeldes e reintegrarem a Menelau na posição de sumo sacerdote. Nesse processo, saquearam o templo de Jerusalém e passaram ao fio da espada muitos dos seus habitantes. O próprio Antíoco regressou à Síria. Dois anos mais tarde, em 168 a.C., enviou seu general Apolônio com um exército de 22 000 homens para recolher tributos, tornar ilegal o judaísmo e estabelecer o paganismo à força como meio de consolidar seu império e refazer seu tesouro. Os soldados saquearam Jerusalém, derrubaram suas casas e muralhas e incendiaram a cidade. Homens judeus foram mortos, mulheres e crianças foram escravizadas. Tornou-se crime grave praticar a circuncisão, guardar o sábado, celebrar as festas judaicas ou possuir manuscritos de livros do Antigo Testamento. Muitos desses manuscritos foram destruídos. Os sacrifícios pagãos passaram a ser obrigatórios, bem como os cortejos em honra a Dionísio (ou Baco), o deus grego do vinho. Erigiu-se no templo um altar ao Deus exaltado dos sírios, identificado como Zeus. Animais abomináveis segundo a lei mosaica foram sacrificados sobre o altar, e a prostituição passou a ser praticada exatamente no recinto do templo.[39]"

Neste seio de desavenças, guerras e conquistas, surgiu o que se chama de o período macabeu, um tempo onde à custa de sangue derramado, estabeleceu-se a paz em Jerusalém: "A resistência judaica fez-se sentir prontamente. Na aldeia de Modim, um agente real de Antíoco instou com um sacerdote idoso de nome **Matatias** que estabelecesse um exemplo para os habitantes da aldeia ao oferecer sacrifício pagão. Matatias recusou-se a fazê-lo. Quando outro judeu deu um passo à frente para atender ao pedido, Matatias tirou-lhe a vida, matou o agente real, demoliu o altar e fugiu... Foi assim que teve início a Revolta Macabéia, em 167 a.C., sob a liderança da família da Matatias. Essa família é chamada os **asmoneus**, por causa de Asmom, bisavô de Matatias, ou **macabeus**, em razão do apelido 'Macabeu' ('Martelo'), conferido a Judas, um dos filhos de Matatias."[40]

"**Judas Macabeu** encabeçou uma campanha de guerrilhas de extraordinário sucesso, até que os judeus se viram capazes de derrotar os sírios em campo de batalha regular. A Revolta Macabéia foi também responsável por deflagrar uma guerra civil entre judeus pró-helenistas e anti-helenistas. O conflitou prosseguiu mesmo após a morte de Antíoco Epifânio (163 a.C.). Por fim, os macabeus expeliram as tropas sírias da cidadela que ocupavam em Jerusalém, recuperaram a liberdade religiosa, consagraram

novamente o templo e conquistaram a Palestina... A história seguinte da Dinastia Asmonéia (142-137 a.C.) consiste no triste relato de contendas internas ocasionadas pela ambição em torno do poder. Os propósitos políticos e as intrigas dos asmoneus fragmentaram muitos de seus ex-correligionários, os assideus, de persuasão religiosa, os quais vieram a se dividir mais tarde em **fariseus** e **essênios**... Os partidários aristocráticos dos sacerdotes-regentes asmoneus, de inclinações políticas, vieram a ser os **saduceus**. Por fim, o general romano **Pompeu** subjugou a Palestina (63 a.C.). Durante todo o período do Novo Testamento, portanto, a Palestina esteve sob o domínio romano... Dessa maneira, Roma passou de um período de expansão territorial para outro, de relativa paz, conhecido com *Pax Romana*."[41]

Esta paz, contudo, não foi obtida senão com outra quantidade de sangue derramada. "Calgaco, chefe calcedônio derrotado pelos romanos por volta de 85 d.C., fez a seguinte observação amargurada em razão das pilhagens, carnificinas e assaltos dos romanos: 'Eles criam uma desolação e a chamam de paz'."[42]

Foi após todo este cenário que o Novo Testamento veio a ser registrado em nossas Bíblias. Tudo isso nos ensina quão desastrosos são os efeitos do pecado de Adão e Eva, assim como nos auxilia na compreensão sobre qual era o "clima" político e social nos tempos de Jesus. Muitos leem a Sagrada Bíblia e não procuram verificar em que momento histórico Jesus "esvaziou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens" (Fp 2.7). Como vimos, os tempos eram hostis, pois ainda que os judeus desfrutassem de certa "paz" social, haviam recentemente vindo de um período de grande turbulência política, bem como com territórios perdidos e outros conquistados; famílias inteiras haviam sido destruídas e muitos deles certamente estavam enfurecidos com toda esta pintura caótica.

Vistas tais nuances do período que antecedeu a vinda de nosso Senhor, visualizemos alguns importantes aspectos relacionados aos dias vividos pelo Filho de Deus.

A Palestina no tempo de Jesus

Nos guia pelo estudo, o Dr. Shelley: "Na época de Jesus, a Palestina carecia de lealdade. Ela era um cruzamento de povos e culturas. Seus dois milhões ou mais de habitantes – dominados por Roma – encontravam-se divididos por regiões, religiões e posições políticas... Na cidade santa de

Jerusalém, sacerdotes judeus ofereciam sacrifícios ao Senhor de Israel, enquanto em Sebaste, cerca de apenas 48 quilômetros dali, sacerdotes pagãos celebravam cerimônias em nome do deus romano Júpiter. Os judeus, que representavam apenas metade da população, desprezavam seus dominadores e se ressentiam profundamente da presença de sinais da cultura pagã em sua antiga terra natal. Os romanos não eram somente mais um povo de uma longa série de conquistadores. Representavam um modo de vida odiado. Seu reinado trouxe à Palestina a cultura helênica (grega), que os sírios haviam tentado impor aos judeus mais de um século atrás. Todos os descendentes de Abraão desprezavam seus conquistadores; discordavam apenas quanto ao modo de lhes resistir."[43]

Com esta fumaça negra da discórdia pairando sobre os arraiais da Palestina e "Em decorrência do desgosto de viver sob a dominação romana, surgiram várias facções entre os judeus, cada uma com uma interpretação diferente da crise."[44]

Os fariseus. "O grupo dos fariseus enfatizava as tradições e as práticas judaicas que os separavam da cultura pagã. Seu nome significa 'os separados', e eles se orgulhavam de observarem rigidamente cada detalhe da lei judaica e de sua extrema intolerância com as pessoas que consideravam impuras em relação a essa lei. Sua fé e seu patriotismo os tornaram lideres respeitados entre seu povo."[45]

Os saduceus. "Para alguns judeus, no entanto, o domínio romano significava uma grande vantagem. Dentre eles, estavam membros da aristocracia de Jerusalém. Desse pequeno, rico e seleto grupo saía o alto sacerdote e os demais sacerdotes do templo. Muitos deles apreciavam a moda e as maneiras sofisticadas da cultura greco-romana. Alguns chegaram a adotar nomes gregos. Seus interesses eram representados por um grupo politicamente conservador chamado saduceus. Na época de Jesus, esses homens ainda controlavam o alto conselho judeu, ou sinédrio, mas tinham pouca influência sobre as pessoas comuns."[46]

Os zelotes. "Um outro grupo, o dos zelotes, era favorável à resistência armada contra todos os romanos instalados em sua pátria. Eram motivados pelos gloriosos dias dos macabeus, dois séculos atrás, quando o fervor religioso e a espada pronta para a luta derrotaram os suseranos pagãos gregos. Assim, as colinas da Galiléia sempre abrigaram um grande número de grupos guerrilheiros prontos para iniciar uma revolta ou destruir um símbolo da

autoridade romana na Palestina."[47]

Os essênios. "Finalmente, havia também os essênios, que tinham pouco ou nenhum interesse pela política ou pela guerra. Em vez disso, retiravam-se para o deserto. Lá, em isoladas comunidades monásticas, estudavam as Escrituras e preparavam-se para o reino de Deus."[48]

Com exceção dos essênios, os outros grupos são mencionados explicitamente na Escritura – os **fariseus** (em todos os 4 evangelhos, bem como em Atos e Filipenses); os **saduceus** (em Mateus, Marcos, Lucas e Atos); e os **zelotes** (nos mesmos anteriores).

Interessante é notar que somente temos o registro quanto aos **zelotes**, no que diz respeito a Simão (não Simão Pedro): "E, entrando, subiram ao cenáculo, onde habitavam Pedro e Tiago, João e André, Filipe e Tomé, Bartolomeu e Mateus, Tiago, filho de Alfeu, *Simão, o Zelote*, e Judas, irmão de Tiago" (At 1.13 – grifo do autor). Já com relação aos fariseus, Paulo afirma que outrora pertencera a eles: "segundo a lei, fui fariseu" (Fp 3.5). Não temos, no entanto, menção de qualquer discípulo sendo escolhido do grupo dos saduceus – talvez por negarem a ressurreição (At 23.8) e Deus ter por bem não escolher os da alta corte.

O ministério de Jesus

"Em um dia típico, Jesus sairia ao amanhecer e andaria quilômetros e quilômetros. Perto do pôr-do-sol, entraria em um povoado e procuraria sua sinagoga. Como diz uma história popular, 'lá talvez tivesse uma recepção calorosa dos habitantes da cidade, que muitas vezes não tinham um rabino e dependiam dos serviços de mestres andarilhos, como Jesus. Quando os lampiões fossem acesos, e os homens do vilarejo tomasse seus lugares, Jesus se sentaria numa plataforma central' e começaria a ler uma passagem das sagradas Escrituras. Em voz clara e forte, ele anunciaria o cumprimento de alguma profecia ou contaria alguma parábola."[49]

"Jesus dava a entender que o governo de Deus já estava presente no poder salvador que havia em sua pessoa. E ele ofereceu provas sobre isso. Seus milagres de cura não eram apenas maravilhas, mas *sinais*, o poder dos tempos por vir já manifesto no presente. 'Mas se eu expulso os demônios pelo dedo de Deus', disse Jesus, 'certamente a vós é chegado o reino de Deus' (Lc 11.20). Por temer que suas curas fossem mal interpretadas, que as pessoas o

vissem como mais um mágico, sempre pediu àqueles que curava que se mantivessem em silêncio. Mas as notícias se espalharam, e rapidamente as pessoas das vilas e cidades de toda a Galiléia comentavam sobre o novo operador de maravilhas capaz de curar cegos, aleijados e doentes com o poder de sua voz e o simples toque de suas mãos fortes de carpinteiro. Logo, multidões se formavam onde quer que ele falasse."[50]

Percebemos a grande confusão que surgiu em todo o povo judeu daquele tempo. "A crescente popularidade de Jesus gerou controvérsia, principalmente entre os fariseus, que detestavam ver as pessoas seguindo e ouvindo um homem que nunca estudara com seus cultos escribas. E não hesitaram em questionar abertamente suas referências."[51] Para eles, Cristo era somente um profeta – mas um diverso do comum, pois contrariamente aos que somente angariam discípulos específicos e com determinada linha de pensamento, o Pai teve por bem eleger os Seus das mais variadas classes, demonstrando e afirmando o que diz a Palavra: "Porque, para com Deus, não há acepção de pessoas" (Rm 2.11) e "Sabendo, amados irmãos, que a vossa eleição é de Deus" (1Ts 1.4).

A importância da história

Muitos se perguntam sobre qual fundamentação está assentado o dizer ser importante do conhecer de todos os pormenores, visto que à primeira vista o assunto parece não demandar tantos detalhes. A resposta é que necessitamos da história porque um povo que não conhece seu legado é fadado ao fracasso e mui propício a cometer os mesmos erros. Moisés muitas vezes recordou seu povo do que havia feito o Senhor; no capítulo 7 do livro de Atos dos Apóstolos, vemos a importância de Estevão conhecer a história de Israel, a fim de testemunhar a favor de Cristo e de Seu evangelho. No areópago (At 17), Paulo também demonstrou conhecer os relatos veterotestamentários, podendo expor as promessas e ensinos do Senhor.

Olhemos, a seguir, como a Lei do Antigo Testamento e o instituto da autotutela operava em meio a esse panorama histórico até aqui apresentado.

7. A autotutela, a Lei no Novo Testamento, e Roma

Como vimos, nenhum cristão sincero deveria duvidar da canonicidade do Antigo Testamento e de sua validade para nós (2Tm 3.16-17), mas nem sempre a distinção entre "antigo" e "novo" fica evidente para muitos fieis. Noutras palavras, até que ponto vai o "antigo" e onde começa o "novo"? A verdade é que ambos os testamentos (alianças) são importantes para o cristão e jamais devemos por em xeque o Antigo Testamento, como se com isso estivéssemos dizendo que ele é realmente antigo e "velho".

Surge, no entanto, certa dúvida com relação a certas declarações bíblicas, em especial a afirmação de Cristo: "Porque isto é o meu sangue; o sangue do novo testamento, que é derramado por muitos, para remissão dos pecados" (Mt 26.28; Mc 14.24); e também do escrito de Hebreus: "Mas agora alcançou ele ministério tanto mais excelente, quanto é mediador de uma melhor aliança que está confirmada em melhores promessas" (8.6). Teria o Senhor revogado toda Sua Lei e extinguido todo o sistema do Antigo Testamento?

Para nos solucionar esta dúvida corrente e continuarmos nosso descortinar do assunto, citemos as palavras de nosso Senhor Jesus Cristo: "Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas: não vim ab-rogar, mas cumprir" (Mt 5.17). As palavras do Filho são cristalinas em afirmar que Ele não veio destruir, abolir, apagar, extirpar ou qualquer verbo semelhante, e sim "cumprir" a Lei - pois a Escritura diz: "Eis aqui venho, para fazer, ó Deus, a tua vontade" (Hb 10.9). Doravante, Jesus testemunha: "São estas as palavras que vos disse estando ainda convosco: Que convinha que se cumprisse tudo o que de mim estava escrito na lei de Moisés, e nos profetas e nos Salmos" (Lc 24.44).

Iluminemos a escuridão do conhecimento e lancemos luz fixa igualmente sobre estes entendimentos: **1**. Cristo não veio abolir a Lei, e sim cumpri-la; **2**. Ele veio para fazer a vontade do Pai; **3**. Não veio para contradizer a Lei de Moisés, mas para executá-la como perfeito e santo segundo Adão (1Co 15.25); **4**. O momento histórico do Novo Testamento é diverso do Antigo – contudo, isto não invalida a Lei do Senhor.

A jurisdição de Roma

A grande celeuma surge com a aparente discrepância entre o Antigo

Testamento e o momento histórico do Novo Testamento, onde Israel não vivia mais sob a teocracia, e sim no jugo romano. Para solidificarmos o entendimento sobre como os judeus viviam no Novo Testamento, recordemos:

- Roma havia conquistado a Palestina;
- Roma dominava todas as regiões conquistadas com seu exército;
- Roma, entretanto, concedeu liberdade aos judeus, de modo que poderiam continuar com seu sistema de lei religioso; ficando ao arbítrio dos romanos o sistema judiciário.

Sobre este último ponto, nos importa anotar sobre a dinastia de Herodes, a fim de entendermos como a justiça de Roma detinha o poder jurídico sobre os judeus: "Destituídos das habilidades e das ambições do pai, os filhos de Herodes passaram a governar porções separadas da Palestina: **Arquelau** na Judéia, em Samaria e na Iduméia; **Herodes Filipe** na Ituréia, Traconite, Gaulanite, Auranite e Batanéia; e **Herodes Antipas** na Galiléia e na Peréia... João Batista repreendeu Antipas por haver se divorciado da esposa para casar-se com **Herodias**, esposa de seu meio-irmão. Quando Herodias, por vingança, induziu a filha dançarina a pedir a cabeça de João batista, Antipas acabou cedendo à horrenda solicitação (Mc 6.17-29 e Mt 14.3-12). Jesus chamou a Herodes Antipas de 'essa raposa' (Lc 13.32) e mais tarde teve de enfrentá-lo no tribunal (v. Lc 23.7-12). **Herodes Agripa I**, neto de Herodes, o Grande, executou o apóstolo Tiago, Filho de Zebedeu, e encarcerou Pedro (At 12.1-19). **Herodes Agripa II,** bisneto de Herodes, O Grande, ouviu Paulo em sua autodefesa (At 25-26)."[52]

"Os desmandos de Arquelau na Judéia, em Samaria e na Iduméia provocaram sua remoção do ofício e seu banimento no ano 6 d.C por ordens de Augusto. De acordo com Mateus 2.21-23, esses mesmos desmandos tinham influenciado José a estabelecer-se em Nazaré com Maria e Jesus, ao regressar com eles do Egito. Salvo em breves períodos, o território antes sob jurisdição de Arquelau passou a ser dirigido por governadores romanos. Um desses governadores, **Pôncio Pilatos**, foi o juiz de Jesus. Os governadores **Félix** e **Festo** ouviram a exposição do caso de Paulo (At 23-26)."[53]

Conciliando a Lei de Moisés com o Novo Testamento

Embora no Novo Testamento (jamais nos esqueçamos de que vivemos neste tempo) os judeus estivessem sob o mando de Roma,

observamos que nem tudo da Lei de Moisés e da tradição judaica havia sido extirpada. Como afirmamos anteriormente, os judeus ainda possuíam a liberdade para cultuarem no templo (Mc 11.11) e oferecem sacrifícios (Lc 2.21-24). O próprio Cristo ordenou após a cura: "Disse-lhe então Jesus: Olha, não o digas a alguém, mas vai, mostra-te ao sacerdote, e apresenta a oferta que Moisés determinou, para lhes servir de testemunho" (Mt 8.4). No impasse entre as práticas judaicas e gentílicas, o apóstolo indica a certos homens: "Então Paulo, tomando consigo aqueles homens, entrou no dia seguinte no templo, já santificado com eles, anunciando serem já cumpridos os dias da purificação; e ficou ali até se oferecer por cada um deles a oferta" (At 21.26).

Somos informados, então, de que Roma não ia de encontro ao sistema religioso dos judeus, e sim, apenas não permitia que os judeus executassem suas leis civis e especialmente as de caráter penal, uma vez que não detinham mais o poder. Assim lemos: "Depois levaram Jesus da casa de Caifás para a audiência. E era pela manhã cedo. E não entraram na audiência, para não se contaminarem, mas poderem comer a páscoa. Então Pilatos saiu fora e disse-lhes: Que acusação trazeis contra este homem? Responderam, e disseram-lhe: Se este não fosse malfeitor, não to entregaríamos. Disse-lhes, pois, Pilatos: Levai-o vós, e julgai-o segundo a vossa lei. Disseram-lhe então os judeus: A nós não nos é lícito matar pessoa alguma" (Jo 18.28-31). Três apontamentos surgem deste texto: em **primeiro lugar**, os judeus obedeceram aos governantes e a eles levaram Cristo: "Que acusação trazeis contra este homem? Responderam, e disseram-lhe: Se este não fosse malfeitor, não to entregaríamos". Se Roma não estivesse controlando os arraiais judaicos, os próprios judeus julgariam a Cristo e o condenariam à cruz – mas, como o momento não oportunizou a legislação israelita, eles se submeteram aos magistrados, mesmo eles sendo romanos. Em **segundo lugar**, Pilatos "devolveu" Jesus aos judeus, no afã de que fosse julgado, então, de acordo com as leis de Israel. Mas, em **terceiro lugar**, aqueles homens impiedosos e com desejo maligno de ceifar a vida do Messias, dizem a Pilatos: "A nós não nos é lícito matar pessoa alguma" – se evidenciando, portanto, a submissão dos judeus ao poder de Roma.

Paulo aos romanos

Dentro deste escopo militar romano, é que Paulo escreve aos cristãos em Roma e prescreve: "Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores;

porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas por Deus. Por isso quem resiste à potestade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação. Porque os magistrados não são terror para as boas obras, mas para as más. Queres tu, pois, não temer a potestade? Faze o bem, e terás louvor dela. Porque ela é ministro de Deus para teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz debalde a espada; porque é ministro de Deus, e vingador para castigar o que faz o mal. Portanto é necessário que lhe estejais sujeitos, não somente pelo castigo, mas também pela consciência. Por esta razão também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo sempre a isto mesmo. Portanto, dai a cada um o que deveis: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra. A ninguém devais coisa alguma, a não ser o amor com que vos ameis uns aos outros; porque quem ama aos outros cumpriu a lei" (Rm 13.1-8). Oito ensinamentos nos são legados e precisamos entendê-los, para que não cometamos injustiça e possamos ser corretos cristãos segundo a sã doutrina. Antes, porém, convém entender o que motivou o santo apóstolo a escrever tais palavras.

"Sabemos, das páginas do próprio Novo Testamento, que os judeus tinham dúvidas aos direitos do governo romano (cf. Mt 22.16-17; Mc 12.14; Lc 20.21-22). Sabemos também que os judeus tendiam por orgulhar-se de sua independência (cf. 8.33). Por igual modo, lemos acerca de movimentos sediciosos (cf. At 5.36-37)... Somos informados que Cláudio decretou que 'todos os judeus se retirassem de Roma' (At 18.2). Esta expulsão deve ter sido ocasionada pela crença de que os judeus eram hostis aos interesses imperiais, e talvez tenha sido a consequência de alguma insurreição judaica. No conceito das autoridades, o cristianismo estava associado ao judaísmo, e qualquer atitude sediciosa atribuída ao judaísmo, por semelhante modo, era atribuída ao cristianismo. Isso criou uma situação que tornou necessário os crentes evitarem todas as aspirações ou ações revolucionárias, bem como insubordinação às autoridades civis, no legítimo exercício de sua autoridade. Não somente havia o perigo que surgiu da associação ao judaísmo, mas também na comunidade cristã o perigo de noções pervertidas acerca da liberdade, mormente em face do conceito de Cristo como Rei e Senhor. O fato de que Paulo, em três oportunidades (em adição a Rm 13.1-7, cf. 1Tm 2.1-3; Tt 3.1), nas cartas, achou necessário abordar os nossos deveres no tocante aos magistrados (o que também foi feito por Pedro, em sua primeira carta - 1Pe 2.13-17), demonstra que existia alguma razão para ele ter

lembrado aos cristãos que era mister se sujeitarem às autoridades civis. Outrossim, os cristãos com frequência sofriam às mãos dessas autoridades, havendo ainda razão superior para que fosse traçada a linha distintiva entre a desobediência e a obediência exigida pela lealdade a Cristo (cf. At 4.19-20; 5.29)".[54]

Eis o que Paulo ensina:

1. Todo cristão deve obediência aos governantes: "Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores" (v. 1). O apóstolo não fala em "algumas almas" ou "aqueles que tiverem interesse", mas sim em "Toda a alma". Invoca também um princípio para isso: "porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas por Deus". Por mais ímpios e maus governantes que possam ser, a Bíblia afirma que todos foram postos por Deus e devem ser obedecidos.

2. É grave pecado o desobedecer ao magistrado: "Por isso quem resiste à potestade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação" (v.2). O apóstolo conhecia a história das conquistas sangrentas de Roma e certamente era cônscio de que a justiça romana não era de delícias perpétuas. Entrementes, assevera que a obstinação em seguir as regras ditadas pelos magistrados (ainda que desonestas e socialmente reprováveis – desde que não firam mandamentos e especificações bíblicas) acarreta sérios problemas, pois a desobediência às potestades (poderes) é sinônimo de rebeldia contra Deus.

3. A função dos magistrados é promover o bem: "Porque os magistrados não são terror para as boas obras, mas para as más. Queres tu, pois, não temer a potestade? Faze o bem, e terás louvor dela" (v.3). Paulo era judeu e sabia qual era a função dos magistrados, pois quanto à Lei de Deus havia sido fariseu (Fp 3.5). No entanto, por estar vivendo num momento onde o governo não se submetia às ordenanças de Deus, não obstante, afirma que o governo deve buscar ampliar o bom convívio da população, de maneira que esta não venha a temê-lo, pois trabalha para o bem comum.

4. A função dos magistrados é de também punir o malfeitor: "Porque ela é ministro de Deus para teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz debalde a espada; porque é ministro de Deus, e vingador para castigar o que faz o mal" (v. 4). Não cabe a nós o intentar distorcer das palavras de Deus e criar novas teorias estatais. O apóstolo, sem rodeios, afirma que a função primordial do Estado é dupla: promover a boa cidadania e punir o mal. Observemos como a função do "vingador de sangue", outrora

representado por um judeu e presente em todas as famílias, agora é transferido para o governo. Isto se chama, como já mencionado, a mudança da justiça particular (justiça com as próprias mãos, quase que plena autotutela autorizada anteriormente por Deus) para a justiça pública. No Novo Testamento, quem detém o poder da "espada" é o Estado, e não mais o cidadão.

Convém frisar que a palavra "vingador", é "ἔκδικος" (Ekdikos), possuindo o significado de "exigindo a penalidade de um, vingador, punidor"[55]. A mesma palavra é usada em 1Ts 4.6, quando Paulo diz: "Ninguém oprima ou engane a seu irmão em negócio algum, porque o Senhor é *vingador* de todas estas coisas, como também antes vo-lo dissemos e testificamos" (grifo meu). Assim, entendemos que o Estado é agente pleníssimo de Deus e apto para punir, pois quando age corretamente, o faz na condição de investido de autoridade divina.

5. A consciência para com Deus deve estar presente: "Portanto é necessário que lhe estejais sujeitos, não somente pelo castigo, mas também pela consciência" (v.5). O apóstolo nos ensina que ao temer fazer o mal na sociedade, não significa se amedrontar somente com as punições terrenas, mas também relembrar que o maquinar do mal é algo odioso ao Senhor. O motivo dos cristãos buscarem obedecer as leis dos homens é devido a elas serem feitas sob a soberania de Deus. Acertadamente é veraz o afirmar que muitas (muitas mesmo!) leis são absolutamente desconformes com qualquer ser racional e outras tantas não possuem qualquer eficácia prática, mas isto não fornece margem para negar o seu cumprimento, porque uma vez que Deus fala aos nossos corações por meio de Seu Espírito Santo, devemos, "pela consciência" de estar seguindo primeiramente a Deus, obedecer aos magistrados.

6. Tributos são lícitos e devem ser pagos: "Por esta razão também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo sempre a isto mesmo" (v. 6). Novamente o apóstolo não enseja dubiedade em sua afirmação e declara categoricamente que o cristão precisa, ainda que existam dezenas deles, pagar o devido tributo. Devemos, sim, lutar por menos tributos e buscar empreender normas justas à sociedade; todavia, não podemos solapar nossa consciência e sonegar impostos, na desculpa de que "eles são demasiadamente pesados" ou que "existem muitos". O próprio Cristo pagou tributo e ensinou Pedro a fazer o mesmo (Mt 17.27). Por quê? Porque não temos aqui cidade permanente, mas buscamos a futura (Hb 13.13-14).

7. A cada um devemos pagar o que é devido: "Portanto, dai a cada um o que deveis: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra" (v.7). Daí é derivada a palavra "imposto" – ele é colocado, não facultativo e com grande poder coercitivo. Tudo isso, contudo, não fez que o apóstolo exortasse os irmãos a negligenciarem os impostos ou a não mais temerem os magistrados. No âmbito do poder tripartite (legislativo, executivo e judiciário), quem decide o que é lícito ou ilícito, é o próprio governo (ainda que sob a máscara de representantes do povo). O apóstolo, desta forma, não incita os cristãos em Roma para que desobedeçam ao governo, mas sim que paguem a cada qual o que é devido. Outrossim, vemos ser esta a atitude de Cristo (Mt 22.21; Mc 12.17; Lc 20.25).

8. Precisamos pagar tudo o que nos é imposto: "A ninguém devais coisa alguma, a não ser o amor com que vos ameis uns aos outros; porque quem ama aos outros cumpriu a lei" (v. 8). Aqui, ordena que paguemos tudo o que nos é requerido, não ficando devedor de coisa alguma, exceto o amor para com os irmãos. Doravante, Cristo sancionou estas mesmas palavras (Jo 13.15; 15.12).

Com este pano de fundo estendido, sigamos de modo mais específico ao nosso objetivo.

8. O que são armas e o que Jesus disse sobre elas?

Buscando dar seguimento à doutrina bíblica e nos encaminharmos para a solidificação do entendimento, precisamos analisar alguns pontos vitais. O que o próprio Ungido, Mestre e nosso Senhor Jesus Cristo disse sobre as armas? Antes de seguirmos, porém, é preciso fazer uma consideração.

O que são armas?

De um modo geral, quando se profere a palavra "arma", logo salta à imaginação de muitos, um revólver, uma pistola ou algo que "atire". A verdade, contudo, é que o conceito de arma é bastante amplo. Segundo o conceituado Dicionário Priberam de Língua Portuguesa, armas são: "**1**. Nome genérico de todo o instrumento ofensivo ou defensivo. **2**. Meio ou motivo de agredir. **3**. Força, poder. **4**. Cada uma das principais divisões do exército. **5**. Arma portátil de fogo."[56] Também no Aurélio: "**1**. Instrumento ou engenho de ataque ou de defesa. **2**. Qualquer coisa que sirva para um desses fins, especialmente no caso de certos animais."[57]

Não podemos enquadrar um objeto simples como uma caneta, por exemplo, como não sendo uma possível arma; bem como uma faca de cozinha, somente porque tem poder de perfurar e cortar, não significa que seja um objeto terrível. É preciso dosar esta compreensão, a fim de selar o entendimento de que arma pode ser todo e qualquer objeto usado com finalidade de defesa ou ataque, seja usado em proveito próprio ou alheio.

A própria Bíblia nos revela alguns fatos interessantes, onde não foi necessária uma espada para defender-se e/ou atacar.

"Então Abimeleque foi a Tebes e a sitiou, e a tomou. Havia, porém, no meio da cidade uma torre forte; e todos os homens e mulheres, e todos os cidadãos da cidade se refugiaram nela, e fecharam após si as portas, e subiram ao eirado da torre. E Abimeleque veio até à torre, e a combateu; e chegou-se até à porta da torre, para a incendiar. Porém uma mulher lançou um pedaço de uma mó sobre a cabeça de Abimeleque; e quebrou-lhe o crânio" (Jz 9.50-53). A mó era como que um moedor antigo e constituía-se de duas pedras sobrepostas, sendo que os grãos eram postos entre elas, a fim de serem esmagados e triturados. Evidencia-se, assim, que mui longe estava de

ser um típico artefato de guerra; todavia, foi a "arma" usada por aquela mulher.

Moisés também protagonizou: "E disse o SENHOR a Moisés: Estende a tua mão sobre o mar, para que as águas tornem sobre os egípcios, sobre os seus carros e sobre os seus cavaleiros. Então Moisés estendeu a sua mão sobre o mar, e o mar retornou a sua força ao amanhecer, e os egípcios, ao fugirem, foram de encontro a ele, e o SENHOR derrubou os egípcios no meio do mar, Porque as águas, tornando, cobriram os carros e os cavaleiros de todo o exército de Faraó, que os haviam seguido no mar; nenhum deles ficou" (Êx 14.26-28). Não devemos forçar o texto além dos limites exegéticos permitidos, mas notadamente o mar, nesta ocasião, devido à soberania de Deus, serviu como excelente "arma" contra os egípcios, de modo que todo o povo louvou ao Senhor e engrandeceu Seu nome, "porque gloriosamente triunfou; lançou no mar o cavalo e o seu cavaleiro" (Êx 15.1).

Lembremos outra vez de Sansão: "E, vindo ele a Leí, os filisteus lhe saíram ao encontro, jubilando; porém o Espírito do SENHOR poderosamente se apossou dele, e as cordas que ele tinha nos braços se tornaram como fios de linho que se queimaram no fogo, e as suas amarraduras se desfizeram das suas mãos. E achou uma queixada fresca de um jumento, e estendeu a sua mão, e tomou-a, e feriu com ela mil homens" (Jz 15.14-15). Uma queixada fresca, nada mais que um osso de jumento, foi utilizado como "arma" por aquele santo homem.

Um conhecido meio de exterminar cidades também nos é relatado: "Mataram também, além dos que já haviam sido mortos, os reis dos midianitas: a Evi, e a Requém, e a Zur, e a Hur, e a Reba, cinco reis dos midianitas; também a Balaão, filho de Beor, mataram à espada. Porém, os filhos de Israel levaram presas as mulheres dos midianitas e as suas crianças; também levaram todos os seus animais e todo o seu gado, e todos os seus bens. E queimaram a fogo todas as suas cidades com todas as suas habitações e todos os seus acampamentos" (Nm 31.8-10). Aqui, o fogo foi usado para fazer desaparecer a memória dos midianitas – sendo uma perfeita "arma" de destruição.

Davi demonstrou o grande poder de um rústico objeto: "E Davi cingiu a espada sobre as suas vestes, e começou a andar; porém nunca o havia experimentado; então disse Davi a Saul: Não posso andar com isto, pois nunca o experimentei. E Davi tirou aquilo de sobre si. E tomou o seu cajado na mão, e escolheu para si cinco seixos do ribeiro, e pô-los no alforje de

pastor, que trazia, a saber, no surrão, e lançou mão da sua funda; e foi aproximando-se do filisteu... E Davi pôs a mão no alforje, e tomou dali uma pedra e com a funda lha atirou, e feriu o filisteu na testa, e a pedra se lhe encravou na testa, e caiu sobre o seu rosto em terra" (1Sm 17.39-40). Uma funda, objeto feito de cordas e/ou couro, possuindo lugar para colocar-se uma pedra – isto foi o que derrotou o gigante Golias. Enfatizemos, igualmente, que Davi recusou-se a usar a espada de Saul, "pois nunca o experimentei". Mas para aquele homem do Senhor e para que todo o povo soubesse "que há Deus em Israel" (1Sm 17.46), Davi saiu vitorioso do combate com um objeto não esperado pelo gigante.

Lemos também sobre outra arma usada em certa distância: "Então disse Jorão: Aparelha o carro. E aparelharam o seu carro. E saiu Jorão, rei de Israel, e Acazias, rei de Judá, cada um em seu carro, e saíram ao encontro de Jeú, e o acharam no pedaço de campo de Nabote, o jizreelita. E sucedeu que, vendo Jorão a Jeú, disse: Há paz, Jeú? E disse ele: Que paz, enquanto as prostituições da tua mãe Jezabel e as suas feitiçarias são tantas? Então Jorão voltou as mãos e fugiu; e disse a Acazias: Traição há, Acazias. Mas Jeú entesou o seu arco com toda a força, e feriu a Jorão entre os braços, e a flecha lhe saiu pelo coração; e ele caiu no seu carro" (2Rs 9.21-24). Patenteia-se claramente como arco e flecha também podem ser "armas" letais, apesar de não conterem pólvora.

A morte de Estêvão nos lembra de que a própria natureza, bruta e sem qualquer benfeitoria, pode servir de arma: "E disse: Eis que vejo os céus abertos, e o Filho do homem, que está em pé à mão direita de Deus. Mas eles gritaram com grande voz, taparam os seus ouvidos, e arremeteram unânimes contra ele. E, expulsando-o da cidade, o apedrejavam. E as testemunhas depuseram as suas capas aos pés de um jovem chamado Saulo. E apedrejaram a Estêvão que em invocação dizia: Senhor Jesus, recebe o meu espírito. E, pondo-se de joelhos, clamou com grande voz: Senhor, não lhes imputes este pecado. E, tendo dito isto, adormeceu" (At 7.56-60). Era prática comum e ordenada por Deus no Antigo Testamento, o apedrejamento - "E disse Moisés, aos filhos de Israel que levassem o que tinha blasfemado para fora do arraial, e o apedrejassem; e fizeram os filhos de Israel como o SENHOR ordenara a Moisés" (Lv 24.23).

Estes são, portanto, alguns exemplos bíblicos, a fim de demonstrar que o conceito de "arma" é amplo, podendo cada objeto ser usado em determinada ocasião e conforme ela necessite – tanto para se defender como

para atacar. Contempla, então, absolutamente tudo, desde a antiga concepção entre "armas de fogo" e "armas brancas"[58], até armas mais recentes, como "armas radioativas" e "armas biológicas".

Olhemos, agora, o que o Salvador tem a nos ensinar sobre este assunto:

Jesus no templo

Teve o Senhor por bem nos registrar um dos textos áureos para nossa compreensão. "Jesus principiou assim os seus sinais em Caná da Galiléia, e manifestou a sua glória; e os seus discípulos creram nele... e Jesus subiu a Jerusalém. E achou no templo os que vendiam bois, e ovelhas, e pombos, e os cambiadores assentados. E tendo feito um azorrague de cordéis, lançou todos fora do templo, também os bois e ovelhas; e espalhou o dinheiro dos cambiadores, e derribou as mesas" (Jo 2.11, 13-15). Noutras palavras, "azorrague de cordéis", era um chicote que podia conter pontas de ferro (ou osso) nas várias extremidades das cordas (ou couro). Não pensemos que este chicote era inocente e não poderia causar dano, pois tamanho era seu poder de lesão, que foi usado para dispersar "os que vendiam bois, e ovelhas, e pombos, e os cambiadores assentados".

Este é um importante ponto que devemos ter em mente: Cristo pegou em armas. Isto não significa que o Filho de Deus fosse homem de guerras literais, mas é preciso ser destacado que Ele jamais proibiu o uso das mesmas.

Conforme temos assinalado no decorrer deste livro, uma é a vingança, outro é o defender-se e, neste caso, o afugentar. Cristo, todavia, não estava ensinando os cristãos a pegar em armas para afugentar os vendilhões atuais, mas nos ensina: **1**. Tendo finalidade legítima e necessária, o uso é permitido; **2**. Quando a Igreja de Deus corre sério perigo, por vezes é lícito o enfrentar de situações em prol do Reino. Quando utilizamos a expressão "a Igreja de Deus corre sério perigo", não se traduz em que Deus esteja com Sua Igreja estatelada ou moribunda, e sim à responsabilidade humana em guardar e zelar por aquilo que o Senhor nos concedeu, tal qual o mordomo (1Co 4.1).

Jesus no Monte das Oliveiras

Segundo os autores dos evangelhos, muitas foram as vezes em que Jesus se dirigiu ao Monte das Oliveiras, também chamado de Getsêmani.

Naquele lugar, após ter ceado com os apóstolos e antes de ser entregue por Judas, nos é relatado um precioso evento: "E disse-lhes: Quando vos mandei sem bolsa, alforje, ou alparcas, faltou-vos porventura alguma coisa? Eles responderam: Nada. Disse-lhes pois: Mas agora, aquele que tiver bolsa, tome-a, como também o alforje; e, o que não tem espada, venda a sua capa e compre-a; Porquanto vos digo que importa que em mim se cumpra aquilo que está escrito: E com os malfeitores foi contado. Porque o que está escrito de mim terá cumprimento. E eles disseram: Senhor, eis aqui duas espadas. E ele lhes disse: Basta" (Lc 22.35-38).

A primeira coisa para qual devemos atentar é que as palavras "Bíblia" e "arma" não são incompatíveis. Neste texto, o próprio Cristo usou a palavra "espada" – notadamente um tipo de arma. No grego original, a palavra é "μάχαιρα" (Machaira) e significa "uma larga faca, usada para matar animais e cortar a carne; uma pequena espada, distinta de uma grande espada; espada curva"[59].

Vê-se que Cristo não estava instruindo seus discípulos a comprar uma espada de guerra grande e pesada. A espada referida é uma espécie de adaga, a mesma usada em analogia pelo apóstolo Paulo, quando diz: "Tomai também o capacete da salvação, e a *espada* do Espírito, que é a palavra de Deus" (Ef 6.17 – grifo do autor).[60] A importância de se determinar qual palavra é usada por Deus, diz respeito ao significado pretendido pelo Autor. Jesus não estava instigando seus discípulos para que se "armassem até os dentes", tão somente lhes ordenou para que "o que não tem espada, venda a sua capa e compre-a".

Alguns piedosos e mui notáveis comentaristas têm escrito sobre que a linguagem usada por Jesus foi figurativa, indicando apenas o dizer aos discípulos sobre o dever de estarem preparados para a dificuldade, tal qual num combate real. Entretanto, tais comentários não merecem prosperar, tendo em vista que a palavra utilizada não remete às espadas de guerreiros e, na sequência do versículo, lemos: "Senhor, eis aqui duas espadas. E ele lhes disse: Basta". A palavra "Basta" não é uma expressão semelhante a "basta disso!"[61] – ela diz respeito a "é o suficiente", como firmemente demonstrado na respeitada versão bíblica inglesa, *King James Version* e na palavra usada: "enough" (suficiente) - "ἱκανός" (Hikanos), cujo significado é "muito suficiente, o suficiente; suficiente em capacidade; satisfaz"[62].

Não bastasse tal prova inequívoca, ainda no Monte das Oliveiras,

certo discípulo faz uso de sua espada e fere a orelha de um soldado: "E, estando ele ainda a falar, surgiu uma multidão; e um dos doze, que se chamava Judas, ia adiante dela, e chegou-se a Jesus para o beijar. E Jesus lhe disse: Judas, com um beijo trais o Filho do homem? E, vendo os que estavam com ele o que ia suceder, disseram-lhe: Senhor, feriremos à espada? E um deles feriu o servo do sumo sacerdote, e cortou-lhe a orelha direita" (Lc 22.47-50).

Todos estes fatos nos ensinam que Cristo não proibiu seus discípulos de terem objetos que lhes trouxessem segurança, ainda que toda real e única esteja em Deus – aleluias!

Oportuno, no entanto, é o averiguar da sentença: "E, vendo os que estavam com ele o que ia suceder, disseram-lhe: Senhor, feriremos à espada?". Qual a resposta de nosso Senhor Jesus Cristo? Haveria Ele de incentivar um pequeno combate civil entre Seus discípulos e os romanos? "E, respondendo Jesus, disse: Deixai-os; basta. E, tocando-lhe a orelha, o curou". (Lc 22.51). O evangelista Mateus registrou ainda outras palavras de Cristo proferidas na mesma ocasião: "Então Jesus disse-lhe: Embainha a tua espada; porque todos os que lançarem mão da espada, à espada morrerão. Ou pensas tu que eu não poderia agora orar a meu Pai, e que ele não me daria mais de doze legiões de anjos? Como, pois, se cumpririam as Escrituras, que dizem que assim convém que aconteça?" (Mt 26.52-54). Observemos que Jesus repreende não contra a espada trazida pelo discípulo (pois Ele mesmo havia dito para a levar), mas, sim, dizendo para que a guardasse – Cristo nada falou sobre "venda sua espada" ou "troque-a por comida". A censura de Cristo foi com relação à vingança pessoal, uma vez que esta suscita o ódio - "todos os que lançarem mão da espada, à espada morrerão". Cristo também revelou o caráter de guerra santa de Deus, conforme já vimos, quando afirma: "Ou pensas tu que eu não poderia agora orar a meu Pai, e que ele não me daria mais de doze legiões de anjos?" – tais legiões, conforme se depreende de maneira clara do contexto, poderiam vir e cessar toda tormenta de Cristo, livrando-o de toda perseguição que vinha sofrendo. De maneira par, afirma que mui acima de qualquer vingança pessoal, está o poder de Deus: "Ou pensas tu que eu não poderia agora orar a meu Pai, e que ele não me daria mais de doze legiões de anjos?" Havia, assim, um motivo para não utilizar espadas naquele momento: "Como, pois, se cumpririam as Escrituras, que dizem que assim convém que aconteça?"

Turretini é da mesma opinião: "A proteção inculpável não é proibida

em Romanos 12.19, e sim a vingança privada (como as próprias palavras o demonstram: mē heatous ekdikountes). Nem é culpável aquele que defende justamente sua própria vida por iniciativa privada, mas pela autoridade pública da lei da natureza. As injunções de amar nossos próprios inimigos não destroem a defesa necessária da vida, porque o fundamento do amor ao próximo é o do amor por nós mesmos. A passagem de Mateus 26.52, na qual nosso Senhor ordena a Pedro, 'Embainha tua espada; pois todos os que lançam mão da espada à espada perecerão', não remove a autodefesa justa. A de Pedro tinha aparência, não tanto de defesa (que teria sido inútil contra tão grande multidão), quanto de vingança. Além disso, ele não esperou pela ordem do Senhor (que não tinha necessidade de tal defensor), porém agiu precipitadamente."[63]

Jesus e Pedro

Surge a pergunta: qual foi o discípulo que se utilizou da espada para vingar-se? A resposta é dada por João: "Então Simão Pedro, que tinha espada, desembainhou-a, e feriu o servo do sumo sacerdote, cortando-lhe a orelha direita. E o nome do servo era Malco. Mas Jesus disse a Pedro: Põe a tua espada na bainha; não beberei eu o cálice que o Pai me deu?" (Jo 18.10-11). Recordemos do que vimos anteriormente, a saber, que havia certo Simão que era do grupo dos zelotes e estes andavam armados, pois "Eram motivados pelos gloriosos dias dos macabeus, dois séculos atrás, quando o fervor religioso e a espada pronta para a luta derrotaram os suseranos pagãos gregos. Assim, as colinas da Galiléia sempre abrigaram um grande número de grupos guerrilheiros prontos para iniciar uma revolta ou destruir um símbolo da autoridade romana na Palestina".[64] Desta forma, entendemos que, ou Pedro também andava armado, ou usou-se da espada de Simão, para ferir o servo.

Não encontramos, ademais, durante toda a narrativa bíblica, uma menção sequer de Cristo ordenando que Pedro ou Simão, ou ainda outro eventual discípulo que portasse uma espada, se desfizesse dela. Ainda mais: muitos podiam não portar uma (ao menos dois, no entanto, na ocasião da fala de Cristo, prontamente as portavam e não foram repreendidos – Lc 22.38), mas os cajados eram comuns e frequentemente utilizados como objetos para se defenderem: "E ordenou-lhes que nada tomassem para o caminho, senão somente um bordão; nem alforje, nem pão, nem dinheiro no cinto" (Mc 6.8). A palavra traduzida em nosso vernáculo para "bordão", é "ῥάβδος"

(Rhabdos) e significa "uma bengala, um galho, vara; uma haste com a qual se é batido; como usado em uma viagem, ou para se apoiar, ou pelos pastores"[65].

Jesus e o homem armado

"Quando o valente guarda, armado, a sua casa, em segurança está tudo quanto tem; Mas, sobrevindo outro mais valente do que ele, e vencendo-o, tira-lhe toda a sua armadura em que confiava, e reparte os seus despojos" (Lc 11.21-22). Esta narrativa se encontra no contexto de alguns judeus afirmando que Jesus expulsava "os demônios por Belzebu, príncipe dos demônios" (Lc 11.15). Buscando proclamar que Seu poder não vinha de outro, senão do Pai, Jesus afirmou: "se também Satanás está dividido contra si mesmo, como subsistirá o seu reino?" (Lc 11.18). De modo atilado, Cristo evidencia que não poderia expulsar um demônio pelo poder do príncipe dele, pois isso seria dividir a horda e agir contra ela.

O que nos chama a atenção, dado ao escopo que estamos tratando, é com relação ao próprio Cristo ter usado, para exemplificar, a licitude de se armar estando em casa, visando a segurança do seu patrimônio e dos seus.

A fim de dirimir eventual dúvida gramatical, deixemos esclarecido que a expressão, "Quando o valente guarda", não é sinônimo de "quando o guarda valente". Em nossa língua, a palavra foi traduzida por "guarda", que é "φυλάσσω" (Phulasso), cujo entendimento é "guardar, cuidar, manter, zelar por"[66]. O texto não está falando de um vigilante que tem o dever de guardar o patrimônio, mas de um homem valente que guarda sua casa – a *King James Version* (também chamada de Versão Autorizada, pelos ingleses) assim coloca: "When a strong man armed keepeth his palace."

Todavia, frisemos que o texto não diz respeito somente à valentia, e sim também sobre estar valente e "armado". A palavra, "armado", não significa estar somente preparado, como se dispensasse os meios para isso. A palavra original é "καθοπλίζω" (Kathoplizo) e cuja tradução é literalmente "apresentar-se com armas"[67].

Assim, aprendemos que nosso Senhor Jesus Cristo não foi contra o armamento e jamais caracterizou as armas como instrumentos odiosos *per si*, afinal, possuindo um fim lícito e visando a defesa pessoal e dos seus, é completamente lícito ter tais coisas - "Quando o valente guarda, armado, a

sua casa, *em segurança está tudo quanto tem*" (grifo do autor).

Ponderemos, entretanto, para não soarmos tendenciosos, a continuação do versículo: "Mas, sobrevindo outro mais valente do que ele, e vencendo-o, tira-lhe toda a sua armadura em que confiava, e reparte os seus despojos". Daqui se extrai a compreensão evidente de que, mesmo o homem tendo de zelar por aquilo que possui e por todos que estão ao seu dispor, isto não se traduz em completa e inequívoca segurança, haja vista sempre haver alguém, em algum lugar, com maior poderio e força. O texto também nos ensina que quando este "outro mais valente do que ele" vier, prudente será fazer rápida análise da situação e, não sendo possível reagir, melhor será deixar-se vencer, a fim de preservar-se.

Jesus, o cajado e a espada

Qual o motivo para Cristo, no início de Seu ministério na terra, ter dito primeiramente para levarem somente um cajado (o bordão) e posteriormente, admoestado os discípulos a levarem uma espada? A solução encontra-se ao verificar para onde os discípulos haviam sido enviados.

No começo do ministério de Cristo, assim recordamos: "Jesus enviou estes doze, e lhes ordenou, dizendo: Não ireis pelo caminho dos gentios, nem entrareis em cidade de samaritanos; Mas ide antes às ovelhas perdidas da casa de Israel; E, indo, pregai, dizendo: É chegado o reino dos céus" (Mt 10.5-7). O Filho de Deus foi concreto ao dizer que não deveriam ir "pelo caminho dos gentios, nem entrareis em cidade de samaritanos". Ao fim de Seu ministério terreno, vemos a mudança: "E, chegando-se Jesus, falou-lhes, dizendo: É-me dado todo o poder no céu e na terra. Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; Ensinando-os a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos. Amém" (Mt 28.18-20). Estas são as duas comissões que os discípulos receberam: a inicial é conhecida como "primeira comissão", a segunda como "grande comissão", pois já não se limitariam aos israelitas, mas, sim, iriam a "todas as nações".

Esta alteração do cajado para a espada, não deve ser vista como um estímulo à vingança – pois já nos referimos a ela –, porém, igualmente, não deve ser analisada sob o eixo da proibição do mesmo, pois este também era um instrumento de defesa. A razão para esta troca (ou acréscimo) é devido à alteração de itinerário: enquanto na primeira comissão os discípulos sairiam pelas ruas, vielas e toda sorte de lugares onde estavam os judeus e, por isso,

aos cuidados de Roma, na grande comissão os discípulos iriam por outras regiões não frequentadas assiduamente por eles, bem como por lugares não dominados pelos romanos, o que implica que andariam por caminhos estranhos e com possibilidade de ataques de animais, bem como de salteadores. Esta interpretação é plenamente verídica e longe está de ser qualquer "especulação teológica", bastando que nos lembremos da conhecida parábola do "bom samaritano", onde "Descia um homem de Jerusalém para Jericó, e caiu nas mãos dos salteadores, os quais o despojaram, e espancando-o, se retiraram, deixando-o meio morto" (Lc 10.30). Este caminho – de Jerusalém a Jericó – era conhecido pelos salteadores (assaltantes) e Cristo, zelando pela integridade física de seus discípulos, corretamente lhes recomenda o uso de espada (ela não serviria para vingança pessoal, e sim defesa pessoal, pois os discípulos não foram enviados para conquistar a paz pela espada, e sim ao evangelismo e pregar das boas novas).

Jesus e o centurião romano

"E, entrando Jesus em Cafarnaum, chegou junto dele um centurião, rogando-lhe, E dizendo: Senhor, o meu criado jaz em casa, paralítico, e violentamente atormentado. E Jesus lhe disse: Eu irei, e lhe darei saúde. E o centurião, respondendo, disse: Senhor, não sou digno de que entres debaixo do meu telhado, mas dize somente uma palavra, e o meu criado há de sarar. Pois também eu sou homem sob autoridade, e tenho soldados às minhas ordens; e digo a este: Vai, e ele vai; e a outro: Vem, e ele vem; e ao meu criado: Faze isto, e ele o faz. E maravilhou-se Jesus, ouvindo isto, e disse aos que o seguiam: Em verdade vos digo que nem mesmo em Israel encontrei tanta fé" (Mt 8.5-10). Este texto não menciona alguma arma ou objeto de defesa pessoal em particular, mas fala de algo muito significativo: "um centurião".

Este centurião (espécie de oficial com cem soldados à sua disposição) não pertencia à linhagem judaica, pois como já assinalamos, era o exército de Roma que estava vigente nos tempos de Cristo. Portanto, este centurião era alguém do governo romano, mas que, não obstante, se dirigiu com grande humildade a Cristo, tendo ele mesmo ouvido: "Em verdade vos digo que nem mesmo em Israel encontrei tanta fé".

O ponto a ser frisado é Cristo não ter ordenado ao centurião que deixasse sua posição no exército ou que por ocasião de sua conversão, cessasse o uso de armas. Ao contrário, o despediu em paz, autorizando-o,

evidentemente, a continuar no ofício de centurião.

Corroborando com este relato militar, também o apóstolo Paulo, após ser preso pelos romanos e evangelizar toda a corporação dos soldados e os ver convertidos por Deus, escreve aos Filipenses dizendo: "Saudai a todos os santos em Cristo Jesus. Os irmãos que estão comigo vos saúdam. Todos os santos vos saúdam, mas *principalmente os que são da casa de César*" (Fp 4.21-22 – grifo do autor). Também, aqui, se vê não haver qualquer problema em se portar armas, muito menos ser integrante de alguma força armada.

Portanto, em todos estes relatos, longe de encontramos um silencio desértico de Cristo sobre as armas, vemos que Ele as aprovava, desde que para uso legítimo e apropriado.

9. A autotutela e a justiça pública

Já pincelamos algumas vezes a diversidade entre a justiça particular e a pública, mas é necessário ir além, pois esta distinção é crucial e imprescindível para a justa compreensão de nosso estudo.

Falamos anteriormente sobre o instituto da autotutela e de como ele vigorava no Antigo e Novo Testamento. Ao contrário do que possa aparentar, o mundo nunca esteve plenamente destituído da autotutela, também chamada de justiça particular - isto porque o governo, por mais bem intencionado que possa ser e tenha o dever de garantir a segurança pública e de certa forma, também a privada (Rm 13), não consegue prever e muito menos estar presente em todos os locais ao mesmo tempo.

Tudo isso parece simples e óbvio, certo? De fato é extremamente objetivo, mas muitos têm se esquecido, ainda que já tenhamos tocado superficialmente neste assunto, de que o papel do Estado (o governo de um modo geral) não é de fornecer "bolsas", "vales" e promover um completo assistencialismo[68], e sim se engajar na luta contra o perverso, "porque é ministro de Deus, e vingador para castigar o que faz o mal" (Rm 13.4). Para isso acontecer, no entanto, o governo precisa ser realista e compreender que jamais conseguirá estabelecer a completa bonança em seus arraiais, pois a maldade do homem natural é constante e seu coração perpetuamente inclinado para as trevas (Gn 6.5). Por isso é que a Bíblia não exclui a autotutela, pois sem ela o mal prevalecerá, mesmo que todas as forças sejam empreendidas em sentido contrário.

A luta contra animais

"Porém Saul disse a Davi: Contra este filisteu não poderás ir para pelejar com ele; pois tu ainda és moço, e ele homem de guerra desde a sua mocidade. Então disse Davi a Saul: Teu servo apascentava as ovelhas de seu pai; e quando vinha um leão e um urso, e tomava uma ovelha do rebanho, Eu saia após ele e o feria, e livrava-a da sua boca; e, quando ele se levantava contra mim, lançava-lhe mão da barba, e o feria e o matava. Assim feria o teu servo o leão, como o urso" (1Sm 17.33-36). Se aos homens fosse barrada a autotutela, que teria de fazer Davi contra as bestas selvagens? Chamar o governo ou pedir autorização expressa do magistrado? Certamente que não,

pois ainda que naquele tempo o cenário político fosse outro, a autotutela era perfeitamente admitida, face à necessidade sem igual.

Aqui estamos a tratar de animais e pouquíssima dúvida há quanto à licitude de se defender deles, mesmo que a única solução seja a morte do mesmo.

Acontece, porém, que as Escrituras também falam acerca da autotutela no âmbito relacional entre os homens.

A luta com homens

"Ouvindo, pois, Abrão que o seu irmão estava preso, armou os seus criados, nascidos em sua casa, trezentos e dezoito, e os perseguiu até Dã. E dividiu-se contra eles de noite, ele e os seus criados, e os feriu, e os perseguiu até Hobá, que fica à esquerda de Damasco. E tornou a trazer todos os seus bens, e tornou a trazer também a Ló, seu irmão, e os seus bens, e também as mulheres, e o povo" (Gn 14.14-16). No capítulo anterior a esta narrativa, nos é relatado a desavença havida entre os pastores de Abrão e os pastores de Ló (Gn 13.7), devido à escassez de alimento para a enormidade de animais que juntos possuíam (Gn 13.6), de modo que tiveram por bem se separar, a fim de não suscitarem intrigas desnecessárias (Gn 13.8). Ló, então, vai às campinas próximas de Sodoma e Gomorra (Gn 13.10-110) e Abrão fica com a terra de Canaã (Gn 13.12). Houve, após isso, a guerra dos "quatro reis contra cinco" (Gn 14.9), de modo que "Anrafel, rei de Sinar, Arioque, rei de Elasar, Quedorlaomer, rei de Elão, e Tidal, rei de Goim" (Gn 14.1) saíram contra "Bera, rei de Sodoma, a Birsa, rei de Gomorra, a Sinabe, rei de Admá, e a Semeber, rei de Zeboim, e ao rei de Belá (esta é Zoar)" (Gn 14.2). Neste ínterim, lemos: "E o vale de Sidim estava cheio de poços de betume; e fugiram os reis de Sodoma e de Gomorra, e caíram ali; e os restantes fugiram para um monte. E tomaram todos os bens de Sodoma, e de Gomorra, e todo o seu mantimento e foram-se. Também tomaram a Ló, que habitava em Sodoma, filho do irmão de Abrão, e os seus bens, e foram-se" (Gn 14:.10-12). Tendo tomado conhecimento do feito (Gn 14.13) e movido por zelo familiar em prol do Ló, Abrão "armou os seus criados, nascidos em sua casa, trezentos e dezoito, e os perseguiu até Dã".

De acordo com o que vimos nos capítulos passados, se esta mesma história ocorresse em nossos dias, o deslinde seria outro e sequer poderíamos realizar o feito de Abrão, sob pena de sermos enquadrados em algum ilícito penal. Não nos seria correto imitar o padrão de Abrão, pois, como já exposto,

sob a ótica do Novo Testamento, entendemos a necessidade do governo regular a autotutela.

Porém, ledo engano o acreditar que nosso governo brasileiro proibiu completamente a autotutela.

A autotutela no Brasil

Preceitua assim nosso atual Código Penal:

"**Exclusão de ilicitude**

Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato:

I - em estado de necessidade;

II - em legítima defesa;

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Parágrafo único - O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo.

Estado de necessidade

Art. 24 - Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

§ 1º - Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

§ 2º - Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.

Legítima defesa

Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem."

Nota-se como nosso Código Penal (Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) não afirma que tudo que viole a integridade física é ilícito ou que devemos depender do Estado para todas (literalmente) ações, e sim que há certos casos em que "Não há crime quando o agente pratica o fato". Daí em diante, o Código passa a expor os motivos que não constituem ilegalidade e sequer podem ser enquadrados em crime.[69]

Sobre partes dos artigos supracitados, comentam alguns profícuos juristas penais: "Estado de necessidade é a situação de perigo atual, não

provocado voluntariamente pelo agente, em que este lesa bem de outrem, para não sacrificar direito seu ou alheio, cujo sacrifício não podia ser razoavelmente exigido... Tanto o estado de necessidade quanto a legítima defesa têm em comum o fato de que não se poderia exigir conduta diversa da pessoa que age nessas circunstâncias excepcionais... para muito além de uma não exigibilidade de conduta diversa, que a afasta a culpabilidade (e, portanto, a pena) do autor de uma conduta ilícita, no estado de necessidade e na legítima defesa temos verdadeiros *tipos permissivos*, em que o agir é *lícito, aprovado pelo Direito*, tratando-se de causas *justificantes* da conduta. Fala-se em *direito de necessidade*, em que o sujeito age por não ter como, naquele momento excepcional, recorrer ao Estado para salvar o direito próprio ou alheio ameaçado."[70]

Segundo Delmanto, alguns são os requisitos para se configurar o estado de necessidade: "*a*. perigo atual; *b*. ameaça a direito próprio ou de terceiro, cujo sacrifício era irrazoável exigir-se, devendo haver proporcionalidade; *c*. situação não provocada pela vontade do agente; *d*. conduta que não podia de outro modo evitar; *e*. conhecimento da situação de fato (requisito subjetivo); *f*. inexistência do dever legal de enfrentar o perigo (§ 1º deste art. 24)."[71]

Observa-se como é imprescindível que o Estado autorize, dentro de certos padrões, a autotutela, vez que essa é subjacente ao homem: "Quando uma pessoa age em legítima defesa, protegendo direito seu ou alheio, em casos de excepcional urgência... não tem o cidadão, naquele instante, como recorrer ao Estado... Ou ele, com moderação, *contra-ataca*, ou o justo agressor irá ter sucesso em sua criminosa empreitada. Trata-se, assim, de uma atuação *necessária* e ínsita e um dos mais elementares institutos humanos: o da preservação... na legítima defesa (como também no estado de necessidade) temos verdadeiros *tipos permissivos*, em que o agir é *lícito*, *aprovado pelo Direito*, estando a conduta *justificada*. Afinal, não se pode proibir que um cidadão assuma postura defensiva diante de uma agressão injusta praticada contra si, ou, corajosamente, contra terceiro que esteja presenciando."[72]

Soando o mesmo tom acima, escreve Mirabete: "É indispensável que haja, inicialmente, por parte do agente, reação contra aquele que está praticando uma agressão. Esta é constituída de qualquer comportamento humano que lesa ou põe em perigo um direito e, embora, em geral, implique violência, não se limita a esta, visto que pode consistir em um ataque sub-

reptício, dissimulado, em fraude e até em omissão. Embora não seja pacífico, nada impede que se alegue legítima defesa contra uma agressão culposa, mas sempre será constituída de um comportamento humano. Não o sendo, haverá estado de necessidade. Não é necessário, porém, que a agressão se constitua de um crime, pois constitui legítima defesa a reação a qualquer ilícito. Dispõe a lei que só é legítima a defesa contra agressão atual, que já se iniciou, ou iminente, que está prestes a desencadear-se. Não ocorre a descriminante contra a agressão presente em futuro remoto, ou que já tenha cessado. Nem mesmo se pode defender legitimamente de mera ameaça de perigo concreto, pois só se legitima a defesa em decorrência do perigo causado pela agressão atual ou iminente. Não basta, entretanto, que se trate de agressão atual ou iminente, é indispensável também que se trate de uma agressão injusta, contrária ao ordenamento jurídico. A injustiça da agressão deve ser apreciada objetivamente, não a excluindo o fato de atuar o agressor por culpa, de boa-fé, por erro, em decorrência de inimputabilidade etc. As agressões legítimas, decorrentes de atos legais, não ensejam legítima defesa. Embora a reação deva ser exercida contra o agressor, se, por erro na execução da repulsa, for atingido bem jurídico de terceiro inocente, nem por isso deixará de existir a justificativa, aplicando-se as regras previstas nos art. 73 e 74 CP. Há, porém, decisões em contrário."[73]

Um caso verídico foi a recente decisão da 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça Gaúcho (TJRS), por ocasião de uma mãe e filha terem ajuizado uma ação indenizatória em face do Estado, alegando omissão estatal no provimento da segurança pública. Tanto o juiz de primeiro grau como o Tribunal, não deram provimento favorável aos autores (mãe e filha), mas expuseram seus motivos que corroboram com nosso estudo. Em 1º grau, as palavras do Juiz Carlos Alberto Ely Fontela, foram: "tem o Estado a obrigação constitucional de prestar segurança pública, policiamento ostensivo e preventivo. Impossível, todavia, a ação preventiva em particular a cada cidadão e sua família em todos os locais e circunstâncias da vida. Tanto seria exigir que os agentes estatais estivessem presentes em todos os lugares, ao mesmo tempo."[74] Tendo os autores entrado com recurso ao Tribunal, estas foram as palavras do Desembargador Paulo Roberto Lessa Franz, que votou por manter a sentença do juiz singular: "Ainda que houvesse investigação criminal em curso, não há como afirmar que o crime pudesse ter sido evitado, avaliou. O delito ocorreu em local público, à luz do dia, tendo o criminoso

abordado a vítima, já armado, atirando contra a sua face, sem chance de defesa. Exigir-se do Estado uma vigilância específica para evitar a consecução do crime, nesse contexto, seria materialmente impossível"[75] – desta forma, se vê como o próprio Estado reconhece Sua incapacidade em evitar todos os crimes.

Como aventado, deve haver a proporcionalidade entre a ameaça e forma com que foi repelida: "Exemplo: ao defender-se de injusta agressão, o sujeito põe seu contendor desacordado e gravemente ferido; após este estar caído ao solo, ainda lhe causa mais uma lesão leve. Embora a lesão grave esteja acobertada pela justificava, a posterior lesão leve foi excessiva e será punida por dolo, caso a intenção tenha sido provocá-la; ou por culpa, se decorrente da falta de cuidado do agente... Assinale-se que só a desnecessidade dos meios não basta para afirmar o excesso punível, desde que eles hajam sido usados moderadamente. O exemplo facilitará a compreensão: se, ao se ver ameaçado tendo à mão uma bengala e uma pistola, o agente usa desta e alveja o braço de quem o ameaça, pode-se dizer que se valeu de meio desnecessário, mas usado moderadamente; ao contrário, se emprega a bengala (meio necessário), mas mata o agressor com bengaladas na cabeça, o uso do meio necessário é que terá sido imoderado. O excesso inclui, pois, tanto o *meio* como a *utilização* deste, devendo *ambos* ser *examinados.* Assim, em caso de júri, ainda que os jurados neguem o emprego do meio necessário, devem ser perguntados sobre a moderação no uso e sobre o elemento subjetivo do excesso (dolo *ou* culpa)."[76]

Novamente Mirabete: "Exige a legítima defesa que o uso dos meios necessários seja o suficiente para repelir a agressão. Pode variar de simples admoestação enérgica até o uso da violência. Entende-se que, na verdade, o agente deve utilizar, entre os meios de que dispõe para sua defesa, no momento da agressão, aquele que menor lesão pode causar. Além disso, é necessário que seja moderado na reação, que não use o meio de forma a cometer excesso na defesa; só assim estará caracterizada a descriminante. Não se exige uma aferição milimétrica quanto ao uso do meio emprego, que pode ser até mesmo desproporcional àquele utilizado pelo agressor, e quanto à moderação na repulsa, tudo deve ser considerado, atendo-se o exame do fato ao homem que atua na defesa e às circunstâncias que o rodeiam e envolvem o fato. Em situação extrema, até a utilização de arma de fogo e o resultado morte do agressor são admissíveis."[77]

A defesa pessoal

Falar em defesa pessoal significa, portanto e de imediato, o afirmar de que não se está fazendo qualquer apologia às brigas, lutas ou qualquer combate corporal desnecessário. A defesa pessoal não deve ser vista como o único e inequívoco meio para se repelir o agressor. Muitas e muitas vezes será mais benéfico, "se qualquer te bater na face direita, oferece-lhe também a outra" (Mt 5.39), assim como, "se qualquer te obrigar a caminhar uma milha, vai com ele duas" (Mt 5.41). A Escritura aponta um bom motivo para isso: "Portanto, meus amados irmãos, todo o homem seja pronto para ouvir, tardio para falar, tardio para se irar. Porque a ira do homem não opera a justiça de Deus" (Tg 1.19-20).

Mas não devemos crer que o "oferece-lhe também a outra" seja sempre literal. Turretini comenta: "Quando ordena 'Não resistais ao perverso; mas, a qualquer que te ferir na face direita, volta-lhe também a outra; e, ao que quer demandar contigo e tirar-te a túnica, deixa-lhe também a capa' (Mt 5.39-40), Cristo não muda a lei implantada da natureza, a qual nos ensina a repelir a injúria e a força pelo uso da força. Antes, ele apenas condena a retaliação (to antipeponthos) quando à autodefesa se acrescenta a vingança e uma injúria igual ou maior. Essas palavras devem ser entendidas proverbial e hiperbolicamente, não segundo a letra (kata to rhēton); pois Cristo mesmo não voltou a outra face àquele que o feria (Jo 18.23), nem Paulo (At 23.3). O significado, pois, é que é melhor estar pronto a sofrer nova injúria do que retribuir com injúria igual ou recompensar o mal com outro mal; e isso também sob o pretexto de uma lei divina concernente à retaliação. Assim a adversativa (como se dá frequentemente em outras partes) inclui em si uma comparação."[78]

Assim, corroborando com este fato, conforme vimos no capítulo sobre a soberania de Deus e a responsabilidade do homem, imaginemos a seguinte situação:

Alguém adentra em nossa casa e ameaça nossa mãe de ser estuprada naquele momento e à vista de nosso pai. Nós, chegando à casa ao instante em que este delito ocorre, percebemos a atividade suspeita quando ainda damos os primeiros passos à entrada. Percebemos, também, que o suspeito está em posição em que pode ser afugentado e isso sem grande perigo aos seus queridos e a nós. O que nós faríamos? Pegaríamos o telefone, chamaríamos a polícia e ficaríamos esperando sua chegada? Tomaríamos um objeto qualquer

e avançaríamos em direção ao delinquente? Assistiríamos ao estupro? Ajoelharíamos e oraríamos, aguardando o desenrolar do feito?

Para obtermos a solução correta e bíblica, temos um relato e uma lei que exemplifica algo semelhante à ilustração acima e nos fornece a resposta adequada: "Quando um homem for achado deitado com mulher que tenha marido, então ambos morrerão, o homem que se deitou com a mulher, e a mulher; assim tirarás o mal de Israel. Quando houver moça virgem, desposada, e um homem a achar na cidade, e se deitar com ela, Então trareis ambos à porta daquela cidade, e os apedrejareis, até que morram; a moça, porquanto não gritou na cidade, e o homem, porquanto humilhou a mulher do seu próximo; assim tirarás o mal do meio de ti. E se algum homem no campo achar uma moça desposada, e o homem a forçar, e se deitar com ela, então morrerá só o homem que se deitou com ela; Porém à moça não farás nada. A moça não tem culpa de morte; porque, como o homem que se levanta contra o seu próximo, e lhe tira a vida, assim é este caso. Pois a achou no campo; a moça desposada gritou, e não houve quem a livrasse" (Dt 22.22-27).

Claramente esta passagem das Escrituras está a estabelecer a punição para o adultério e estupro, mas não deixa de fornecer importante informação com relação ao perigo da negligência. Notemos: "Pois a achou no campo; *a moça desposada gritou, e não houve quem a livrasse*" (grifo do autor). A Lei de Deus prescrevia que se um homem, na cidade, se deitasse com uma moça virgem desposada (isto é, prometida em casamento), ambos morreriam, "a moça, porquanto não gritou na cidade, e o homem, porquanto humilhou a mulher do seu próximo" – nos ensinando que ela deveria ter clamado por socorro, no entanto se omitiu e permitiu que deliberadamente seu corpo fosse ultrajado.[79] Outro tratamento era se o estupro acontecesse em um campo, local menos habitado: "E se algum homem no campo achar uma moça desposada, e o homem a forçar, e se deitar com ela, então morrerá só o homem que se deitou com ela; Porém à moça não farás nada. A moça não tem culpa de morte". A Bíblia compara a maldade do estupro ao tirar a vida de outrem sem motivo, a saber, o assassinato: "porque, como o homem que se levanta contra o seu próximo, e lhe tira a vida, assim é este caso".

O que está jogo em nossa abordagem é o fato de não haver alguém no campo que livrasse a moça – e este é um mal terrível. A omissão de socorro é tão perniciosa quanto à comissão atentatória contra a dignidade de outrem. Assassino não é somente o que tira a vida alheia com motivo injustificado, imoral ou bestial, mas aquele que podendo salvar, não o faz; podendo

socorrer uma vítima, passa ao longe, conforme temos o relato: "E, ocasionalmente descia pelo mesmo caminho certo sacerdote; e, vendo-o, passou de largo. E de igual modo também um levita, chegando àquele lugar, e, vendo-o, passou de largo" (Lc 10.31-32). Não fosse o samaritano ter "íntima compaixão" (Lc 10.33) por aquele homem que estava "meio morto" (Lc 10.30), certamente este teria perecido, e quem ousaria duvidar da culpa do sacerdote e do levita?

Notório é, portanto, que desde os tempos do Antigo Testamento, passando pelo período interbíblico, a Palestina nos tempos de Cristo e chegando até nossos dias, o instituto da autotutela sempre vigorou, de forma que o Estado, apesar das miríades de falhas que atualmente comete, reconhece de pronto a necessidade de conferir esta liberdade ao seu povo, razão pela qual não deve buscar opor-se a isso.

Ressaltamos, ainda outra vez, para não sermos mal compreendidos: defender-se é muito diverso do vingar-se - "Não digas: Vingar-me-ei do mal; espera pelo SENHOR, e ele te livrará" (Pv 20.22). A justiça vem das mãos do Senhor e somente n'Ele devemos aguardar o livramento de todas as mazelas da vida. Tal qual o dinheiro não traz segurança e a saúde não proporciona, por si só, felicidade ao homem, também a defesa pessoal não é um meio de obter "a paz entre os homens". A Bíblia preceitua que um dia, toda sorte de violência cessará: "E ele julgará entre as nações, e repreenderá a muitos povos; e estes converterão as suas espadas em enxadões e as suas lanças em foices; uma nação não levantará espada contra outra nação, nem aprenderão mais a guerrear" (Is 2.4; Mq 4.3).

Não diverso, mas paralelo a isso, aprendemos com Davi a sublime, substancial e imperiosa necessidade de termos o entendimento da soberania de Deus e da responsabilidade do homem (já visto anteriormente). Jamais seremos versados nas Sagradas Escrituras e entenderemos o assunto que estamos propondo, se ignorarmos este ponto.

O próprio apóstolo Paulo relata que muitas vezes teve de fugir – o que também é uma defesa: "Em viagens muitas vezes, em perigos de rios, em perigos de salteadores, em perigos dos da minha nação, em perigos dos gentios, em perigos na cidade, em perigos no deserto, em perigos no mar, em perigos entre os falsos irmãos" (2Co 11.26).

Que fique, ainda outra vez, fixado este entendimento: defender-se não é pecado – o pecado é a omissão da defesa quando possível fazê-la, e da vingança, pois esta pertence somente ao Senhor.

10. O desarmamento é bíblico?

Um dos textos mais usados para rebater a questão das armas e afirmar que elas não são compatíveis com o cristianismo, sendo, então, o desarmamento algo bíblico, vem da segunda carta de Paulo aos irmãos em Corinto, "Porque as armas da nossa milícia não são carnais, mas sim poderosas em Deus para destruição das fortalezas" (2Co 10.4), e também da carta aos cristãos em Éfeso: "Porque não temos que lutar contra a carne e o sangue, mas, sim, contra os principados, contra as potestades, contra os príncipes das trevas deste século, contra as hostes espirituais da maldade, nos lugares celestiais" (Ef 6.12).

Sobre a passagem de Coríntios, o piedoso pastor Mathew Henry (1662-1714) comentou: "O trabalho do ministro é uma guerra, não segundo a carne, porque esta é espiritual, com inimigos espirituais e com propósitos espirituais. E, embora os ministros sejam de carne ou vivam no corpo e compartilhem de questões comuns da vida, como todos os outros homens, em seu trabalho e guerra eles não devem ir pelas máximas da carne nem se projetarem para agradá-la – ela precisa ser crucificada com suas paixões e concupiscências... As doutrinas do evangelho e a disciplina da igreja são as armas desta guerra – e elas não são carnais. Força externa, portanto, não é o método do evangelho; o método consiste em fortes persuasões pelo poder da verdade e mansidão de sabedoria."[80]

John Gill (1697-1771), também grande pastor e comentarista da Escritura, assim diz: "As 'armas' que esta guerra maneja são as Escrituras da verdade, a espada do Espírito, a palavra de Deus; e que de fato são um arsenal, a partir do qual podem ser tomadas armas de todo tipo, tanto ofensivas com defensivas; tais como servir para estabilizar e guardar as doutrinas do Evangelho, e refutar os erros do iníquo: a qual pode ser acrescentada todos os dons que Cristo recebeu para dar aos homens, qualificando-os ao trabalho de ministro e a fim de entenderem os escritos sagrados."[81]

A Bíblia de Genebra também registra: "Não são aquelas armas pelos quais os homens obtêm autoridade sobre outro com os quais fazem grandes feitos."[82]

Estes comentários, bem como o texto de Efésios, nos deixam evidente

que as armas para se expandir o evangelho, convencer os ouvintes e proclamar a verdade, não são armas carnais. Rifles, pistolas, facas ou pedras não podem converter o coração do pecador – nada disso surte qualquer efeito sobre o homem desesperadamente corrupto (Jr 17.9), porque, nos ditos do próprio apóstolo e também aos Coríntios, "A minha palavra, e a minha pregação, não consistiram em palavras persuasivas de sabedoria humana, mas em demonstração de Espírito e de poder" (1Co 2.4).

Portanto, nenhum destes textos está falando contra as armas físicas, mas sim que elas não servem para a promoção do evangelho. Ninguém está insinuando o pegar em armas para promover o evangelho, e sim de armas como meios de defesa pessoal e, eventualmente, coletiva – nada mais que isso.[83]

O desarmamento é fruto da impiedade

No início deste livro citamos um dos versículos basilares para o cristão e que ensina sobre a suficiência da Escritura – "Toda a Escritura é divinamente inspirada, e proveitosa para ensinar, para redargüir, para corrigir, para instruir em justiça; Para que o homem de Deus seja perfeito, e perfeitamente instruído para toda a boa obra" (2Tm 3.16-17). Este texto nos fornece sustentáculos suficientes para reiterarmos nossa absoluta confiança na revelação de Deus (a Bíblia) e em sua completa suficiência para nós. Tamanha é esta, que até mesmo menciona uma ocasião onde houve o desarmamento do povo de Israel.

Saul, homem ímpio e desobediente ao Senhor, não desejando buscar a face do Altíssimo e d'Ele obter provisão, em desobediência à ordem do profeta, corruptamente tomou para si a liberdade de oferecer holocausto (1Sm 13.8-9), ouvindo a grave sentença proferida pelo profeta: "procedeste nesciamente, e não guardaste o mandamento que o SENHOR teu Deus te ordenou; porque agora o SENHOR teria confirmado o teu reino sobre Israel para sempre" (1Sm 13.13). Eis, então, o que sucedeu: "E os saqueadores saíram do campo dos filisteus em três companhias; uma das companhias foi pelo caminho de Ofra à terra de Sual. Outra companhia seguiu pelo caminho de Bete-Horom, e a outra companhia foi pelo caminho do termo que dá para o vale Zeboim na direção do deserto" (1Sm 13.17-18). Tal foi a gravidade, que os filisteus tomaram todas as armas de Israel, de modo a os tornar incapazes de defenderem-se - "E em toda a terra de Israel nem um ferreiro se

achava, porque os filisteus tinham dito: Para que os hebreus não façam espada nem lança. Por isso todo o Israel tinha que descer aos filisteus para amolar cada um a sua relha, e a sua enxada, e o seu machado, e o seu sacho. Tinham porém limas para os seus sachos, e para as suas enxadas, e para as forquilhas de três dentes, e para os machados, e para consertar as aguilhadas. E sucedeu que, no dia da peleja, não se achou nem espada nem lança na mão de todo o povo que estava com Saul e com Jônatas" (1Sm 13.19-22).

A ruína, desgraça e tragédia foram tão imensas, que o povo anteriormente preparado[84], se viu completamente impotente diante da invasão inimiga: "E sucedeu que, no dia da peleja, não se achou nem espada nem lança na mão de todo o povo que estava com Saul e com Jônatas". A astúcia maligna dos filisteus (o mesmo povo do gigante Golias – 1Sm 17.26) criou o desarmamento. Desejavam enfraquecer o povo inimigo, queriam vê-los desprovidos de meios para sua defesa – e resolveram tirar-lhe os ferreiros, "Para que os hebreus não façam espada nem lança". Aqui, não há espaço para tervergisar-se, dizendo que o texto fala de retirar pessoas e não armas, pois ele explicita que o intuito de retirar os ferreiros era para que não houvesse armas. Como é de conhecimento, a arte da guerra ainda era deveras rudimentar e não existiam comércios de armas ou "lojas especializadas" – eis o porquê de retirarem os fabricantes de armas.

Desarmamento e genocídios

Menos armas levam a maiores índices de morte – fixemos este *slogan* em nossas vidas. Mas por que esta desproporção? Não deveria haver menos mortes, sendo que existem menos armas? O motivo para essa conta não zerar é que dependerá sobre onde está a menor quantidade de armas. Explico.

Se toda população não possuísse armas, ainda assim haveria milhares delas. Onde? Nas mãos do governo, pois ele, caso seguisse seu papel de punir o malfeitor, teria de dispor de meios para reprimir o delinquente, assim como precisaria estar apto para defender seu povo em caso de guerra. Todavia, falar em "população sem armas", também não soluciona nosso problema, pois de qual parte da população estamos falando?

É preciso, portanto, entender que quanto mais armas ilícitas tivermos, mais homicídios teremos. Como, entretanto, um país consegue ter mais armas ilícitas do que lícitas? A resposta é objetiva: malfeitores não são amigos do

governo e por isso não compram armas de acordo com a legalidade; como esta é demasiadamente burocrata, o viés para o cidadão se estreita, levando ao aumento da ilicitude.

Este caminho acima, porém, é apenas um – há também a tirania do governo e é desta que pontuaremos.

Gary North, cristão e economista renomado, ex-membro adjunto do *Mises Institute*, escreveu um texto onde aborda a questão do desarmamento e o genocídio (mortes em massa de determinado grupo étnico ou religioso). Retirado do site do famoso e bem conceituado Instituto Ludwig Von Mises Brasil, temos um relato histórico sobre qual a intenção do governo em retirar as armas:

"O genocídio armênio de 1915 foi precedido por uma limpeza étnica parcial, a qual durou dois anos, 1895-97. Aproximadamente 200.000 armênios foram executados. Os armênios eram facilmente identificáveis. Alguns séculos antes, os invasores turcos otomanos os haviam forçado a acrescentar o 'ian/yan' aos seus sobrenomes. Como os armênios estavam dispersos por todo o império, eles não possuíam o mesmo tipo de concentração geográfica que outros cristãos possuíam na Grécia e nos Bálcãs. Eles nunca organizaram uma força armada para oferecer resistência. E foi isso o que os levou à destruição. Eles não tinham como lutar e resistir. Os armênios eram invejados porque eram ricos e mais cultos do que a sociedade dominante. Eles eram os empreendedores do Império Otomano. O mesmo ocorreu na Rússia. O mesmo ressentimento existia na Rússia, embora não com a intensidade do ressentimento que existia na Turquia...

O nome Arnold Toynbee é bem conhecido. Já na década de 1950 ele era um dos mais eminentes historiadores do planeta. Seu estudo, compilado em 12 volumes (1934-61), sobre 26 civilizações, não possui precedentes em sua amplitude. Sua obra O Tratamento dos Armênios no Império Otomano foi sua primeira grande publicação... O livro está em domínio público. A seção a seguir, que está na Parte VI, 'As Deportações de 1915: Procedimento', é iluminadora. Leia-a com atenção. Trata-se do aspecto crucial de todo o genocídio. O governo confiscou as armas dos cidadãos.

'Um decreto foi expedido ordenando que todos os armênios fossem desarmados. Os armênios que serviam no exército foram retirados das fileiras combatentes, reagrupados em batalhões especiais de trabalho, e colocados para construir fortificações e estradas. O desarmamento da população civil ficou a cargo das autoridades locais. Um reino de terror foi

instaurado em todos os centros administrativos. As autoridades exigiram a produção de uma quantidade estipulada de armas. Aqueles que não conseguissem cumprir as metas eram torturados, frequentemente com requintes satânicos; aqueles que, em vez de produzir, adquirissem armas para repassá-las ao governo — comprando de seus vizinhos muçulmanos ou adquirindo por qualquer outro meio —, eram aprisionados por conspiração contra o governo. Poucos desses eram jovens, pois a maioria dos jovens havia sido recrutada para servir o estado. A maioria era de homens mais velhos, homens de posse e líderes da comunidade armênia, e tornou-se claro que a inquisição das armas estava sendo utilizada como um disfarce para privar a comunidade de seus líderes naturais. Medidas similares haviam precedido os massacres de 1895-96, e um mau presságio se espalhou por todo o povo armênio. 'Em uma certa noite de inverno', escreveu uma testemunha estrangeira desses eventos, 'o governo enviou soldados para invadir as casas de absolutamente todos os armênios, agredindo as famílias e exigindo que todas as armas fossem entregues. Essa ação foi como um dobre de finados para vários corações'."[85]

North cita ainda outros acontecimentos: "Lênin desarmou os russos. Stalin cometeu genocídio contra os kulaks ucranianos durante a década de 1930. Pelos menos seis milhões de pessoas foram mortas... Quando as tropas de Mao Tsé-Tung invadiam um vilarejo, elas capturavam os ricos. Em seguida, elas ofereciam a devolução das vítimas em troca de dinheiro. As vítimas eram libertadas quando o pagamento fosse efetuado. Mais tarde, o governo voltou a sequestrar essas mesmas pessoas, só que desta vez exigindo armas como resgate. Ato contínuo, assim que as armas eram entregues, as vítimas eram libertadas. Essa mudança de postura — exigir armas em vez de dinheiro — fez com que a negociação parecesse razoável para as famílias das próximas vítimas. Porém, tão logo o governo se apossou de todas as armas de uma comunidade, os aprisionamentos e as execuções em massa começaram.

A ideia de que o indivíduo tem o direito à autodefesa era tão comum e difundida no século XVIII que ela foi escrita na Constituição americana: a segunda emenda. Carroll Quigley, eminente historiador e teórico da evolução das civilizações, era também um especialista na história do uso de armas pela população. Ele escreveu um livro de 1.000 páginas sobre o uso de armas como meio de defesa durante a Idade Média. Em sua obra Tragedy and Hope (1966), ele argumenta que a Revolução Americana foi bem sucedida porque os americanos possuíam armas de poder de fogo comparável àquelas em

posse das tropas britânicas. Foi exatamente por isso, disse ele, que houve toda uma série de revoltas contra governos despóticos em todo o século XVIII. Tão logo as armas em posse do governo se tornaram superiores, os movimentos e manifestações em prol da redução do tamanho do estado deixaram de ter o mesmo êxito que haviam tido nos séculos anteriores. Há uma razão por que os governos são tão empenhados em desarmar seus cidadãos: eles querem manter seu monopólio da violência a todo custo. A ideia de haver cidadãos armados é apavorante para a maioria dos políticos. Afinal, para que serve um monopólio se ele não pode ser exercido? Cidadãos armados impõem um limite natural à tirania do estado (sic)."[86]

A qual conclusão chegou o Dr. North? "Genocídios acontecem. Mas não há genocídio quando os alvos estão armados."[87]

Notemos que a estratégia parece ser a mais bela, santa e imaculada possível. Lemos acima: "Os armênios que serviam no exército foram retirados das fileiras combatentes, reagrupados em batalhões especiais de trabalho, e colocados para construir fortificações e estradas." Até mesmo poderíamos, por um momento, pensar que esta atitude poderia livrar nosso país de muitas mazelas – a verdade, contudo, é que o retirar das armas, tal qual fizeram os filisteus, continua em voga nos dias de hoje.

Poucos sabem que um dos motivos para a honorável Suíça não ter sucumbido à tirania de Hitler, se deu por causa do povo que andava (e anda) armado.

Halbroock, autor do livro *Target Switzerland — Swiss Armed Neutrality in World War II* (Alvo: Suíça — A Neutralidade Armada Suíça na Segunda Guerra Mundial), com competência diz: "Cada homem na Suíça possuía um rifle em sua casa. Participar de caçadas e praticar tiro ao alvo era o esporte nacional. Dê uma olhada no mapa e você verá a pequena e democrática Suíça cercada por forças do Eixo que se estendiam por toda a Europa, indo do Norte da África até a Rússia. Essa nação de pessoas armadas, situada nos Alpes, conseguiu se manter neutra e dissuadir uma invasão nazista."[88]

Não somente isso, ademais: "Porém Hitler sabia que os suíços eram cidadãos amplamente portadores de armas, e que por isso muitos nazistas seriam massacrados no processo. Residindo em Berna, o espião americano Allen Dulles, chefe do Office of Strategic Services (OSS, agência de inteligência do governo dos EUA, predecessora da CIA, estabelecida durante

a Segunda Guerra Mundial), explicou que 'No auge de sua mobilização, a Suíça possuía 850.000 homens fortemente armados prontos para a guerra ou apenas esperando em reserva, um quinto da população total... Que a Suíça não tenha tido de lutar foi graças à sua disposição a resistir e ao seu amplo investimento em homens e equipamentos para sua própria defesa. O custo para a Alemanha de uma invasão à Suíça certamente teria sido extremamente alto'."[89]

Indagado sobre o que aconteceria, hipoteticamente, caso a Alemanha de Hitler invadisse a Suíça, Halbrook diz: "Quando Hitler chegou ao poder em 1933, a propaganda nazista retratava a Suíça como um dos vários países a serem anexados como parte da 'Grande Alemanha'. Ao contrário dos outros países neutros da Europa, que haviam gastado muito dinheiro com seu estado assistencialista, os suíços imediatamente começaram a se preparar militarmente para repelir um eventual ataque alemão. Em 1940, a Suíça era uma potencial rota de invasão para o sul da França, ao passo que a Bélgica e a Holanda eram as rotas de invasão para o norte da França. Os alemães evitaram a Suíça, onde todos os homens estavam armados e o espírito de resistência era predominante... Uma invasão nazista à Suíça durante qualquer um dos períodos acima acarretaria no seguinte: as forças suíças situadas na fronteira teriam lutado até a morte, mas seriam eliminadas. Entretanto, as pontes e estradas da região estavam carregadas de explosivos e seriam destruídas, o mesmo acontecendo com os túneis Gotthard e Simplon, situados nas rotas alpinas para a Itália. As forças suíças estavam concentradas em um Réduit localizado nos Alpes. Os Panzers e toda a Luftwaffe não podiam operar nessas montanhas íngremes, o que significa que a invasão teria de ser por terra. Nesse caso, toda a infantaria da Wehrmacht teria sido submetida a um impiedoso fogo cerrado disparado por artilharias suíças escondidas nas montanhas. Seria suicídio. As forças suíças poderiam resistir interminavelmente nos Alpes. Qualquer ocupação alemã de partes da Suíça custaria muito sangue. Ao contrário dos outros países que a Alemanha já havia ocupado (mais notavelmente a França), cada cidadão suíço possuía um rifle em sua casa. O governo e o exército suíço decretaram que nenhuma rendição deveria ocorrer, e que qualquer relato de rendição deveria ser considerado propaganda do inimigo. Os suíços seriam capazes de fazer uma guerra de autodefesa sem precedentes na história europeia. Embora muitos suíços fossem morrer, os invasores teriam de enfrentar um franco-atirador

suíço escondido atrás de cada árvore e de cada rocha."[90]

Relatando uma situação inusitada, mas que demonstra o espírito suíço de bravura, relata ainda: "Pouco antes da Primeira Guerra Mundial, o Kaiser alemão estava na Suíça a convite do governo suíço para observar algumas manobras militares. Impressionado com o que viu, o Kaiser perguntou a um membro das milícias suíças: 'Vocês são 500.000 homens e atiram muito bem. Porém, e se a Alemanha resolver atacá-los com um milhão de soldados? O que vocês vão fazer?' E o suíço respondeu: 'Vamos atirar duas vezes e voltar pra casa'."[91]

Este era o espírito suíço daquela época – mas qual será a atual? "Ainda hoje, todo homem suíço, ao completar 20 anos de idade, é obrigado a fazer um treinamento militar e, após a conclusão, ganha um Fuzil de Assalto 90 (modelo 1990, 5.6 mm, com funcionamento automático e semi-automático) para manter em casa. Muitas mulheres também participam de práticas de tiro esportivo, bem como adolescentes e idosos."[92]

Finalizando comenta: "Na Suíça, existe apenas uma lei de 'controle de armas': todo homem deve saber atirar perfeitamente a 300 metros de distância. Caso invadissem a Suíça, os nazistas não precisariam se preocupar em sair procurando registros com os nomes dos proprietários de armas — eles poderiam simplesmente presumir que cada homem possuía uma arma. Quando a guerra já parecia inevitável, em 1938, no Campeonato Mundial de Tiro realizado em Lucerna, na Suíça, o Presidente da Confederação suíça, Philipp Etter, declarou: 'Provavelmente não há outro país que, como a Suíça, dá ao soldado sua arma, para que ele a leve para sua casa... Com esse rifle, ele se torna capaz de, a qualquer momento que seu país o chamar, defender seu lar, sua família, seu lugar de origem. A arma é para ele uma garantia e um símbolo de honra e liberdade. O suíço não se desfaz de seu rifle.' Os nazistas ouviram essa mensagem em vários foros e meios de comunicação. Eles sabiam que não poderiam executar cada suíço que possuísse uma arma — ao contrário, eles sabiam que inúmeros soldados alemães seriam mortos pelos atiradores suíços. O poderoso exército alemão poderia transformar a Suíça em uma terra devastada, mas o sangue alemão que seria derramado nesse processo seria inaceitavelmente alto, e o país se tornaria ingovernável."[93]

"Mas nós estamos no Brasil"

Frequentemente, quando conversamos com pessoas acerca de armas,

desarmamento e questões pares, ouvimos esta expressão que leva título em nosso parecer. Não é incomum as pessoas afirmarem que fora de nosso país a situação é outra, o sistema político é diverso, a cultura é estranha, que são países menores, que possuem melhor educação... E nisto elas estão plenamente corretas. De fato, não estamos na Suíça, na Finlândia, na Sérvia, nos Estados Unidos ou em qualquer outro país que tenha exponencial redução do número de mortes por armas de fogo. Todavia, este é justamente nosso problema: estamos no Brasil.

Um sério problema que o brasileiro precisa encarar é o fato de entender que nosso país não sabe o que é participar de uma guerra. Ainda que já tenhamos tido pequenos conflitos isolados e a "Guerra do Paraguai", como nação, não sabemos o que é uma verdadeira guerra, um país inteiro, de ponta a ponta, revidando, atirando, sofrendo e tendo que se esconder.

Eis, mais destacado, o problema: falta-nos escutar de onde vem a guerra atual – ela vem da frequente delinquência crescente, da má gestão pública e do direito de ultrajar que o Estado tem imposto aos cidadãos.

É por demais evidente que praticamente todos os países com mais armas por habitantes e, por óbvio, menos mortes pelas próprias armas[94], possuem educação superior – mas isto não significa que lá seja "outro planeta". Nesta ciranda, precisamos cuidar com dois extremos: o da constante comparação com demais países e o da negação de nossa realidade. Ora, somente quem já foi assaltado, teve sua casa roubada e/ou bens furtados, sabe da insegurança perpétua que viverá nesta terra. Que se dirá daqueles cujas vidas foram postas em um banheiro, amarrados e ordenados a ficarem silentes?

Novamente, não desejando soar repetitivo, mas a fim de não sermos compreendidos erroneamente, afirmamos que a Bíblia não autoriza a vingança, e sim somente a defesa pessoal e do próximo – e somente quando possível.

A ditadura militar

Eis um problema de marca maior em muitos corações até o dia de hoje. Boa parte de nossos habitantes vivos nasceu entre 1964 e 1985, onde neste ínterim, nosso Brasil viveu a chamada "ditadura militar", cujo melhor nome seria “contra revolução de 1964”, vez que os militares buscaram impedir que o comunismo criasse raízes em nossa terra. Sejamos nós ou um

de nossos pais que tenha vivido parte desta época, de modo constante vem à tona as atrocidades militares[95]. Bem ou mal, a contra revolução cessou, mas os resquícios ficaram; o exército deixou as ruas, mas as marcas foram registradas. Porém, há um perigo gigante entre a associação entre o ocorrido e as armas.

Não se pode criar falsas lógicas para se inventar uma falsa idéia sobre alguma coisa. Por exemplo, se fizéssemos a seguinte pergunta: o que mata mais – uma arma (sentido geral) ou uma caneta? Rapidamente muitos optariam pela primeira opção; mas, por quê? Porque a ideia incutida em muitas mentes é que, embora as canetas sejam usadas para financiar o aborto, a prostituição, desviar verbas públicas e criar embaraços jurídicos, o problema não é do objeto, mas do indivíduo que a segura e pressiona-a contra o papel, certo? Bem, se esta é a lógica correta, por que não se segue a mesma com relação às armas? Ora, é evidente que armas não matam pessoas, e sim pessoas matam pessoas. O fato de um país ter mais armas não significa que será um local onde todos se odeiam e cujas famílias tenham de andar com um grande molho de chaves no bolso, tudo porque suas casas são verdadeiras fortalezas com cadeados.

Desta forma, é preciso que abandonemos de uma vez por todas este agasalho moral colocado sobre nós, que intenta nos aquecer com a falsa ideologia de, "você não quer viver novamente o tempo da ditadura, certo?". Tal pergunta não somente é infantil, como afronta à boa e justa razão do homem médio. Ninguém está insinuando o voltar à ditadura tal qual era representada, estamos afirmando o direito bíblico e moral que o ser humano tem em se defender – tão e puramente isso.

Nenhum dos países com menor número de mortes por arma de fogo que o Brasil, é uma ditadura[96]. Nenhum deles faz represália aos cidadãos e os coloca "contra a parede" em plena luz do dia. Nenhum deles captura suas criancinhas e joga-as vivas em buracos no chão, posteriormente tampando com terra e, mesmo vendo-as mover com vida (!), aguardam a morte do infante[97]. Por que, então, muitos costumam fazer analogias pífias com relação às armas?

O que significa ser contra o desarmamento

Quando falamos contrário ao desarmamento, não estamos defendendo

a ideia, ainda que imaginária, de vender-se armas em supermercados, feiras ou qualquer outro lugar de frequência comum. Também não estamos falando da liberação completa, como se qualquer pessoa, por qualquer preço, pudesse adquirir uma arma de fogo, por exemplo. Igualmente, não estamos advogando o princípio de que todos, em todos os lugares, devam possuir o porte[98] de armas ou que nossos carros venham com "porta armas".

Reconhecemos que alguns dizeres acima podem soar um tanto como simplórios e até mesmo sugerir um depreciar do assunto. Contudo, o intuito é demonstrar o quê de fato estamos intentando transmitir, pois não raro são similitudes que alçam à mente comum ao ouvirem que "alguém é contra o desarmamento".

Embora sejamos contra o desarmamento, como já temos anotado, precisamos nos submeter às autoridades. Isso significa que todo cristão, apesar de conhecer a licitude das armas, precisa seguir o chamado "Estatuto do Desarmamento" (Lei nº 10.826/2003). Esta Lei não proibiu o cidadão de realizar ingresso em clubes de "caça e tiro", nem vetou a prática do tiro esportivo. Nas palavras oficiais, "O Estatuto do Desarmamento tornou mais difícil para o cidadão ter acesso ao porte de arma e estimulou a população a se desarmar"[99]. Este, então, é justamente o problema: tornar difícil – aliás, muito difícil.

Para o leitor possuir uma ideia de valores, todo o processo, desde o curso, até o adquirir da arma, com as respectivas autorizações para transitar com ela de casa até o clube de "caça e tiro", por exemplo, tomando por base uma pistola[100] de preço médio, todo este direito que o homem tem de se defender, muito dificilmente sairá por menos de 4 mil reais. Ou seja, pouquíssimas são as pessoas que usufruirão deste direito.

Assim, falar em ser contra o "Estatuto do Desarmamento" (já há um projeto que busca revogá-lo – PL 3722/2012) é falar em maiores facilidades para o cidadão adquirir seu direito de defesa, e não sua a banalização do mesmo.

Sim, nós precisamos de educação

Pontuamos, em tempo hábil, que falar em armamento não exclui a educação. Ademais, biblicamente, a educação não pertence ao Estado, e sim à família. Pais e mães, na Bíblia, são quem educam e ensinam os filhos (Dt

6.7). Nada impede, por certo, termos escolas, mas estas deveriam ter padrões cristãos, de modo que seriam como que um *homeschooling*[101] coletivo.

De modo algum, portanto, estamos menosprezando a educação, pois afirmamos que se deva lutar pelas duas frentes necessárias: o problema atual e as dificuldades do porvir. Sobre o primeiro, não se pode ser ingênuo e desejar a abolição das armas e da reprimenda, como se todo homem fosse salvo por meio da educação. Salomão foi homem de grande sabedoria (1Rs 10.23), mas cometeu perversidades e oprimiu seu povo (1Rs 12.10; 2Cr 10.10). O mesmo se dá nos dias de hoje, quando muitos eruditos e pessoas de boa formação intelectual, cometem crimes bárbaros – seja por arma ou "pela caneta".

Junto, porém, com a educação, vem a necessidade do castigo. A Bíblia é específica em afirmar: "O que não faz uso da vara odeia seu filho, mas o que o ama, desde cedo o castiga" (Pv 13.24).

Desta forma, se vê a necessidade em trabalhar concomitantemente: com relação à retaguarda, ensinando corretamente os filhos, para que sejam bons cristãos e cidadãos. Por outro lado, há presentemente os "meninos crescidos" e que, à semelhança dos jovens que caçoaram de Eliseu (2Rs 2.23), nada mais sabem fazer, exceto caçoar e cometer delitos – a estes, a Bíblia ordena a sanção. Desta forma, falar em somente educar, é menosprezar o que tanto a Bíblia tem a nos dizer sobre este assunto da punição.

Assim, findamos este capítulo, pois se buscamos nos pautar pela Escritura e temos tido o sincero desejo de por ela sermos guiados, aprendemos de maneira evidente que a Bíblia não é contra a defesa pessoal e do próximo, mas, sim, com relação à vingança, bem como se opõe a todo governo que não prática o que o apóstolo Paulo já nos ensinou em Romanos 13.

Avancemos rumo aos instantes finais, onde trazemos algumas entrevistas com pessoas do ramo, cujas informações elucidarão a muitos – tudo para a glória de Deus (1Co 10.31).

11. Entrevistas

No afã de dirimir dúvidas comuns e não transmitirmos a ideia de que todo este livro respira apenas "teoria", realizamos quatro entrevistas importantíssimas com pessoas especializadas e de longo viver na seara do armamento. São homens que, assim como é nosso intento, lutam por maior segurança em nossas cidades e não desejam ver o mal social se proliferar.

As entrevistas se deram por e-mail e se constituem de pergunta/resposta – ao todo foram 10 perguntas para cada um. As perguntas foram diversas, de modo a contemplar a atuação de cada membro. Porém, as perguntas 5 – 10 foram iguais para todos.

Importante salientar que de modo algum houve pesquisa prévia sobre a opinião dos entrevistados. Igualmente, nenhuma resposta foi modificada pelo autor deste livro.[102]

Ressaltamos, ainda, que as respostas não implicam, necessariamente, a expressão oficial dos órgãos onde cada entrevistado atua.

Nome: Rodrigo Magalhães de Souza
Profissão: Guarda Municipal de Belo Horizonte e Instrutor de Arma e Tiro
Idade: 29 anos
Tempo na profissão: 10 anos na Guarda e 1 ano como Instrutor
Local de trabalho: GMBH - Central de Coordenação Geral e IAT - Escola de Segurança diversas

Pergunta 1: "Atualmente, há boa demanda para a prática de cursos, tanto para defesa pessoal como de tiro esportivo? Em conversa com os praticantes, geralmente, qual é o motivo alegado para estarem buscando obter uma arma ou alguma especialização?"

Resposta: Atualmente o que tem gerado certa demanda é a segurança privada. A cada dia surgem novas escolas de formação e elas nos têm procurado cada vez mais. O curso de defesa pessoal também tem crescido, pois o cidadão de bem tem ficado acuado e temeroso com a falta de segurança por parte de nosso governo. O cidadão tem procurado se preparar para futura eventualidade onde sua vida ou de sua família esteja em risco.

Quanto ao tiro esportivo, a procura cresce, mas bem lentamente, devido ao alto preço das armas e munições.

Pergunta 2: "Muitas pessoas, comumente, veem os que possuem armas como 'bandidos em potencial', pessoas de má índole e que não deveriam ter armas. O que você acha desta visão? Ela é faz jus ao portador e/ou possuidor de uma arma?"

Resposta: Creio que um cidadão de bem não possa se tornar um criminoso ou bandido em potencial, porque esse cidadão que procura se armar, em sua maioria, é pessoa de mais idade e visa proteger sua família. Ademais, se esse indivíduo, possuidor ou portador de arma, deseja agir de forma criminosa, não podemos julgar o restante do mundo por isso. O fato de Caim ter matado Abel, não significa que todos os outros irmãos pelo mundo possam agir da mesma forma. Ou seja, a escolha é de cada um e cada qual irá responder pelos seus atos.

Pergunta 3: "Muitos gostam de armas, mas não buscam obtê-las licitamente porque pensam que pode ocorrer algum acidente doméstico, por exemplo. Quais as instruções a serem seguidas e que evitam este tipo de problema? É possível ter a posse com segurança?"

Resposta: Uma vez as regras de segurança sendo seguidas, tanto o porte quanto a posse sempre será seguro. O acidente que é popularmente conhecido como "disparo acidental", nada mais é do que a imperícia ou negligência por parte do portador ou possuidor da arma de fogo.

Existem algumas regras básicas que são passadas durante a instrução, como: sempre manusear a arma de fogo como se estivesse carregada, mesmo que esteja descarregada; jamais apontar a arma em direção de alguém ou qualquer outro lugar que não tenha a convicção de que efetuará o disparo; ao guardar a arma de fogo, se deve a colocar em um local seguro, longe do acesso de crianças, de pessoas curiosas e a guardar separadamente, se possível até mesmo distante da munição; ao manusear uma arma de fogo, sempre mantenha o dedo estendido acima do gatilho (nunca com o dedo do gatilho, e sim acima, tocando no corpo da arma – para evitar de "puxar o gatilho” sem querer); jamais, em hipótese alguma, deixar a arma de fogo de forma descuidada; não testar os mecanismos de segurança acionando a tecla do gatilho; a manutenção ou limpeza da arma de fogo deverá ser feita com ela descarregada e desmuniciada.

Vale lembrar que o "bom senso" jamais substituirá qualquer regra de segurança.

Pergunta 4: "Frequentemente se houve que ter uma arma não é a

solução, pois não há como reagir devido às circunstâncias serem sempre imprevistas. Você concorda com esta opinião ou crê que, sim, é possível, dentro de certas condições, haver correta defesa com a arma sendo devidamente utilizada?"

Resposta: Como agente de Segurança Pública e Patrimonial, concordo que, dependendo das circunstancias, jamais se deve reagir a uma situação onde o agressor está portando uma arma de fogo. Agir em defesa própria ou de outrem deve ser feito em último caso, onde a execução da vida é iminente. Existem vários casos em que a vitima vem a óbito por reagir e crer que está preparada e em condições para se defender. É preciso ter em mente que o cidadão agressor sempre terá em seu favor o fator surpresa.

Pergunta 5: "Segundo seu entendimento, é importante que o cidadão saiba se defender, desde que agindo com prudência e devidamente treinado?"

Resposta: Conforme dispõe nosso Código Penal, entendo que o cidadão possua esse direito, bastando verificar os arts. 23 e 25. Creio ser importante o cidadão estar treinado e saber se defender, observando, sempre, a constante prática do treinamento.

Pergunta 6: "Você já teve de se valer de alguma arma (de fogo ou não) para defesa própria, da família ou de outrem?"

Resposta: Por inúmeras vezes tive que utilizar o armamento de eletrochoque incapacitante em ocorrências onde o cidadão agressor atentou contra minha integridade física. Também já tive de utilizá-lo em defesa de terceiros e até mesmo contra um cão. Quanto à arma de fogo, até hoje não foi necessário.

Pergunta 7: "Muitos creem que o desarmamento do cidadão de bem, isto é, o retirar das armas lícitas, é a melhor solução para se eliminar os crimes – você pensa de maneira semelhante?"

Resposta: Entendo que esse pensamento é infantil. Desde que foi criada a "lei do desarmamento", apenas o cidadão de bem se desarmou e, ao contrário, o cidadão infrator a cada dia tem adquirido mais armas de fogo, até mesmo as de uso restrito, isto é, armas utilizadas pelas Forças Armadas ou Forças Auxiliares. Com o desarmamento o cidadão infrator ganhou a garantia de que poderá adentrar um comércio ou residência com grande possibilidade de sucesso no ato infracional.

Pergunta 8: "O desarmamento, em muitos países, é visto como uma violação do direito de defesa do cidadão - você concorda com esta opinião?"

Resposta: Sem sombra de dúvidas. Para ilustrar com um caso real, conheci uma pessoa que entregou sua arma de fogo no início da "lei do desarmamento". Certo dia, estando em casa, ouviu um barulho em seu jardim. Ao sair para verificar, foi surpreendido e rendido por um bandido. Posteriormente, o cidadão infrator adentrou sua casa e, lamentavelmente, estuprou sua noiva em sua frente. Ainda mais: enquanto o infrator estava cometendo o crime, permaneceu com um revólver apontado em sua direção, o impossibilitando de qualquer reação. Desta forma, tenho certeza que ele se arrependeu por ter feito a entrega da arma. Se estivesse de posse dela, talvez sua companheira jamais tivesse que passar por tal indignidade.

Pergunta 9: "É comum ouvirmos que 'quanto mais armas, mais crimes'. Você entende ser esta uma afirmação correta?

Resposta: Essa é uma afirmação totalmente incorreta, pois armas não cometem crimes, mas, sim, as pessoas que a empunham. Se fôssemos sustentar tal afirmação, teríamos de fechar todas as fábricas de armas no mundo.

Pergunta 10: "Se algum dia os cidadãos brasileiros fossem completamente privados de possuírem armas de fogo, o que você pensa que aconteceria?"

Resposta: Seria um paraíso para os que não cumprem o seu dever como cidadãos. Tais deliquentes poderiam, sem qualquer risco, adentrar em casas, abordar indivíduos na rua e tudo sem o menor medo de resposta. Atualmente, para nossa tristeza, isso praticamente já acontece.

Os governantes do nosso país precisam cessar com a atual demagogia e passarem a se preocupar com sua população, de forma a criarem novas leis que tenham efetivo efeito, a fim do cidadão de bem ser acudido e protegido, podendo receber a contrapartida dos impostos que paga e usufruir do seu direito de ir e vir sem preocupação.

Espero, um dia, poder usar uma camisa com as cores de meu país e a vestir com orgulho, e não somente para assistir um jogo de futebol.

Nome: Diego González Lima
Profissão: Agente de Polícia Civil

Idade: 30 anos
Tempo na profissão: 4 anos e 5 meses
Local de trabalho: Divisão de Investigação Criminal de Balneário Camboriú

Pergunta 1: "O que você tem a dizer acerca da necessidade do governo investir em maior treinamento especializado em segurança?"

Resposta: "Acredito ser fundamental o investimento contínuo nos policiais em todos os campos, seja na análise de inteligência (coleta de informações, depuração dessas informações etc.), investigação, administração ou no campo operacional, pois apesar de não termos uma polícia que realize todas as funções, iniciando na prevenção e terminando na repressão dos delitos ocorridos, todos os órgãos policiais deveriam ter em vista somente um objetivo: a redução dos índices de criminalidade; apesar de que falando criminologicamente, seria muito mais complexo do que isso, exigindo a prevenção primária, secundária e terciária, citando, aqui, Antonio Garcia – Pablos de Molina. O trabalho de cada órgão policial seria muito mais eficaz se tivéssemos policiais com um preparo melhor em todos os campos; claro que ninguém é bom em todas as áreas, mas deveriam ser estabelecidos parâmetros mínimos, pois, hoje, citando Luiz Eduardo Soares “temos pequenas ilhas de excelência em um mar de ineficiência”. Veja bem, o problema é conhecido: temos policiais que não sabem manusear um de seus instrumentos básicos de trabalho que é a arma de fogo, colocando em risco a sua vida e a de terceiros, assim como temos policiais que tem a função de investigar e não conseguem depurar uma informação; delegados e coronéis que não conseguem com as informações postas, elaborar uma análise das próximas séries de delitos.

Então, o governo forma policiais despreparados por falta de investimento, principalmente em estudo e pesquisa. Não podemos nos enganar: o combate ao crime é um trabalho complexo que envolve grande dose de estudo, seja da melhor forma de se conduzir uma investigação, o que investigar e quando investigar, ou onde posicionar as viaturas de um batalhão; as melhores rotas para o policiamento a pé ou motorizado. E esses campos só se desenvolvem com estudo, pesquisa e um trabalho sério no desenvolvimento constante dos policiais."

Pergunta 2: "É possível, atualmente, alguém não pertencente às divisões armadas, praticar cursos especializados de tiro e segurança privada? Se, sim, qual a importância deles?"

Resposta: "Sim, é possível - a Polícia Federal credencia vigilantes e seguranças privados. Acredito que quando devidamente qualificados, eles preenchem um nicho importante da segurança. Para amparar esta resposta, terei que levantar um tema polêmico: é possível a polícia proteger a todos o tempo todo? Eu acredito que a resposta seja ‘não’. Baseio esta resposta em minha experiência profissional e no que estudo em outros países – cito como exemplo, os Estados Unidos da América, onde já é legalmente sacramentado, com diversas decisões, inclusive da suprema corte, a mais alta instância jurídica daquele país, que a polícia não tem o dever de garantir a segurança de todos individualmente: ela tem que proteger a sociedade como um todo. É uma decisão no meu ver extremamente madura. Em nossa constituição temos os dizeres que a segurança é um direito e uma responsabilidade de todos; a segurança privada vem justamente preencher esta lacuna. O empresariado pode contar com esta modalidade, talvez consciente de que a polícia não pode garantir a segurança dele e do estabelecimento dele durante 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana."

Pergunta 3: "É comum ouvirmos que armas de 'fogo' são muito perigosas, todavia, há possibilidade de manuseá-las com segurança? Quer dizer, é verdade o dito popular de que elas podem 'disparar por qualquer coisa'? Comente um pouco sobre o que são armas de fogo e como elas geralmente funcionam."

Resposta: "Sim, existe a possibilidade, com o devido treinamento. Não, uma arma só dispara quando se pressiona o gatilho, mesmo assim quando devidamente carregada e com a trava liberada. Então, disparar uma arma de fogo não é algo tão simples quanto se pensa.

A definição mais comum sobre o que são armas de fogo, inclusive dada pela cartilha de armamento e tiro da Polícia Federal é: ‘Dispositivo que impele um ou vários projéteis através de um cano pela pressão de gases em expansão produzidos por uma carga propelente em combustão’ (S/A. pg. 3). Normalmente funcionam pela percussão da espoleta que deformada, dá início à compressão da mistura iniciadora, produzindo chamas de alto poder calorífico que, por sua vez, iniciam a combustão da pólvora, gerando um volume considerável de gases, cuja pressão impele o projétil através do cano da arma. Cabe ressaltar que algumas armas reaproveitam os gases gerados por cada disparo para realizar a extração, ejeção e realimentação para efetuar um novo tiro."

Pergunta 4: "Durante um momento de tensão, em um assalto a mão armada, por exemplo, onde a situação requer urgência, o que uma pessoa não treinada deveria fazer, caso não possuísse uma arma e nem meios de controlar a situação?"

Resposta: "Não reagir, sempre acreditar que a arma do assaltante é verdadeira; permanecer calmo, evitar movimentos bruscos; não oferecer resistência e buscar obedecer as ordens do assaltante. Cabe lembrar que nenhum bem material vale a sua vida."

Pergunta 5: "Segundo seu entendimento, é importante que o cidadão saiba se defender, desde que agindo com prudência e devidamente treinado?"

Resposta: "Muito importante; assim, inclusive, estariam tomando ações que poderiam minimizar os riscos de se transformarem em vítimas. A pessoa não precisa ser um mestre em artes marciais ou um perito em armas, sejam de fogo ou brancas, para se defender da criminalidade – apesar de que estes conhecimentos ajudam e muito. Porém, existem muitas atitudes simples que podem diminuir os riscos, como evitar andar em locais ermos tarde da noite, parar no sinal com os vidros abertos e distraído, etc.

Além disso, outro quesito seria que a sociedade ainda não percebe que a polícia não consegue garantir a segurança de cada cidadão de forma individual, algo que já é sacramentado nos Estados Unidos da América. Lá, a polícia tem o dever de defender a sociedade; é impossível que a polícia esteja em todos os lugares, ao mesmo tempo e o tempo todo – algo que ainda não é compreendido por nossa sociedade. A partir do momento que se compreender este fato, os cidadãos entenderão a importância de saberem se defender, garantindo a sua segurança e a de seus familiares."

Pergunta 6: "Você já teve de se valer de alguma arma (de fogo ou não) para defesa própria, da família ou de outrem?"

Resposta: "Sim, por mais de uma vez – em minha defesa e na defesa de outros, sempre respeitando o uso progressivo da força. Cabe ressaltar que a arma de fogo e outros armamentos denominados menos letais, como espargidores, tonfas, bastões retráteis, são ferramentas para a realização do meu trabalho, sendo seu uso regulado por leis e tratados internacionais; e eu tenho o dever de atuar em defesa da sociedade."

Pergunta 7: "Muitos creem que o desarmamento do cidadão de bem, isto é, o retirar das armas lícitas, é a melhor solução para se eliminar os

crimes - você pensa de maneira semelhante?"

Resposta: "Não concordo com estas ideias, talvez e repito, talvez, esta medida tivesse um pequeno efeito sobre alguns tipos de crimes, mas nunca eliminaria os crimes. Por exemplo, um crime de desvio de verbas públicas é feito sem armas; uma fraude a uma licitação é feita sem armas; a corrupção passiva e ativa que tanto assombra o cenário político é feito sem armas; entre diversos outros crimes. Nós deveríamos, sim, ter uma atuação melhor de nossos governantes, com mais moralidade e uma sociedade mais consciente de seus direitos e deveres, sempre cobrando um governo mais comprometido com a sociedade, cobrando órgãos públicos mais eficientes, através de mais e melhores investimentos e profissionais mais dedicados e comprometidos com seu trabalho, como uma forma de se reduzir a criminalidade. Essa premissa do desarmamento é uma simplificação maldosa do problema da criminalidade galopante em nosso país, daqueles que buscam fugir de suas responsabilidades na busca de uma solução para o problema."

Pergunta 8: "O desarmamento, em muitos países, é visto como uma violação do direito de defesa do cidadão - você concorda com esta opinião?"

Resposta: "Concordo plenamente. O cidadão médio, mentalmente são, deve ter o direito de possuir uma arma de fogo, desde que respeite os requisitos legais para possuí-la. O governo não pode achar que deve tutelar o cidadão nos seus menores atos, quase como se ele fosse um incapaz; para tutelar os atos mais graves, temos aquelas condutas tipificadas no Código Penal pátrio. O Estado não tem como garantir a segurança de todos, o tempo todo; então esse cidadão deve ter o direito de defender a si mesmo e a sua família, afinal, a Constituição da República Federativa do Brasil diz, em seu art. 144, que a segurança é responsabilidade de todos – então, vamos deixar que o cidadão também seja responsável por sua segurança."

Pergunta 9: "É comum ouvirmos que 'quanto mais armas, mais crimes'. Você entende ser esta uma afirmação correta?

Resposta: "Não entendo como uma afirmação correta; pelo contrário: é uma simplificação estapafúrdia para um problema deveras complexo. A arma não é uma premissa para termos mais ou menos crimes; talvez tenha algum efeito sobre alguns tipos de crimes, mas a gênese do crime é muito mais complexa do que essa afirmativa deixa entender, existindo diversas teorias criminológicas que tentam explicar a gênese do crime, desde conflitos sub-culturais, comportamentos desviantes, teorias ecológicas, indo desde o

casal Glueck ao sociólogo Émile Durkheim. Durante anos esses cientistas pesquisaram o fenômeno criminal, porém ainda não se chegou a uma teoria que tenha a solução para o fim do delito. Então podemos perceber que a explicação para a existência do crime é muito mais complexa do que a afirmação deixa entender."

Pergunta 10: "Se algum dia os cidadãos brasileiros fossem completamente privados de possuírem armas de fogo, o que você pensa que aconteceria?"

Resposta: "Acredito que teríamos cidadãos menos capazes de se defenderem, privados do direito básico de proteger a si mesmos e a seus familiares e, por que não, do direito a vida em sua plenitude. Imagine aquele cidadão que mora em um local ermo, afastado, talvez na orla da floresta amazônica, dependendo sua segurança e subsistência daquilo que ele possui: uma arma de alma lisa[103], com a qual ele caça e garante a segurança de sua família. Não acredito que o governo instalaria um posto policial nessa localidade, nem um empresário instalaria um frigorífico para fornecer carne para a família desse cidadão; então. ele teria seu direito á defesa e a sobrevivência tolhidos, por uma falácia que diz que menos armas é igual a menos crime – o que está distante da realidade. Ou querem me fazer acreditar que é na loja da esquina que estão vendendo fuzis de grosso calibre, como são utilizados em nosso estado para assaltos a bancos, carros fortes e até mesmo em alguns locais de nosso Estado pelo tráfico de drogas? Muitas dessas armas chegam aqui através de nossas fronteiras. Por que, então, não investir em segurança pública em todas as esferas de governo, para se diminuir a criminalidade?"

Nome: Antoniel Lobo Cardoso
Profissão: Militar da Ativa do Exército Brasileiro (Sub Tenente) e Professor universitário
Idade: 44 anos
Tempo na profissão: 27 anos de serviço militar ativo
Local de trabalho: 23º Batalhão de Infantaria

Pergunta 1: "Frequentemente ouvimos falar muito mal dos militares, pois são associados ao ato revolucionário de 1964 - chamado de 'ditadura militar'. Como membro do Exército, você considera lícito estes maldizeres?

Quer dizer, atualmente, pessoas que servem ao Exército Brasileiro e possuem armas, querem realmente impor o poder sob força?"

Resposta: "A história do nosso País é marcada por um período onde o poder político foi efetivamente controlado por militares. Tal período, compreendido entre 1964 e 1985 ficou conhecido com ‘ditadura militar’. Como esse tipo de governo, por assim dizer, em regra, tem pouco zelo pelos direitos humanos e respeito aos opositores, algumas pessoas, ainda associam a imagem atual do militar àquela circunstância de utilização de todos os meios necessários para manutenção do Poder e garantia da lei e da ordem. Nada mais equivocado. É que, em nossos dias, as Forças Armadas possuem aspirações mais nobres, seus olhos estão voltados para a segurança, mas com estrito respeito às normas de um legítimo Estado democrático de direito. Assim, em última análise, a utilização de armas por pessoas que servem ao Exército brasileiro – a exemplo de outras instituições de segurança pública – servem ao único e exclusivo propósito de cumprimento da missão voltada à segurança da sociedade, nada mais."

Pergunta 2: "Completados 18 anos, aqueles que entram no serviço militar obrigatório, aprendem, dentre outras coisas, a atirar. Você crê que é importante para a formação de um verdadeiro homem, o saber defender-se e ter noções sobre como agir em certas circunstância nas previstas?"

Resposta: "De fato, a obrigatoriedade do serviço militar ao jovem de 18 anos impõe o gerenciamento de diversas atividades voltadas ao seu aprimoramento junto à instituição onde está servindo. A formação, que abrange um período básico e um período de qualificação, inclui técnicas de manejo de armamento, explosivos e munições, conferindo-lhe higidez de raciocínio e experiência para lidar com situações adversas e desfavoráveis. Lado outro, não há uma necessária e indissociável relação entre tal aprendizado e a formação de um ‘verdadeiro homem’, embora tal simbiose não possa ser, de imediato, descartada."

Pergunta 3: "Durante o tempo do serviço militar obrigatório, ocorrem muitas 'rebeliões' armadas por parte dos jovens? Caso negativo, isso significa que os jovens demonstram prudência ao lidarem com as armas?"

Resposta: "Contemporaneamente, não se tem notícia de rebelião armada durante o tempo de serviço militar inicial obrigatório. Penso que isso decorre, de um lado, da consciência que o militar tem de sua inserção em uma instituição sólida e respeitada cujo papel é claramente definido no texto

Constitucional"

Pergunta 4: "Costumamos ouvir que a educação trará quase todas as soluções para a sociedade e que, por isso, não será necessário, um dia, o uso de armas. De acordo com a história e com sua vivência tanto na área militar como na docência, é possível crer neste dito?"

Resposta: "Não, isso não vai acontecer. Jamais. É que a natureza humana é muito complexa e transcende a simples necessidade de educação para restar em convivência harmônica. Para confirmar, basta fazer o raciocínio inverso, ou seja, a falta de educação adequada é a única causadora das mazelas da sociedade? Se a resposta for positiva, eliminada a causa, eliminada estará sua consequência e se instaura, na terra, o reino da ventura e bem-querer. No entanto, sabemos que a resposta é negativa e que vai levar, ainda, algum punhado de tempo para que os conflitos de interesses entre as pessoas sejam equacionados e percam a força motriz de serem solucionados por meios diversos, inclusive, com a utilização de armas."

Pergunta 5: "Segundo seu entendimento, é importante que o cidadão saiba se defender, desde que agindo com prudência e devidamente treinado?"

Resposta: "A pergunta impõe uma resposta positiva. O problema é encontrar, nas pessoas comuns, que não tenham tido a preparação técnica de um agente da força pública, o nível adequado de ‘prudência’ e ‘devido treinamento’. É que a maioria das estatísticas depõe em prejuízo do ‘pacato cidadão’ quando procura se defender (leia-se, reagir) em situações de exposto perigo."

Pergunta 6: "Você já teve de se valer de alguma arma (de fogo ou não) para defesa própria, da família ou de outrem?"

Resposta: "Graças ao bom Deus, não."

Pergunta 7: "Muitos creem que o desarmamento do cidadão de bem, isto é, o retirar das armas lícitas, é a melhor solução para se eliminar os crimes - você pensa de maneira semelhante?"

Resposta: "Melhor responder de forma invertida. O crime jamais será eliminado. Existirá enquanto o imperfeito ser humano por aqui estiver. Tentar eliminar o crime é um desperdício de recursos e energia que poderiam ser canalizados para preveni-lo ou minorar suas consequências quando praticado. Para enfrentar, ainda que superficialmente, o tema da questão, parece que o

controle, cadastro e registro, bem como repressão à movimentação ilegal, se operados com a seriedade exigida pela importância da atividade, seriam soluções viáveis sem o sacrifício de qualquer direito ou garantia anteriormente estabelecido."

Pergunta 8: "O desarmamento, em muitos países, é visto como uma violação do direito de defesa do cidadão - você concorda com esta opinião?"

Resposta: "Não. Ainda que houvesse absoluto desarmamento, subsistiria o direito de defesa do cidadão, que pode ser exercido, por meios outros, inclusive a legítima defesa, preenchidos os requisitos legais."

Pergunta 9: "É comum ouvirmos que 'quanto mais armas, mais crimes'. Você entende ser esta uma afirmação correta?

Resposta: "Não. Não há uma relação direta, exclusiva e conclusiva entre variáveis que possa resultar no aumento ou diminuição da prática de crimes."

Pergunta 10: "Se algum dia os cidadãos brasileiros fossem completamente privados de possuírem armas de fogo, o que você pensa que aconteceria?"

Resposta: "Não penso que haveria mudança significativa do quadro atual. Tampouco penso que hordas de malfeitores fossem se reunir para toda sorte de baderna, pilhagens e maldades, tomando o Poder de assalto."

Nome: Jorge Luiz de Almeida
Profissão: Subtenente da Reserva da Policial Militar
Idade: 51 anos
Tempo na profissão: 28 anos
Local de trabalho: 10º Batalhão da Polícia Militar

Pergunta 1: "Durante todos os anos de trabalho como policial militar, o que você tem a dizer sobre a função ostensiva da polícia, como o patrulhamento armado e as rondas noturnas? Elas são de fato efetivas e necessárias?"

Resposta: É fundamental este trabalho, sem ele seria um verdadeiro caos.

Pergunta 2: "Você acredita que o cidadão, agindo conforme os ditames da lei e possuindo uma arma em casa (de qualquer natureza), pode ter

condições de se defender até a chegada da polícia? Quando é melhor não agir?"

Resposta: Todo cidadão tem o sagrado direito da legítima defesa. O cidadão não pode ser refém do Estado e muito menos dos marginais. Sempre enfatizando o treinamento constante para o correto manuseio.

Pergunta 3: "Quando as pessoas ficam, eventualmente, sabendo que você trabalha na Polícia Militar, eles esboçam reações positivas e se sentem 'seguras'? Ou há o inverso, isto é, criam certo receio?"

Resposta: As pessoas de bem ficam felizes, os ignorantes ficam receosos.

Pergunta 4: "A Polícia Militar lida com muitos casos de crimes e infrações penais cometidas por pessoas legalmente autorizadas a terem a posse ou porte de armas?"

Resposta: É muito raro tais ocorrências. A grande maioria é de marginais.

Pergunta 5: "Segundo seu entendimento, é importante que o cidadão saiba se defender, desde que agindo com prudência e devidamente treinado?"

Resposta: Sim, claro. Para tudo na vida é necessário conhecimento e treinamento constante. Caso contrário vai morrer com a arma no coldre[104].

Pergunta 6: "Você já teve de se valer de alguma arma (de fogo ou não) para defesa própria, da família ou de outrem?"

Resposta: Não, nunca. Mas tento ficar em alerta sempre, pois o mal fica à espreita. Enfatizo: para qualquer instrumento de defesa é necessário estudo e treinamento para o efetivo adestramento.

Pergunta 7: "Muitos creem que o desarmamento é a melhor solução para se eliminar os crimes - você pensa de maneira semelhante?"

Resposta: A cada dia que passa só aumenta a violência. O desarmamento é mais uma afronta a sociedade.

Pergunta 8: "O desarmamento, em muitos países, é visto como uma violação do direito de defesa do cidadão - você concorda com esta opinião?"

Resposta: Concordo, mas reflete a falta de educação do nosso povo que é facilmente manipulado em sua opinião.

Pergunta 9: "É comum ouvirmos que 'quanto mais armas, mais crimes'. Você entende ser esta uma afirmação correta?

Resposta: Para usar bem uma arma é necessário treinamento, conhecer sua arma.

Pergunta 10: "Se algum dia os cidadãos brasileiros fossem completamente privados de possuírem armas de fogo, o que você pensa que aconteceria?"

Resposta: O Governo precisa servir o povo e não o contrário. E se um déspota assumir o poder? Como ficaria o povo?

Conclusão

É preciso que sejamos sucintos, mas que concluamos adequadamente o presente livro, de modo que o leitor esteja completamente cônscio sobre qual partido tomar. Não devemos ser negligentes para com o estudo, afinal, este não diz respeito a qualquer trivialidade da vida, mas, sim, à Sagrada Escritura – a palavra de Deus.

Durante todos os capítulos, de modo gradual, abordamos a licitude dos cristãos – e do cidadão, de um modo geral – possuir armas, não importando a sua natureza. Todavia, pontuamos a necessidade de se agir dentro da legalidade, pois a Bíblia nos ensina sobre a ilicitude em se ultrajar as leis humanas, porque, em última instância, todo magistrado foi ordenado por Deus. Certo é, no entanto, que a obediência vai até o limite em que não se firam pontos neuvrágicos da sã doutrina. Se o governo nos ordenasse, por exemplo, a cessar da adoração ao único Deus verdadeiro ou nos submeter a princípios contrários ao evangelho, todos os cristãos, com absoluta certeza, teriam de se posicionar veemente contra tal imposição, pois "Mais importa obedecer a Deus do que aos homens" (At 5.29).

Desejamos, então, que os cristãos sejam mais pró-ativos em seu meio social; mais questionadores dos dogmas políticos e educacionais; mais semelhantes aos crentes de Beréia, tendo sempre, a Escritura, como único padrão moral, legislativo e prescricional.

Não hasteamos a bandeira da revolução, e sim a da propagação do evangelho. Entretanto, com as boas-novas, está o batalhar por mudanças sociais e o ajudar do alheio, pois "O que despreza ao seu próximo peca, mas o que se compadece dos humildes é bem-aventurado" (Pv 14.21).

Cogita-se que existam, aproximadamente, 40 milhões de pessoas, no Brasil, que se denominam evangélicas[105] – mas onde elas estão? Se tal gigantismo for verdadeiro, porventura não nos parece haver uma disparidade entre o número estrondoso e as mudanças em nosso país, cujo hino nacional proclama ser terra de "impávido colosso"? Onde estão os crentes cheios do poder e conhecimento de Deus, que quando chegam às cidades para levar o evangelho, dos moradores se ouve: "Estes que têm alvoroçado o mundo, chegaram também aqui" (At 17.6)?

O apóstolo Paulo evidenciou este caráter transformacional que a Escritura confere ao regenerado: "E não sede conformados com este mundo,

mas sede transformados pela renovação do vosso entendimento" (Rm 12.2). Como cristãos, não devemos, unicamente, propagar o "amor de Cristo", como se toda a Bíblia falasse apenas sobre isso. É necessário expor toda a verdade, começando pelo livro de Gênesis e finalizando em Apocalipse. Não obstante, ainda que ela somente contivesse versículos falando sobre a amabilidade de Deus, certamente teríamos de entender como este amor se estende em nossas relações com o mundo em que vivemos.

Concluímos, portanto, na oração esperançosa de que Deus, através de Seu Espírito Santo, ministre em nossas vidas por meio de Sua palavra escrita e nos leve a um maior deleite em Sua Escritura. Que sejamos mais devotos ao que Ele determinou e menos apegados ao que nosso coração deseja.

Que este livro possa reformar muitos pensamentos.

Notes

[←1]

http://www.christianaction.org.za/articles_ca/2004-2-THE_BIBLE_IS_THE%20BOOK.htm – acessado dia 12.04.2013 (tradução livre).

[←2]

Jornal Reforma Hoje – www.reformahoje.com.br

[←3]

www.militarcristao.com.br

[← 4]

www.defesa.org

[←5]

www.mvb.org.br

[← 6]

http://www.biblestudytools.com/lexicons/greek/kjv/pronoeo.html - acessado dia 18.01.2013 às 16:50 (tradução livre).

[← 7]

Citado em "As Doutrinas da Graça, Ed. Cultura Cristã, pág. 28.

[←8]

A forma de se olhar para as cerimônias e nelas visualizar aquele que viria – Jesus.

[←9]

Obrigação de o homem casar com a viúva de seu irmão, a fim de gerar descendência.

[←10]

HUGHES, James R. - citado em "In Spirit and Truth: Worship as God Requires (Understanding and Apllying the Regulative Principle of Worship)" - pág. 52 - tradução livre.

[← 11]

Ibid, pág. 53 – tradução livre.

[← 12]

Homossexualismo.

[←13]

http://www.biblestudytools.com/lexicons/hebrew/kjv/shamar.html - acessado dia 27.12.2012 às 16:54 (tradução livre).

[←14]

http://www.biblestudytools.com/bible/passage.aspx?q=ge+2:15;ge+3:24;ge+4:9;ge+17:9;ge+17:10;ge+18:19;ge+24:6;ge+26:5;ge+28:15;ge+2
- acessado dia 27.12.2012 às 16:57 (tradução livre).

[←15]

Jamais nos esqueçamos de que o homem é criatura, e não o criador.

[←16]

Embora esta concepção de Estado seja mais recente e não se possa falar em propriamente um Estado tal qual conhecemos hoje.

[←17]

Usamos este exemplo para demonstrar a autotutela. Moisés, não cometeu ato ilícito, pois era integrante do governo e, como veremos adiante, os tais tem autorização de Deus.

[←18]

Falamos aqui de autotutela em *lato sensu*.

[←19]

Os três principais institutos são: a autotutela, a autocomposição e a jurisdição.

[←20]

VAUX, Roland de. As Instituições de Israel no Antigo Testamento, Ed. Vida Nova, pág. 30.

[← 21]

Idem.

[←22]

Ibid, págs. 43-44

[←23]

Ibid, pág. 31.

[←24]

Ibid, pág. 31.

[←25]

Ibid, págs. 195-196.

[←26]

Ibid, págs. 196-197.

[←27]

OLVEIRA, Regis Fernandes. O Direito na Bíblia, Ed. Bompastor, pág. 52.

[←28]

Ibid, pág. 125-126.

[← 29]

CALVINO, João. As Institutas, Edição Clássica, Volume II, Ed. Cultura Cristã, pág. 121.

[←30]

Ibid, pág. 122.

[← 31]

Calvino esta a falar da Lei de modo geral. Enfatizamos, porém, o caráter da Lei em sentido punitivo.

[←32]

TURRETINI, François, Compêndio de Teologia Apologética, Volume 2, pág. 151.

[←33]

http://www.biblestudytools.com/lexicons/hebrew/kjv/ratsach.html - acessado dia 04.01.2013 às 23:20 (tradução livre).

[←34]

Ibid, pág. 157.

[←35]

GUNDRY, Robert H., Panorama do Novo Testamento, Ed. Vida Nova, pág. 28.

[←36]

Ibid, págs. 28, 31-32.

[←37]

Ibid, págs. 32-33.

[←38]

Ibid, pág. 33-34.

[←39]

Ibid, pág. 34.

[←40]

Ibid, pág. 35.

[←41]

Ibid, págs. 35-36, 38.

[←42]

Ibid, pág. 36.

[←43]

SHELLEY, Bruce L, História do Cristianismo ao Alcance de Todos, Shedd Publicações, págs. 4-5.

[←44]

Ibid, pág. 5.

[←45]

Idem.

[←46]

Ibid, págs. 5-6.

[←47]

Ibid, pág. 6.

[← 48]

Idem.

[← 49]

Ibid, pág. 7.

[←50]

Ibid, págs. 7-8.

[←51]

Ibid, pág. 8

[←52]

GUNDRY, págs. 42-43.

[←53]

Ibid, pág. 43.

[←54]

MURRAY, John, Romanos, Comentário Bíblico Fiel, Ed. FIEL, pág. 509.

[←55]

http://www.biblestudytools.com/lexicons/greek/kjv/ekdikos.html - acessado dia 21.01.2013 às 13:50 (tradução livre).

[←56]

http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=arma – acessado dia 09.01.2012 às 09:05.

[←57]

Dicionário Aurélio, Ed. Nova Fronteira, 1988, pág. 59.

[←58]

Fazia-se esta distinção por causa do uso ou não da pólvora.

[←59]

http://www.biblestudytools.com/lexicons/greek/kjv/machaira.html - acessado dia 07.01.2013 às 13.00 (tradução livre).

[← 60]

Idem.

[←61]

Algo como esta expressão é encontrado em Lc 22.51, após o discípulo ter cortado a orelha do soldado. Naquela ocasião, sim, o "basta" se refere a "basta disso" – vide palavras no grego original.

[←62]

http://www.biblestudytools.com/lexicons/greek/kjv/hikanos.html - acessado dia 07.01.2013 às 13:25 (tradução livre).

[←63]

Ibid, pág. 152.

[← 64]

VAUX, Ibid, pág. 6.

[←65]

http://www.biblestudytools.com/lexicons/greek/kjv/rhabdos.html - acessado dia 07.01.2013 às 14:30 (tradução livre).

[← 66]

http://www.biblestudytools.com/lexicons/greek/kjv/phulasso.html - acessado dia 11.01.2013 – às 09:35 (tradução livre).

[← 67]

http://www.biblestudytools.com/lexicons/greek/kjv/kathoplizo.html - acessado dia 11.01.2013 – às 09:40 (tradução livre).

[←68]

Não cabe ao presente escopo o tratar destas questões. Querendo, o leitor pode procurar pelas teorias do "livre mercado", assim como estudar sobre o assistencialismo e seu fracasso a médio e longo prazo.

[← 69]

Crime não é somente o homicídio e lesão corporal. Estes artigos falam do crime em *lato sensu*; contudo, estamos a frisar somente com relação aos desdobramentos de ações de defesa pessoal e que impliquem em necessidade de força física ou meio honesto de repulsa para com a injusta agressão.

[← 70]

DELMANTO, Código Penal Comentado, Ed. Saraiva, 2010, pág. 172.

[← 71]

Ibid, pág. 173. Quanto à letra "ƒ", se está a falar da diferença entre o não ter de agir e a obrigação de ter de fazê-lo. Uma é a atitude tomada sem se ter qualquer obrigação de defender o bem comum (ex: um condômino que se esconde no apartamento por ver um ladrão entrando pela guarita); outra atitude é do vigilante que ao invés de defender o condomínio para o qual foi contrato e designado, corre e se esconde do referido ladrão, quando sua função era justamente a inversa.

[← 72]

Ibid, pág. 175.

[←73]

MIRABETE, Código Penal Interpretado, Ed. Atlas, 2005, págs. 246-247.

[← 74]

http://www.tjrs.jus.br/site/imprensa/noticias/?idNoticia=201753 (Apelação Cível nº 70051759199) – acessado dia 14.01.2013 às 13.30.

[← 75]

Idem.

[← 76]

Ibid, DELMANTO, pág. 177.

[← 77]

Ibid, pág. 249-250.

[← 78]

TURRETINI, François, Compêndio de Teologia Apologética, Volume 2, pág. 33.

[← 79]

O que está em foco não é o gritar em si, mas o pedir ajuda. Sabemos que muitas vezes, à mulher, sequer é possível gritar, pela maior força com que um homem consegue dominá-la. Assim, a penalidade não era pela "falta de grito", e sim pelo aparente concordar com a situação e se deixar levar por ela.

[←80]

http://www.biblestudytools.com/commentaries/matthew-henry-complete/2-corinthians/10.html - acessado dia 11.01.2013 às 10:55 (tradução livre).

[←81]

http://www.biblestudytools.com/commentaries/gills-exposition-of-the-bible/2-corinthians-10-4.html - acessado dia 11.01.2013 às 11:05 (tradução livre).

[←82]

http://www.biblestudytools.com/commentaries/geneva-study-bible/2-corinthians/2-corinthians-10.html - acessado dia 11.01.2013 às 11:10 (tradução livre).

[←83]

O propósito do livro não é dissertar sobre a licitude de guerras, desde que com motivo justificado, daí não pontuarmos sobre esta questão.

[←84]

Ainda que não tivessem histórico de guerra. Lembremos que a Adão foi dito para lavrar e guardar a terra (Gn 2.15). No Egito, igualmente, o povo de Deus não trabalhava como ferreiros ou marceneiros, e sim com tijolos (Êx 5.7). Foi gradualmente que os israelitas aprenderam a lutar e a se especializar em táticas militares.

[←85]

http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1494 – acessado dia 11.01.2013 às 13:35.

[←86]

Idem.

[←87]

Idem.

[←88]

http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=975 – acessado dia 11.01.2013 às 13:45.

[←89]

Idem.

[←90]

Idem.

[←91]

Idem.

[←92]

Idem.

[←93]

Idem.

[←94]

Existem centenas de centenas de sites e livros que confirmam isto. Uma rápida pesquisa nos mecanismo de busca revelará, até pelos meios contrários ao armamento, esta estatística.

[←95]

Infelizmente, porém, não se toca nos lados positivos daquele tempo. Deixamos, todavia, firmemente registrado que não somos de acordo com as más práticas realizadas, e sim somente com respeito a alguns avanços conseguidos naquele tempo.

[←96]

Não referenciaremos nenhum site em específico, a fim de não sermos tendenciosos.

[←97]

Tribos indígenas de nosso país possuem esta prática demoníaca – governo tem ciência, mas nada faz.

[←98]

Porte é diverso de posse. No porte se pode transitar com a arma por lugares comuns; na posse, somente em casa ou local de trabalho, sem direito ao trânsito.

[←99]

http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/direitos-do-cidadao/desarmamento- acessado dia 16.01.2013 às 10:10.

[←100]

As armas "brancas" não são severamente regulamentadas, mas o cidadão comum poderá ter problemas, caso transite com elas em lugares públicos e movimentados.

[←101]

Expressão em inglês referente ao estudar em casa.

[←102]

Apenas eventuais correções ortográficas.

[←103]

Nota do autor: é um tipo de acabamento dentro do cano da arma, geralmente em utilizado em armas de caça.

[←104]

Suporte para se guardar a arma junto ao corpo.

[←105]

http://www.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-evangelicos-cresce-61-no-brasil-diz-ibge,893495,0.htm – acessado dia 17.04.2013.